

Universidade Federal do Rio de Janeiro

EDUCADOR MALCRIADO
CORRUPÇÃO E DISTOPIA NA CRÔNICA DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Rodrigo de Vasconcellos Maciel Guedes Batista

2018

EDUCADOR MALCRIADO
CORRUPÇÃO E DISTOPIA NA CRÔNICA DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Rodrigo de Vasconcellos Maciel Guedes Batista

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Literatura (Teoria Literária).

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto Nogueira Alves

Rio de Janeiro
Junho de 2018

EDUCADOR MALCRIADO
CORRUPÇÃO E DISTOPIA NA CRÔNICA DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Rodrigo de Vasconcellos Maciel Guedes Batista

Orientador: Professor Doutor Luis Alberto Nogueira Alves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos quesitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Literatura (Teoria Literária).

Examinada por:

Prof. Dr. Luis Alberto Nogueira Alves – PPGCL/UFRJ (Orientador)

Prof. Dr. Victor Manuel Ramos Lemus – PPGLN/UFRJ

Prof. Dr. José Victor Regadas Luiz – EPSJV/Fiocruz

Profa. Dra. Priscila Saemi Matsunaga – PPGCL/UFRJ

Prof. Dr. José Roberto Franco Reis – COC/Fiocruz

Rio de Janeiro
Junho de 2018

Para Ana Maria

RESUMO

BATISTA, Rodrigo de V. M. Guedes. *Educador Malcriado: corrupção e distopia na crônica de João Ubaldo Ribeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

Esta dissertação propõe o estudo da utopia brasileira na visão cética de João Ubaldo Ribeiro. De suas crônicas emerge um país culturalmente colonizado e politicamente corrupto. Esperanças e ilusões são permanentemente obstaculizadas pela sequência de más notícias que abastecem o noticiário jornalístico, projetando a imaginação do cronista para um futuro nada promissor. Deste movimento prospectivo emergem as minudências de um texto pessimista e malcriado. As crônicas analisadas neste estudo foram publicadas originalmente entre os anos de 1999 e 2006, compreendendo a passagem de duas lideranças políticas pela presidência da república: Fernando Henrique Cardoso, seguido por Luis Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: Corrupção. Crônica. Distopia. Ubaldo.

ABSTRACT

BATISTA, Rodrigo de V. M. Guedes. *Educador Malcriado: corrupção e distopia na crônica de João Ubaldo Ribeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

This dissertation proposes the study of the Brazilian utopia in the skeptical view of João Ubaldo Ribeiro. From his chronicles emerges a culturally colonized and politically corrupt country. Hopes and illusions are permanently hampered by the string of bad news that supply the journalistic news, projecting the chronicler's imagination into an unpromising future. From this prospective movement emerge the minutiae of a pessimistic and uncouth text. The chronicles analyzed in this study were originally published between 1999 and 2006, including the passage of two political leaders by the presidency of the republic: Fernando Henrique Cardoso, followed by Luis Inácio Lula da Silva.

Keywords: Corruption. Chronic. Dystopia. Ubaldo.

SUMÁRIO

Introdução	07
A crônica	09
1. Na senda do cronista	14
Menino João	16
Escritor profissional	19
Escritor obsessivo	26
Escritor brasileiro	31
2. “O futuro não é mais o que era”	41
O voo do elefante	46
Distopia	52
3. Lula e FHC num boteco do Leblon	65
“Somos mesmo um bando de ladrões”	91
“Jeitinho e jeitão”	99
“Então é isso?”	106
Referências	110

Introdução

Não há motivo para lançarmo-nos esperançosamente no tempo e é isso o que nos faz crer a crônica de João Ubaldo Ribeiro. Sua utopia possui sinal trocado e o diagnóstico social que emerge de seus textos é tipicamente patológico. O escritor acompanhou o prosaísmo do cotidiano brasileiro com o sentimento de repúdio e o desejo de mudança.

Por utopia, reivindico a descrição semântica que a define como o “lugar que não existe em parte alguma; mais estritamente, é o tipo de sociedade que não se estabeleceu em nenhum lugar” (VILLAR, 1987, p. 1284). Como construção mental, a utopia só existe nas imaginações do autor e do leitor. Por sua vez, distopia nada mais seria que uma utopia anômala que projeta em um “não lugar” os males existentes no tempo presente. A força mítica das utopias repercute a insatisfação dos escritores com as sociedades em que viveram. Thomas Morus não era menos insatisfeito com a decadência feudal e a ascensão burguesa à época da publicação de *Utopia*, em 1516, que Aldous Huxley ou George Orwell com as consequências do progresso desmedido do século XX. Mais do que presumir se os mundos imaginados são possíveis ou verossímeis, as utopias, sejam elas perfeitas ou aterrorizantes, trazem a estampa da mudança social: “sabe-se somente que o presente não serve mais” (MORAES FILHO, 1985).

Graduado em direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em administração pública e ciência política na *Southern University of Califórnia* e professor de ciência política na UFBA, Ubaldo não fez das titulações um argumento de autoridade. Nas crônicas, a voz que fala mais alto é a de um humanista que não se seduz com os discursos da modernidade e está convencido de que a política brasileira é conduzida, no geral, com desonestidade.

Conhecido e celebrado por romances como *Sargento Getúlio* (1971) e *Viva o Povo Brasileiro* (1984), é considerado por estudiosos como um autor importante na investigação do Brasil e dos brasileiros. Quem somos? Que cara temos? Qual a nossa singularidade dentro do mapa civilizatório mundial? Estas são perguntas frequentes

àqueles que se dedicam ao estudo das obras do literato¹ que, por sua vez, não é um entusiasta dos atributos que o elegem o porta-voz de um povo oprimido ou o intérprete da identidade nacional. Às especulações acadêmicas dá de ombros. Diz-se apenas um contador de histórias, um romancista profissional, “como costumava Jorge Amado falar de si mesmo” (RIBEIRO, 2012a).

Em defesa da “causa Brasil” e engajado em fazer com que nos encontremos com nossas tradições culturais, Ubaldo é também um educador. Educa quando denuncia a corrupção e a falta de ética, típicas de nossa rotina cartorial e patrimonialista, ou quando expõe o baixo apreço que o brasileiro nutre por suas raízes literárias, reflexo de um tipo de colonização afeita a modismos estrangeiros. Um povo culturalmente colonizado que pouco ou nenhum valor dá às heranças lusófonas. Reagimos ao domínio tirânico do império português não para nos constituirmos autonomamente, num sentido cultural mais amplo, mas para adotarmos outros etnocentrismos.

Ferreira Gullar (2006) é quem melhor define o cronista: educador malcriado. A malcriadez a que se refere Gullar é parte da postura impaciente e cética de Ubaldo. Ao contrário do que se espera de um educador, os leitores do cronista são desestimulados a acreditar no futuro. Se não intervirmos no nosso presente, teremos poucas razões para sonharmos com dias melhores. Defendo a hipótese de que essa malcriadez é a expressão de uma face política que encontra na crônica o ambiente expositivo ideal.

Ao prefigurar um país a partir de suas mazelas, o educador pratica a pedagogia do mau exemplo e acentua a experiência do sofrimento, como quem alerta para as consequências de nossas escolhas ou omissões. A nossa realidade é o reflexo dos passos em falso que damos. O amanhã, como projeção do presente, não pode ser bom.

Problemas elementares estão longe de uma solução e, ao que tudo indica, o caminho que percorremos não fará com que toda criança tenha uma escola de qualidade, não promoverá as reformas rurais e urbanas para que a terra seja acessível para quem trabalha e para que a cidade seja a morada cordial dos homens. Criativo e malabarista, o brasileiro sobrevive a condições adversas, mas ainda não foi capaz de se mobilizar concretamente contra os impasses que fazem do Brasil um país sempre bem posicionado na lista dos mais desiguais do mundo.

¹ Literatura e identidade nacional, de Zilá Bernd (2011); O caminho do meio. Uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro, de Zilá Bernd e Francis Utéza (2001); e Construções Identitárias na Obra de João Ubaldo Ribeiro, de Rita Olivieri-Godet (2009) são alguns trabalhos que discutem o tema da identidade nacional na obra do romancista.

As crônicas selecionadas para os livros *Você me mata, mãe gentil* (2004) e *A gente se acostuma a tudo* (2006) serão objetos de estudo. Publicadas originalmente entre os anos de 1999 e 2006 para dois jornais de grande circulação do Rio de Janeiro (O Globo) e São Paulo (Estadão), esses textos possuem uma amplitude temporal que abrange a passagem de duas lideranças políticas pela cadeira de presidente da república: Fernando Henrique Cardoso, seguido por Luis Inácio Lula da Silva. Ambos são criticados por alguém que não é filiado a nenhum partido, não é ligado a nada nem a ninguém. O cronista justifica sua independência: não quer que seus textos sejam vistos como um instrumento de defesa de interesses pessoais. “Tão solto quanto é possível, tão isento quanto é possível, porque a isenção absoluta é uma quimera”², disse Ubaldo.

Em resumo, dois problemas são alvos de investigação, notadamente nos capítulos segundo e terceiro: a) a predição de um destino distópico a partir do olhar que o autor lança sobre a realidade; b) e a ênfase dada ao tema da corrupção, cuja repetição encobre a preeminência da desigualdade na estrutura social brasileira.

Seguiremos, pois, na companhia do educador malcriado, escritor que tinha a missão de “ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo” através de um texto repleto de maus presságios. A grande nação tropical nascida sob o signo do “bom lugar” não é avistada pelo cronista, que inventa e fabula um país em má direção. Nisto, Ubaldo é exímio.

A crônica

Tal como a conhecemos hoje, a crônica é produto do século XIX. Despojou-se dos ambientes palacianos e do compromisso com os grandes acontecimentos. Perdeu-se na sombra do cotidiano. Cheia de trivialidades e miudezas, encontrou no jornal o seu veículo ideal (CANDIDO, 1982). A sucessão de acontecimentos da vida social faz com que a novidade de hoje vire a letra morta de amanhã. Tratando de efemérides e impressa em papel ruim, a crônica está distante do altar onde confraternizam os cânones imortais da literatura. O desprezo pelo “gênero menor”, no entanto, não resistiu ao talento de Machado de Assis e de José de Alencar, cujas crônicas mereceram compilações em

² Trecho da resposta dada ao portal Panorama Mercantil, dirigido pelo jornalista Eder Fonseca, a seguinte pergunta: “O senhor já criticou o PSDB e também faz críticas ao Governo atual, que é comandado por uma petista. Acredita que um intelectual deve manter esse arbítrio e não se filiar a nenhuma legenda para não ter o chamado rabo preso?”

livros publicados no final do século XIX³. Mas foi o século XX o período de ouro da crônica. A experiência brasileira é cúmplice desse acontecimento: Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, João Ubaldo Ribeiro etc. Obviamente, a crítica não poderia ficar indiferente ao fenômeno. No universo acadêmico, os ventos frescos que renovam constantemente os estudos literários alertam para o caráter subjetivo e arbitrário do julgamento de valor. Os argumentos que avaliam a qualidade de uma obra ou o valor de um gênero são de ordem empírica, não existindo equação ou método científico rigoroso para a atividade crítica. No mais, expressões como “gênero menor” são incompatíveis com o atual cenário dos estudos literários, cujas fronteiras são amplíssimas. O universo de objetos de interesse literário nunca foi tão extenso: romance policial, quadrinho, correspondência, imagem, produção audiovisual etc. “Literatura é o que se chama aqui e agora de literatura”. Depende, como se vê, do concílio entre o exercício teórico com o solo social e político da produção cultural (COMPAGNON, 2014).

A despeito da aparência banal e desencorpada da crônica, ela é também um meio de leitura da realidade. O cronista une-se a outros “mentirosos”, como o romancista e o contista, todos com a necessidade da trama e do enredo como maneira de partilhar o mundo. A arte “preenche necessidades humanas sobre as quais creio que se pode apenas especular” (RIBEIRO, 2012a, p. 99). Sobre esta questão Ubaldo já se posicionou, chamando de pobres de espírito aqueles que não leem romances porque não desejam perder tempo com fantasias por preferirem a realidade. “Como se a reportagem mais fria fosse imune ao olho e ao sentimento do repórter, (...) como se houvesse uma realidade incontestável” (ibidem, p. 99). O autor chama-nos a atenção para a existência de uma interação subjetiva entre o sujeito e o objeto que se deseja conhecer. Uma realidade observada por pessoas diversas resultará em versões às vezes até opostas.

Prisioneiros dos cinco sentidos, imersos no tempo – que fora de nós é inexistente –, há muito sabemos que as exigências do método científico lhe tornam impossível a abordagem de toda a nossa realidade, de que a nossa consciência é também parte. Os homens perseguem essa abordagem de várias formas, notadamente a Arte. A Arte é uma forma de conhecimento, de comunicação entre consciências e terá sempre um canto misterioso e inexplicável. Se um dia conseguíssemos decifrá-lo e explicá-lo, já não precisaríamos da Arte, mas creio que isso nunca acontecerá. (Ibidem, p. 99)

³ As crônicas de Machado de Assis tiveram publicações posteriores: Crônicas do Lélío, em 1958; Bons Dias!, em 1990; e Machado de Assis, em 2003. Disponível em <<http://www.machadodeassis.org.br/>>. As crônicas de José de Alencar publicadas em livro: Alfarrábio, em 1873; e Ao correr da pena, em 1874. Ver <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/bibliografia>>. Acessos em janeiro de 2016.

Não pretendo com isso reivindicar utilitariamente a necessidade de uso ou função para a crônica, romance ou outras manifestações literárias ou artísticas, sob pena de incorreremos no erro de cogitar a existência de uma relação direta e causal entre a arte e o real. Ao contrário, “o homem produz o belo de acordo com as leis da beleza” (CARLI, 2012, p. 17), não sendo a arte uma determinação mecânica da realidade.

Longe de haver acordo com os pressupostos deterministas ou reducionistas que analisam a produção artística como sendo o resultado do desenvolvimento econômico, adoto o realismo de base materialista como referência teórica e metodológica de análise. Parto da premissa de que a arte é parte da totalidade social, “o solo de produção e reprodução das objetividades do ser social” (ibidem, p. 16). Dizer que a arte está inserida num organismo social específico e que ela é um produto das complexidades desse organismo é diferente de dizer que o valor da arte ou o seu grau de complexidade é determinado pela complexidade das relações de produção.

O realismo a que me alinho e o qual reivindico para desenvolver o presente estudo não se traduz por uma escola literária ou se resume à condição de estilo. É um realismo de fronteiras mais amplas, capaz de enxergar a capacidade da arte em produzir sentidos sobre o convívio humano em sociedades determinadas, sociedades formadas por homens que trabalham, lutam, sofrem, gozam e sonham (ibidem, p. 24). Uma arte realista produz “novas realidades” – ou ficções – que nos fornecem sentidos sobre o homem concreto. Assim o fez Cervantes com Dom Quixote e Shakespeare com Macbeth. Nenhum deles existiu, mas tipificam relações concretas, tendências de uma época. Quanto aos personagens de João Ubaldo, eles existem. Ou melhor, são retirados da realidade e transportados para enredos imaginados pelo cronista. Saíram do anonimato para protagonizar diálogos que, embora ficcionais, são “a expressão de tendências reais configuradas em personagens típicos.” Xamboca, Zecamunista, Zé de Honorina e Toinho assumem particularidades “de um aqui e agora determinado”, referenciadas pela vida real.

A narrativa ficcional pode ser apropriada naturalmente pelo real, independentemente das posições pessoais e das escolhas políticas do autor. É justamente o que o sociólogo Ranieri Carli (2012, p. 27) chama de triunfo da realidade, quando o fato concreto se impõe de maneira triunfante ao autor, ainda que a realidade não lhe seja desejável ou favorável. É o fantástico e o extraordinário pondo em “evidência as forças sociais determinantes de uma época” (ibidem, p. 26).

Ubaldo, certa vez, disse em entrevista que o ofício de cronista o escravizava. A missão de produzir um texto semanal para cadernos de opinião em jornais de grande circulação obrigava-o a manter uma rotina de excitação frente aos acontecimentos diários. Como desligar-se do presente sendo um cronista, cujo próprio étimo relaciona-se com a ocorrência de fatos que se sucedem no tempo? Se somarmos o labor do cronista com o temperamento combativo e franco de Ubaldo temos como resultado o espírito do educador malcriado. Mais do que uma escolha, a malcriadez é a consequência de um realismo que se impõe triunfantemente.

Para critério de análise, as crônicas investigadas possuem dois tipos referenciais de escrita. Num, Ubaldo evoca a primeira pessoa, como nos textos de opinião, sem interlocutores ou personagens fictícios. Quem está ali é o morador do Leblon, frequentador do bar Tio San, itaparicano de nascimento e escritor de ofício. Pela franqueza e objetividade, não há margem para dúvidas: o cidadão Ubaldo é quem fala. Noutra, ele é mais literato, mais inventivo. É também menos objetivo e mais enigmático. Seus personagens são contraditórios, repercutindo as ambiguidades que entremeiam as relações sociais existentes tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Embora este trabalho encampe essa divisão, isto não significa que ambos os tipos de escrita não possam aparecer mesclados numa única crônica. O sentido desta diferenciação é certamente mais fluido e dinâmico, o que não invalida o arbítrio do autor em querer falar por si mesmo ou de usar a fala de seus personagens para se comunicar com o leitor. A divisão proposta não é outra coisa senão a fronteira entre o ficcional e o não ficcional (texto de opinião), uma fronteira que às vezes se apresenta borrada, com pouca nitidez.

Nas páginas do jornal, o Ubaldo literato encontra-se com o Ubaldo crítico da realidade. O contador de histórias une-se ao analista político para construir o perfil do jornalista, que tanto se apresenta na primeira pessoa quanto inventa diálogos para personagens que, embora inspirados na realidade, só existem na cabeça do escritor e na imaginação dos leitores. Ficção e não ficção formam a síntese de um texto mimético que está atento à série de acontecimentos que se sucedem no tempo. Em sua reprodução artística da realidade, Ubaldo faz o que se espera de um contador de histórias: exagera. Ao contrário do que possa parecer, invenção e exagero não se opõem à realidade ou aos fatos. Como escreveu Antonio Candido (2006, p.13), “nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la”.

Vemos a crônica como a rubrica de João Ubaldo Ribeiro, uma assinatura curta e abreviada que contém as referências intelectuais do autor. Pretendemos, por meio desse estudo, analisar a expressividade com que ele dialoga com o público. Ler nas entrelinhas para saber o que elas dizem ou descobrir que nelas não há nada, só um espaço em branco. Descobrir que a opinião do autor pode ser indecifrável. E quando for possível decifrá-la, frustrar-nos em haver desacordo. Descobrir que a ironia é uma reação que se impõe quando os argumentos, pela sua obviedade, são insuficientes. Indagar qual o grau de cumplicidade do cronista com o país que ele próprio denuncia. Criticá-lo naquilo que aparentemente parece ser a sua maior virtude, sem ocultar as contradições e as limitações que se farão visíveis, sob o nosso ponto de vista, no decorrer deste trabalho. Exercitar a maior das revoluções que é voltar o olhar para dentro, segundo Rubem Alves (2011). Mas, principalmente, olhar para além do palmo que está diante do nosso próprio nariz e sentir o abandono transcendental de um mundo individualizado, resultado das revoluções burguesas para as quais parece não haver antídoto. Em suma, estudar um intelectual comprometido com o seu ofício, com a sua arte e com as referências culturais que fazem dele um escritor brasileiro. Um operário que vive da profissão e que encara com responsabilidade a dimensão pública do seu trabalho.

Capítulo 1

Na senda do escritor

Há escritores que dispensam apresentações. Este é o caso de João Ubaldo Ribeiro. A notoriedade do escritor converte, em linhas gerais, a sua biografia e os seus trabalhos em matéria de conhecimento relativamente público. No entanto, a fama que adquiriu com a profissão pouco interferiu no repertório quase padronizado de perguntas, nas centenas de entrevistas que lhe fizeram ao longo de sabe-se lá quantos anos.

Por exemplo, todo mundo que já ouviu falar em mim sabe que eu sou baiano e que moro no Rio. Contudo, a esmagadora maioria dos entrevistados começa perguntando onde eu nasci e se ainda moro em Itaparica. Uma repórter iniciou sua entrevista perguntando se eu era escritor. As perguntas são invariavelmente as mesmas (...). Não aguento mais contar que livros publiquei, que gosto de escrever de manhã, que aprendi inglês quando era menino, que nasci em Itaparica e passeia minha infância em Sergipe etc. etc. (RIBEIRO, 2000b, p. 38)

Levaremos a cabo o famoso jargão “dispensar apresentações”, que, por hábito, não cumpre o prometido. Em grande parte não faremos outra coisa senão apresentar Ubaldo ao leitor: a vida pessoal, a “vocação” de escritor e a opinião política. Rostos que compõem o perfil do cronista distópico e impaciente, o ponto de chegada a que nos propomos. Seguiremos, todavia, com cautela. Alertados pelas inúmeras queixas públicas de João Ubaldo sobre a falta de imaginação jornalística, evitaremos repetir o enfadonho inventário de aspectos conhecidos de sua vida e obra, como cópia de verbetes enciclopédicos. Melhor assim. As referências biográficas são tão importantes para o conjunto da argumentação que estariam, aqui, desnecessariamente resumidas.

Foram recortados, nesta primeira parte do trabalho, trechos de crônicas, depoimentos e entrevistas do próprio escritor e de amigos, compondo um panorama útil para investigarmos o ritmo do passo em que caminham juntos o texto e o cronista. São dados biográficos dispersos, fragmentos que iluminam detalhes capazes de fornecer valiosas pistas sobre uma personalidade literária específica.

Em 50 anos de profissão, Ubaldo passou por “comunista patrulheiro” e terminou como “democrata relutante” e “cético bonachão”. Incapaz de se fazer herói do proletariado, deu-se por satisfeito em tornar-se um contador de histórias, um romancista profissional. Acreditou que estava “vocacionado” a escrever e que, neste caso, precisava dedicar-se honestamente ao ofício que o destino lhe reservou.

Como escritor derramado que gosta de espaço, algo o movia em direção ao romance. Dizia que não tinha “a pretensão de ser um artista do conto” ou “de contribuir para o gênero”. Quanto à crônica, sentia-se escravo dela. Escrever um texto por semana era “chato, muito chato”, mas precisava do dinheiro para complementar a renda familiar. Mesmo com livros publicados no exterior, não era possível viver só dos direitos autorais. Para enfrentar a rotina de cronista, desenvolveu um truque, “que é me expor demais, colocar a minha própria vida na crônica, fantasiando muito, claro; você sabe, o poeta é um fingidor” (RIBEIRO, 2000b, p. 46).

Eu não gosto mais de fazer crônicas, eu já cansei das minhas gracinhas, não tenho muito elã pra fazer crônica. É um gênero que, pelo jeito com que eu pratico, me expõe demais, [principalmente] em relação a certas pessoas inconvenientes, gera uma intimidade excessiva e um tipo de popularidade que é desagradável. Eu sou aparentemente muito extrovertido, mas na verdade não sou assim. Sou dado a mau humor e não sou tão sociável quanto pareço. Não sou uma pessoa muito aberta, muito fácil de fazer amigos. (RIBEIRO, 1996)⁴

Ao se expor, abriu campo para que as suas opiniões pessoais fossem julgadas pelo crivo do público, o que lhe rendeu rótulos. Foi “comunista safado”, sustentado com dinheiro da antiga URSS, e conspirador de direita a serviço da grande mídia, amigo de Roberto Marinho. E aí dele se não explicasse muito bem explicado que o tal erro de português era uma ironia proposital. “Cartas para o editor, pelo amor de Deus” (RIBEIRO, 2000b).

A biografia do escritor João Ubaldo pode ser parcialmente lida em sua literatura.

De maneira que escrever é, realmente, sempre falar de si mesmo e dar dicas a respeito de si mesmo, porque aquilo que o sujeito escreve pode guardar preocupações das quais ele talvez nem tenha consciência. Quando o sujeito assume sua condição de artista, assume a maluquice de abordar a realidade por vias de conhecimento heterodoxas, porque a arte não deixa de ser uma forma de conhecimento. (RIBEIRO, 2008b, p. 06)

Se “escrever romances é falar de si mesmo”, as crônicas escritas em primeira pessoa criam uma entidade curiosa, convertendo o escritor em personagem e autor de uma só vez. Vísceras expostas, caberá ao presente trabalho interrogá-las. No mais, como

⁴ Depoimento retirado do Programa “Encontro Marcado com a Arte”. Criado pelo jornalista Arakén Távora, em 1983, foi inicialmente pensado como um projeto para aproximar os estudantes universitários dos escritores e criadores brasileiros. O formato era simples: um vídeo, gravado antecipadamente, mostrava a vida, a obra e o processo criativo dessas personalidades. No final dos anos 1990, o *Encontro Marcado com a Arte* ampliou as entrevistas para todas as áreas culturais – cinema, teatro, artes plásticas, música – e transformou-se em um programa semanal de TV. Ver <<http://www.encontromarcado.net/>>. Acesso em outubro de 2017.

analisaremos adiante, a crônica de João Ubaldo Ribeiro é a expressão de um temperamento cético, impaciente e desiludido.

Pessimista em relação ao futuro, considerava o ser humano um “bicho muito atrasado e primitivo”, que continua fazendo a mesma coisa que fazia há dois mil anos: “esfolando gente, cortando cabeça” (RIBEIRO, 2011b).

Menino João

João Ubaldo nasceu em Itaparica, ano de 1941. Com dois meses de idade mudou-se com a família para Aracaju. Em *Memória de livros*, Ubaldo ciceroneia o leitor pela capital sergipana entre os anos de 40 e 50. Ao falar do chão de sua infância, rememora aspectos típicos de uma “cidade pequena, provinciana e calma, à boca de um rio e a pouca distância de praias muito bonitas” (RIBEIRO, 1995, p. 139).

As casas em que morou eram sempre espaçosas, avarandadas e com tetos altíssimos. Embora o pai de João, Manoel Ribeiro⁵, fosse um entusiasta das “últimas novidades tecnológicas”, trazendo para dentro de casa todo “tipo de geringonça moderna”, como “o impressionante armário branco que resfriava tudo” e a atualíssima vitrola para *long play*, eram os livros os objetos de maior desejo. “Meu avô furtava livros do meu pai, meu pai furtava livros do meu avô, eu furtava livros do meu pai e minha irmã até hoje furta livros de todos nós” (ibidem, p. 140). Os temas eram bem variados, indo de Direito e História até esoterismo e hipnotismo. Eram tantos que não cabiam em cômodo algum, por maior que fosse o espaço da biblioteca. Faziam enormes pilhas até mesmo em cozinhas e banheiros. “Quando tenho saudades da infância, as saudades são daquele universo que nunca volta, (...) dos cheiros dos livros velhos, da navegação infinita pela palavra, de meu pai, (...) do velho casarão mágico de Aracaju” (ibidem, p. 153).

Mesmo antes de aprender a ler, João passava horas com os livros abertos no colo, fingindo que estava lendo ou, quando havia figuras, inventando histórias. “Segundo a crônica familiar”, Manoel Ribeiro “interpretava aquilo como uma grande sede de saber”. Bastou que João completasse seis anos para que seu pai fizesse um discurso dizendo que não suportava mais ter um filho analfabeto em casa. João foi logo

⁵ Foi chefe da Polícia Militar, advogado, reitor e fundador do curso de Direito da Universidade Católica de Salvador.

apresentado por Manoel a D. Gilete: “este rapaz já está um homem e ainda não sabe ler. Aplique as regras”. D. Gilete, “senhora de cabelos presos na nuca, óculos redondos e ar severo”, não precisou aplicar regra alguma, que consistia em usar punições físicas “para vencer qualquer manifestação de falta de empenho ou burrice” (RIBEIRO, 1995, p. 144). João já conhecia todas as letras e juntá-las pareceu fácilimo.

(...) de repente o mundo mudou e aquelas paredes cobertas de livros começaram a se tornar vivas, freqüentadas por um número estonteante de maravilhas, escritas de todos os jeitos e capazes de me transportar a todos os cantos do mundo e a todos os tipos de vida possíveis. (Ibidem, p. 144)

João chegava a ler dois, três livros em apenas um dia e logo pegou o hábito paterno de cheirar livros velhos. Manoel Ribeiro tentava na medida do possível determinar o que deveria ou não ser lido e cheirado pelo filho. Certa vez, manifestou preocupação quando descobriu que João havia passado uma tarde inteira lendo o dicionário *Lello*.

Ele tem que ler o Laudelino Freire, que é muito melhor. Eu vou ter uma conversa com esse rapaz, ele não entende nada de dicionários. Ele está cheirando os livros certos, mas lendo o dicionário errado, precisa de orientação. (Ibidem, p. 145)

Existiam dois tipos de leitura, a compulsória e a livre. A compulsória era basicamente composta pelos clássicos. Lia Homero, Camões, Horácio, Jorge de Lima, Sófocles, Shakespeare, Euclides da Cunha etc. A verdade é que João entendia pouco do que lia, “mas gostava daquelas palavras sonoras, daqueles conflitos estranhos entre gente de nomes exóticos, e da expressão comovida de minha mãe, com pena de Antígona e torcendo por Heitor em *Ilíada*” (ibidem, p. 145 e 146).

Foi também por imposição do pai que João tornou-se leitor de Antônio Vieira. Manuel escandalizou-se quando descobriu que João tinha insegurança no uso do ponto-e-vírgula. Depois de palestrar sobre a ignorância do filho, obrigou o menino a copiar os sermões do padre para ganhar intimidade com o ponto-e-vírgula.

No que certamente é um mistério para os psicanalistas, até hoje não só os sermões de Vieira como muitos desses autores forçados pela goela abaixo estão entre minhas leituras prediletas. Em compensação, continuo ruim do ponto-e-vírgula. (Ibidem, p. 146)

Alguns poucos livros eram proibidos. Manoel podia ser enfático: “Este não pode! Está proibido! Arranco as orelhas do primeiro que chegar perto deste aqui!” Foi

correndo o risco de perder muitas orelhas que João leu *Nossa vida sexual* do Dr. Fritz Kahn; *O Livro de San Michele* de Alex Munthe; *Crônica escandalosa dos 12 Césares* de Bagnoux de Villeneuve, *Salambô* de Gustave Flaubert; e *O Crime do padre Amaro* de Eça de Queiroz.

É necessário fazer aqui um parêntese. A predileção pelos livros e a educação rigorosa não impediram que o menino João “jogasse bola, tomasse banho pelado no rio, subisse em árvores e acreditasse em Papai Noel” (RIBEIRO, 1995, p. 152 e 153). A sua infância não foi inteiramente diversa do habitual.

Seja pelo prazer ou pela dor, João chegou aos doze anos de idade já tendo lido

a maior parte da obra traduzida de Shakespeare, *O elogio da loucura*, *As décadas* de Tito Lívio, *D. Quixote* (uma das ilustrações de Gustave Doré, mostrando monstros e personagens saindo dos livros de cavalaria do fidalgo me fez mal, porque eu passei a ver as mesmas coisas saindo dos livros da casa), adaptações especiais do Fausto e da *Divina Comédia*, a *Ilíada*, a *Odisseia*, vários ensaios de Montaigne, Poe, Alexandre Herculano, José de Alencar, Machado de Assis, Monteiro Lobato, Dickens, Dostoiévski, Suetônio, os *Exercícios espirituais* de Santo Inácio de Loyola e mais não sei quantos outros clássicos, muitos deles resumidos, discutidos ou simplesmente lembrados em conversas inflamadas, dos quais nunca me esqueço e a maior parte dos quais faz parte íntima da minha vida. (Ibidem, p. 152)

Quem conheceu Manoel Ribeiro sabe da “verdadeira obsessão” que ele nutria pela educação do filho mais velho. Para Jorge Amado, a criação familiar foi decisiva para forjar o grande escritor que o menino João viria a ser. Manoel, “tentando aparentemente contê-lo, lhe deu régua e compasso”.

Conheci de perto e estimei o jurista Manoel Ribeiro, pai de João. Um homem extraordinário, um pai amantíssimo a sua maneira. Nesta memória de livros, Manoel Ribeiro, devorador de livros, admirador de clássicos, cidadão áspero e terno, ressurgiu inteiro, vivo, criando o filho para a liberdade e a disciplina. (AMADO in RIBEIRO, 1995, orelha do livro)

“Pai amantíssimo a sua maneira” parece ser um modo atenuado e cerimonioso para referir-se ao temperamento autoritário, absorvente e egocêntrico. Era comum João ficar trancado na biblioteca de casa para traduzir textos. Se o menino cometesse “um errinho”, o escarcéu era imediato. “Dizia que eu não sabia nada de francês, que eu era um inútil, uma coisa horrorosa, que ele ia morrer de desgosto, ia me deserdar. Com dez anos de idade, ele queria que eu fosse um Rancine. Apanhei muito por isso” (RIBEIRO, 1999, p. 30).

Mesmo depois de adulto, Manoel tentou guiar a formação de João Ubaldo. Desejava, sobretudo, que o filho tivesse muito dinheiro e uma carreira pública. No entanto, os anseios paternos foram sendo desautorizados por uma personalidade que aos poucos se impunha. Brigaram certa vez porque Ubaldo se negou a pedir um emprego ao Antônio Carlos Magalhães, na Eletrobrás.

Eu até podia pedir um emprego ao Antônio Carlos Magalhães, pois me dou bem pessoalmente com ele. Mas eu vivia fazendo oposição [política] na Bahia. Não podia, de repente, parar com isso porque estava querendo um emprego. (RIBEIRO, 1999, p. 28)

Ubaldo passou a maior parte da vida esperando um cumprimento ou um tapinha elogioso do pai nas costas, que nunca veio. O primeiro livro, *Setembro não tem sentido* (1968), foi olhado com certa indiferença. Quando publicou *Sargento Getúlio* (1971) “ele disse simplesmente que eu não sabia contar história”. *Viva o povo brasileiro* (1984), o livro mais ambicioso de João Ubaldo, foi dedicado ao pai. Está lá: “A Manoel Ribeiro, com admiração”. A opção pela carreira literária nunca foi bem-vinda. Manoel Ribeiro “morreu inconformado” (ibidem, p. 28).

Escritor profissional

Ubaldo desejava ser lido. Cobiçava aliar o seu barroquismo com a simplicidade. Buscava casar o peso exuberante do seu estilo com aquilo que fez Jorge Amado: contar histórias. Nesse sentido, João Ubaldo precisou policiar o próprio texto – caracterizado por uma “escrita gordurosinha”, com parágrafos longos, cheios de vírgulas, adjetivos e advérbios – para o bom funcionamento da trama. Reduzir os adjetivos de que tanto gostava foi sempre uma dificuldade. Já os advérbios foram sacrificados sem maiores traumas. “Quando muito jovem, era o rei dos advérbios”, até tomar consciência de que eles comprometem “a precisão ou a contundência, paradoxalmente”. Ao invés de adicionar precisão, como é de se esperar, os advérbios adicionam mais conotação e tornam “a coisa descrita mais nebulosa, e não mais precisa”. E não bastava “cair de faca” nos advérbios e policiar-se no uso dos “perigosíssimos” adjetivos. Ainda foi preciso tomar medidas para conter o “instinto natural” de “sair fazendo fios narrativos, assim como aquelas codas que não acabam mais dos compositores barrocos, aquelas convolutas das esculturas barrocas” (RIBEIRO, 2008b, p. 07). Para além desses ambientes auditivos e visuais, o estilo do escritor foi enormemente influenciado pela

prosa dos padres Antonio Vieira e Manoel Bernardes, este “um reacionário, muitas vezes chato, mas que escreve divinamente”. Aos dez anos de idade, mesmo forçado pelo rigor paterno a copiar em boa letra os Sermões de Vieira, Ubaldo não criou indisposição com a língua portuguesa. “Vejam, sou tão pirado que devia odiar esses escritores. No entanto, adoro os Sermões de Vieira até hoje, assim como adoro o padre Manoel Bernardes” (RIBEIRO, 2008).

Se a predileção pelo estilo barroco fez com que o jovem Ubaldo flertasse constantemente com os exageros, a maturidade e a profissionalização obsequiaram-lhe comedimento em defesa da precisão e da clareza. Dessa forma, o cálculo de doses combinadas de simplicidade e de elaboração, como “aquela história da linha reta cheia de significados”, não frustrou o seu “jeitão”.

(...) me sinto completamente barroco. Eu sou chegado num tipo de escrita em que coloco o predicado aqui e o objeto lá longe. Meu pai, que era alagoano, era meio barroco, mesmo falando. Lembro que ele começava a falar e jogava uma oração intercalada – e eu pensava: ‘agora ele vai se danar’ – e muito depois vinha a continuação, perfeita, você sentia o travessão na fala dele, intercalava e não repetia o sujeito. Quando isso é bem jogado é uma beleza. Mostra a riqueza da língua. (RIBEIRO, 1999, p. 37)

Como um “trabalhador braçal das palavras” (BATELLA, 2016, p. 283) que vive de contar histórias, Ubaldo precisava garantir que o seu trabalho fosse suficientemente legível. Embora os elogios da crítica fossem bem vindos, seria fundamental conciliá-los com boas vendas. Não existia outra saída senão fazer dos seus livros um produto desejado, alcançando um conjunto amplo de leitores. Este objetivo moveu Ubaldo em direção a uma linguagem mais contemporânea e urbana, em detrimento da posição de “escritor nordestino, regionalista, focado em universos populares e em linguagens populares” (ibidem, p. 275), que marcou o início de sua carreira.

Ubaldo dizia que não pensava em nenhum tipo muito específico de leitor. De maneira genérica, procurava fazer um texto para um leitor que já considerava de biblioteca, “um leitor de todo dia, que está lendo no ônibus ou no escritório”. Nisto, a sua formação jornalística foi fundamental. “Escrever para jornal é não ser pernóstico, não usar muitas palavras difíceis” (RIBEIRO, 2011b). O leitor médio brasileiro “consome histórias bem contadas, com um impactante começo, um ótimo e ligeiro meio e um excelente final” (BATELLA, 2016, p. 268). Ao movimentar-se em direção à profissionalização, “foi ficando cada vez mais fácil ler Ubaldo” (ibidem, p. 278). Foi assim que o escritor forjou a sua ambição profissional, trabalhando sempre para que a

trama funcionasse, rendendo, além de boas histórias, o dinheiro certo para o sustento familiar, sem o qual não seria possível viver da vocação.

Aos escritores iniciantes, Ubaldo invariavelmente recomendava obstinação e humildade. Em 1999, foi mais longe: “Em primeiro lugar, desaconselharia esse jovem candidato a continuar; sugeriria que desistisse enquanto é tempo”. Se mesmo assim a disposição prevalecer, “vá em frente, leia muito (...) o resto não é com você, amigo. É um mistério” (RIBEIRO, 1999, p. 49). Embora o conselho possa ser lido como um charme iconoclasta, como quem faz piada com a própria profissão, a mensagem desencorajadora está longe de ser uma autoironia passageira ou irrefletida. Em carta ao sobrinho Juvenal, em 1990, Ubaldo manifestou torcida para que o “querido Juva” arranjasse “uma ocupação decente e não se aproximasse tão perigosamente do ofício de seu tio”. Afirmou, ainda, que se fosse tabelião – como desejou o seu pai, Manuel Ribeiro – levaria uma vida mais confortável e “sonharia tenazmente em comer a Elba Ramalho” ou “comeria uma prima dela, Ana Romilda, de Caruaru”. Uísque escocês e checapes no Incor de São Paulo também não são permitidos a um escritor. “Cria-me, querido sobrinho, não lhe mintos: a vida de tabelião é melhor, mesmo sem comer a Ana Romilda” (RIBEIRO apud BATELLA, 2016, p. 342).

A advertência recomenda não ter ilusões nem criar expectativas. Mesmo para escritores renomados, as dificuldades são enormes: trabalho duro para uma renda modesta. Com tantos livros publicados no exterior⁶, “muita gente pensa que moro num triplex de alto luxo e tenho um iate” ou “que levo uma vida diferente das demais pessoas”. Nada mais falso. “Ganho com um livro o que o Caetano ganha apenas num show” (RIBEIRO, 2000c). Jeito de ficar rico, somente acertando a mega sena ou em casos raríssimos de um ou outro *best seller* internacional.

Na experiência brasileira, somente Paulo Coelho⁷. “Não só no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo, a grande maioria dos escritores, quando não é pobre, é remediada” (RIBEIRO, 2001). De fato, “vida de escritor não é tão esplendorosa. Raros são os que têm sucesso suficiente para se sustentar” (idem, 2011a). Mesmo com algum êxito comercial, ganha-se pouco.

⁶ A lista de países é extensa: Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Holanda, Suécia, Hungria, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Rússia, Canadá, Estados Unidos, Israel e Cuba (BATELLA, 2016, p. 264).

⁷ Paulo Coelho está entre as 300 pessoas mais ricas da Suíça. Ver <<http://exame.abril.com.br/negocios/paulo-coelho-esta-entre-as-300-pessoas-mais-ricas-da-suica/>>. Acesso em outubro de 2017.

Num contrato mais ou menos típico de edição, a editora fica com uns 50%, o livreiro com uns 40% e o autor com 10%. É isso mesmo, 10%, quando não é menos e quando a editora paga, o que ocorre pingadinho, de três em três meses, ou de seis em seis — ou, em certos casos, nunca ocorre. Aí o “milionário” recebe um chequinho mixuruca, que já vem com uma bela mordida do Leão, de quase 30%. (RIBEIRO, 2001)

Em 1996, imerso na refrega contra a depressão e o alcoolismo, Ubaldo falou da sua crescente falta de sensibilidade “em relação às glórias desse mundo”. A fama possui um valor relativo, contingente. Quantos escritores, prestigiadíssimos em sua época, não foram esquecidos pelas gerações futuras. Ou, ao contrário, quando o reconhecimento só vem muito tempo após a morte. “De forma que eu – como muitos escritores amigos meus, que falam na intimidade – gosto de prêmio, sim, notadamente quando tem dinheiro. Quando não tem dinheiro, não me sensibiliza tanto. Que eu sou pobre e gosto de um dinheirinho” (RIBEIRO, 1996).

Consta no anedotário sobre Rui Barbosa que, depois de tanto receber pessoas em casa interessadas em seus pareceres e opiniões, a sua esposa passou a adotar medidas contra aquilo que considerava uma exploração. Ao final do encontro, puxava discretamente a visita para perguntar se havia sido combinado algum pagamento: “você já deve saber”, dizia ela, “o conselheiro come”. Ubaldo também comia, “apesar de não ser nem conselheiro nem Águia de Haia”.

Mas creio que há muita gente que acha que escritores, de modo geral, não comem, nem precisam de dinheiro para nada. Como tudo mais deve ser culpa da imprensa, que costuma falar em escritores de *best-sellers* internacionais, os quais ganham dois milhões de dólares por mês, papam nove entre cada dez estrelas de cinema e têm vastas coleções de carros e relógios de luxo. A verdade, aí de nós, é que a maior parte dos escritores, não só aqui como no mundo todo, tem que se virar de várias formas para conseguir viver modestamente. (Idem, 2000a, p. 36 e 37).

Em um questionário respondido por e-mail, entre os anos de 2002 e 2003, Ubaldo esclareceu que a sua relação com dinheiro o deixava preocupado. Embora não possuísse desejos consumistas e não sentisse “falta de uma porção de coisas que atraem outras pessoas” (BATELLA, 2016, p. 340), a possibilidade de faltar dinheiro para as “necessidades relativamente modestas” da família causava pavor.

Eu não queria ser milionário, não queria mesmo, mas queria ter certeza de que nunca mais teria problemas com dinheiro, como amigos meus, de meu tempo, estão enfrentando. Tremeo em pensar, agradeço a Deus minha situação. (RIBEIRO, apud BATELLA, 2016, p. 340)

A defesa óbvia em favor de uma remuneração adequada para uma determinada atividade profissional parece não encontrar consenso quando se fala no ofício de escritor. Uma imagem excessivamente romantizada e muito difundida associa o escritor ao poeta transcendental, amigo íntimo de toda a sorte de deidades. É comum, por este motivo, torcer o nariz para a arte feita por encomenda, como se o objeto negociado e contratado perdesse em prestígio e beleza. Não obstante, Ubaldo queria ser como o seu amigo e conterrâneo Jorge Amado, um escritor profissional e um competente contador de histórias. Viver para escrever e viver de escrever, de maneira exclusiva. Ser escritor apenas – “coisa rara, mais contraditória” – sem a necessidade de desempenhar atividades paralelas para liquidar o vencimento mensal das contas a pagar.

Quase todos [os escritores] se viram como professores, pesquisadores, bibliotecários ou jornalistas, isso quando não são forçados a exercer atividades que não têm nada a ver com sua condição de escritor, como, por exemplo, a de dentista, para pagar o aluguel. (RIBEIRO, 2001).

Embora João Ubaldo escrevesse desde os nove anos de idade – época em que, abalado pela morte de Monteiro Lobato, decidiu continuar por conta própria a fábula de Emília e Narizinho –, foi somente por volta dos quarenta anos que se decidiu pela carreira exclusiva de escritor. Ubaldo, que já foi chefe de redação, publicitário, professor universitário e outras coisas mais, dispensou empregos e ocupações para um mergulho dedicado e sem volta na vida de escritor. “O mistério de escrever um livro” requereria tempo e concentração, não sendo possível dividir atenções. “A literatura é absorvente, é exigente com o sujeito. Quando se mergulha em um universo ficcional que você criou, fica difícil sair dele. E quando se sai, muitas vezes o livro desanda. Você perde o contato com o livro e ele desanda” (RIBEIRO, 2011b).

Sem inspiração ou luzes súbitas a clarear o espírito, foi preciso continuar trabalhando duro. A realidade é a dos credores batendo à porta. Como é comum entre profissionais de qualquer área, trabalha-se por dinheiro. Nada mais natural, pois, do que negociar uma importância para escrever um livro, preferivelmente com “adiantamento decente”. Ubaldo gostava do estímulo, como ficou registrado na entrevista para o jornal *Rascunho*, em 2008. Sentia-se um “profissional desafiado”, entrando numa “espécie de barato”.

Se não me violentar, adoro aceitar encomendas, porque os artistas sempre viveram de encomenda. Pensar o contrário é uma ficção romântica e, ao mesmo tempo, justifica que só pratica arte aqueles que não precisam do dinheiro, ou seja, só a classe dominante. (RIBEIRO, 2008b, p. 06).

Em sua militância para dessolenizar a profissão de escritor e, de modo geral, aquele que vive de trabalho artístico, Ubaldo especulou sobre o “clima de fofoca e baixaria” dos concursos públicos de teatro na Grécia antiga, e das disputas “por dinheiro, reputação, fama, glória, (...) exatamente no mesmo clima que seria disputado hoje, com disse-me-disse, e assim por diante”. Hoje, as pessoas ignoram que

a obra dos renascentistas, a capela Sistina, tudo isso foi encomenda, como boa parte da obra de Rembrandt e da obra musical de grandes compositores, como Bach, que escreveu os Concertos de Brandemburgo para puxar o saco de um nobre. Mozart era pouco mais que um empregado de cozinha da Corte. O imperador mandava chamá-lo e pedia um concerto para sábado seguinte. E lá vinha uma obra-prima. (RIBEIRO, apud BATELLA, p. 313)

Mas nem tudo se faz por dinheiro. Em entrevista⁸, comentou a circunstância de uma oferta recusada. João Alves, então deputado pela Bahia, ligou pessoalmente ao escritor pedindo um livro de encomenda que contasse “a verdadeira história do caso”. Aconteceu em 1993 e o caso em questão foi o escândalo de corrupção conhecido como Anões do Orçamento, cujo chefe da quadrilha foi o próprio João Alves. À época, o deputado foi acusado de possuir um patrimônio incompatível com a sua atividade parlamentar. Alegou, em defesa própria, ser um homem de sorte: havia acertado mais de 200 vezes na loteria. As investigações provaram que João Alves comprara bilhetes premiados da Caixa Econômica Federal para lavar o dinheiro relacionado a fraudes no orçamento da União. Apresentando-se como amigo de Manuel Ribeiro, pai de João Ubaldo, o deputado estava disposto a pagar qualquer preço por uma biografia que o redimisse publicamente. “Ele não era amigo do meu pai coisa nenhuma e, mesmo que fosse, é claro que eu não aceitaria escrever, por dinheiro nenhum, um livro como aquele”. João Alves provavelmente acreditava que um ficcionista e bom prosador seria hábil em contar a “verdadeira história do caso”. Mesmo diante das negativas do escritor, o deputado continuou insistindo. “Para ele desistir foi um saco. Um dia, calhou de a minha irmã estar aqui em casa. Ela, sempre decidida, pegou o telefone e encerrou a conversa”⁹.

Como contador profissional de histórias e sem ofender a própria consciência, Ubaldo produziu dois romances de encomenda. O primeiro foi *A casa dos Budas ditosos* (1999), requisitado pela editora *Objetiva* para a coleção *Plenos Pecados*. Antes

⁸ O escritor e o seu duplo, por Tom Cardoso. Entrevista concedida a revista Valor Econômico, Rio. Ver <<http://www.valor.com.br/cultura/3422318/o-escritor-e-o-seu-duplo>>. Acesso em novembro de 2017.

⁹ Op cit.

de decidir-se pela luxúria, tema do livro em questão, a editora sugeriu a Ubaldo o pecado da preguiça, rechaçado pelo autor. Depois de tanto defender em entrevistas que a vida de escritor é difícil e que trabalha de forma obstinada, escrever sobre a preguiça daria mais munção aos arraigados preconceitos que habitam a cabeça das pessoas. A ideia relativamente difusa de que o trabalho do escritor é facilitado por inspirações etéreas seria associada à imagem do baiano deitado numa rede ou sentado sem camisa à sombra de uma boa árvore, potencializando enormemente uma série de estigmas, de modo que seria quase impossível de demovê-los do imaginário. “João Ubaldo não suporta que façam folclore dele” (LACERDA, apud COUTINHO, 1998, p. 33). O fato é que, uma semana depois do contato da *Objetiva*, apareceu o principal componente: um cheque.

Não importa o que lhe digam. O cheque tem uma função inspiradora. Inspira muito. Fiquei completamente inspirado, mais inspirado ainda depois que depusitei o cheque. Mas tinha o prazo de entrega. O Tom Jobim dizia que a inspiração para ele era o prazo. Prazo também inspira muito. Então começou a correr o prazo. Eu peguei inspiração em cinco dias. (...) O livro foi um sucesso e continua sendo. Foi levado ao teatro com sucesso. Enfim, não tem nenhum mistério. Me pagaram. Eu fiz. Compraram. Deu tudo certo. (RIBEIRO, 2011b)

Já o segundo livro, *Miséria e grandeza do amor de Benedita* (2000), foi uma aposta feita pela livraria virtual *Submarino* e pela editora *Nova Fronteira*. Notabilizou-se por ser o primeiro livro eletrônico (*e-book*) brasileiro. Para o crítico José Castello, no entanto, a questão tecnológica e a polêmica da encomenda são secundárias. Durante o programa *Roda Viva*, gravado em 2001, o crítico ficou mais impressionado com o tempo de escrita do livro: quatro semanas apenas. “Não é escritor? Escrevo. Sentei o rabo lá e escrevi”, emendou João Ubaldo, do centro da roda.

Ubaldo também é autor de livros infantis. Quando perguntado se existia “prazer especial em escrever para crianças”, respondeu que a satisfação vinha do senso de ter trabalhado (RIBEIRO, 1999, p. 46). Independentemente do público, concluir um trabalho o satisfazia. Em 1983, uma agente literária fez contato telefônico perguntando se ele possuía algum livro infantil guardado na gaveta esperando publicação. Como o pagamento era bom, Ubaldo respondeu positivamente. Na verdade não havia livro nenhum na gaveta, mas precisava do dinheiro e preferiu aceitar o desafio de inventar um livro em pouquíssimo tempo. “Exibido como um pavão”, disse à esposa Berenice que não se preocupasse, pois cumpriria o prometido. Sentou e não levantou antes que as

quarenta páginas de *Vida e paixão de Pandonar, o cruel* ficassem prontas. Foram dois os motivos que o levaram a aceitar o desafio, a saber, “por ordem de importância: falta de dinheiro e exibicionismo” (RIBEIRO, 1999, p. 46). Sua segunda experiência em literatura infanto-juvenil foi *A vingança de Charles Tiburone* (1990), produzido também em tempo exíguo. A motivação, no entanto, foi bem diferente. Ubaldo havia acabado de entregar *O sorriso do lagarto* (1989) para publicação e, como acontecia invariavelmente após o término de um trabalho, ficou com uma estranha sensação, “um sentimento de vazio intolerável, quase uma depressão” (idem, 2000, p. 61). Para atenuar a desolação e “exorcismar pensamentos lúgubres”, valeu-se da companhia de filhos e sobrinhos nas férias em Itaparica para escrever *A vingança de Charles Tiburone*. “O livro tem inclusive muitas referências das crianças que ninguém sabe. Por exemplo: ‘tiburone’ era como minha filha pequena chamava tubarão” (idem, 1999, p. 46).

Embora esses livros infanto-juvenis sejam menos conhecidos e pouco comentados, o autor garante que os escreveu com o mesmo capricho dos outros. “Eu tenho um controle de qualidade – não importa o que eu esteja escrevendo, procuro fazê-lo funcionar” (ibidem, p. 46).

Escritor obsessivo

Ubaldo não abria mão do isolamento e da privacidade. “Escrever, pra mim, é um ato tão íntimo, tão íntimo que não acerto escrever na frente de ninguém, a não ser em redação de jornal, que é como sauna, onde todo mundo está nu e não repara na nudez alheia” (RIBEIRO, 2000, p. 60).

Além do isolamento, era fundamental estar disponível para o trabalho. Escrever é emergir no universo de uma história. Criam-se personagens para em seguida sair atrás deles tomando nota de tudo o que fazem, dizia Ubaldo. Todo início de ano, ele parecia um escolar. Depois de uma visita à papelaria, voltava para casa de caderno novo, que logo ficava inteiramente imprestável. A ideia inicial de planejar o trabalho não resistia à independência dos personagens, sendo comum o gesto de algum rebelde que, contra a vontade do próprio autor, se negava a casar ou a morrer. “N’*O sorriso do lagarto*, por exemplo, eu pensava que o João Pedroso era homossexual. Mas a história ia passando e nada do João Pedroso se revelar. No fim, eu me rendi: não era ele o homossexual da história” (RIBEIRO, 1999, p. 40).

O personagem se recusa a cumprir o destino imaginado para ele e complica extraordinariamente o que parecia ser uma história já completamente concebida em suas linhas gerais. A mesma coisa com eventos, que se misturam, rejeitam a ordem e as relações que se pretende dar-lhes e causam tanta ou mais confusão do que os personagens autônomos. Creio que agora se entende, quando falo em sofrimento ao escrever, porque qualquer um haveria de sentir-se inseguro, ou mesmo angustiado, trabalhando sob esse regime anárquico. (RIBEIRO, 2000a, p. 59)

Ainda que o texto não fosse submetido a planejamentos metódicos, era necessária uma rotina de hábitos regrados para não fazer a história desandar. “Depois de uma semana sem trabalhar, quando volto não me dou mais com aquilo” (idem, 2012b). O ideal seria trabalhar todo dia, sem descanso, o que cada vez parecia mais distante. O autor reclamava das novas tendências das editoras, com seus departamentos de *marketing* que transformam o escritor em celebridade. Cada vez menos um escritor escreve. Dedicava-se mais a comparecer em eventos literários, noites de autógrafos, entrevistas, saraus, inaugurações etc. Sem contar os inúmeros pedidos de amigos para escrever um prefácio ou uma orelha elogiosa. Ou, ainda, o assédio de jornalistas querendo uma síntese da atual conjuntura nacional. Ubaldo costumava prometer a si mesmo que, para o próximo ano, estava disposto a fazer inimizades. Negaria todo pedido que lhe tomasse tempo. As promessas nunca foram cumpridas.

Como todo trabalho, foi obrigado a fazer coisas que o desagradavam. Principalmente quando a companhia do Pequeno Ubaldo o infernizava. Para dar conta dos conflitos íntimos de sua consciência, o escritor criou dois personagens, o Pequeno e o Grande Ubaldo. Apenas uma “besteira”, uma “brincadeira psicanalítica” (RIBEIRO, 2001). A história dessa dupla personalidade, criada e contada por Ubaldo em tom anedótico, é a exposição de uma intimidade conflituosa e em constante negociação com as exigências impostas pelo trabalho. A sofrível convivência com o Pequeno Ubaldo mexia com os seus brios: “um canalha que vive me perseguindo, me xingando, me chamando de preguiçoso, dizendo que não escrevo nada”. A erudição devia estar a serviço de um profissional sério-sério, rigoroso e nada complacente. Durante a feitura de um livro, por exemplo, era obrigação escrever três laudas por dia, no mínimo, sem direito a desconto. Não adiantava escrever seis laudas hoje e nenhuma amanhã. Três laudas equivalem a um Conrad na régua utilizada por Ubaldo e estava entre um GG e uma Woolf. “Dizem que Graham Greene [GG] escrevia 500 palavras por dia, já Virgínia Woolf escrevia de mil a 1200, por aí. Eu costumo escrever um Conrad, de Joseph Conrad, que escrevia 800 palavras por dia” (idem, 2009).

Exigente, o Pequeno Ubaldo ventava na mente do escritor um sopro obstinado. Quatro dicionários abertos, todos rodando atrás da palavra ideal, em busca da precisão exigida pela adequação da imaginação na forma da linguagem. A agilidade da internet, no entanto, não tornou o trabalho do escritor mais rápido. Ao contrário. O argumento é simples: um espírito curioso, com um arco amplo de interesses, torna-se presa fácil para o universo sem fim da internet. A erudição incomum, “completamente lelé”, de João Ubaldo Ribeiro, interessada em biologia, sistemas mnemônicos e línguas secretas, transformava a *web* num labirinto digressivo contraproducente, especialmente para as pretensões de escrever um Conrad por dia.

Antes do computador era mais fácil ser objetivo. Caetano Veloso demorou a acreditar em João Ubaldo, quando o escritor disse que não entendia coisa alguma de candomblé, apesar da precisão dos registros feitos em *Viva o povo brasileiro*. Do alto do sobradinho cedido pela biblioteca de Itaparica, no início da década de 80, Ubaldo gritava da janela a Zé de Honorina: “Zé! como é a saudação de Oxum? Qual a comida de Oxóssi?” (RIBEIRO, 1999, p. 43). Zé de Honorina, “um sujeito inteligentíssimo”, filho de Xangô que ‘fez santo’ aos sete anos, contribuiu muito para a fama de Ubaldo como um grande conhecedor de candomblé. Eis aí um exemplo de como a inexistência do *Google* podia ser remediada pela inteligência obsequiosa de um amigo.

Ubaldo respondia com irritação sempre que perguntado sobre suas inspirações. Seu trabalho é fruto de suor. Queixa-se de nunca ter tido os ouvidos cantados por nenhuma Musa. Sem querer menosprezar o trabalho alheio, inspiração só se fosse para fazer um “sambinha” na companhia de amigos em algum boteco, repetia Ubaldo. Considerava-se um operário das letras, que não podia dar-se ao luxo de parar de escrever. Era do seu trabalho que tirava o sustento familiar. “Agora tenho de me virar; vou ali, pedir uma cesta básica às Musas” (RIBEIRO, 2000a, p. 47).

Também por vaidade, submetia-se aos escrachos do Pequeno Ubaldo. Sem esta companhia desagradável Ubaldo não seria o escritor que foi. Dos constrangimentos impingidos pelo lado obstinadamente exigente de sua personalidade, nasceram muitos de seus trabalhos. Não bastou escrever *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro*, dois livros que o expuseram na vitrine dos grandes escritores brasileiros. Quis o Pequeno Ubaldo que ele fosse lá e traduzisse ambos para o inglês. Depois de ler algumas páginas traduzidas a cargo de uma editora norte-americana, Ubaldo não gostou do resultado e resolveu tomar para si a responsabilidade da tradução. Trabalho duríssimo, certamente.

Em bares, botecos e afins a conversa era outra. Quem comandava o espetáculo era o Grande Ubaldo. A ilustração estava a serviço do divertimento e do chiste. Com um inglês melhor que o do Fernando Henrique Cardoso¹⁰, distinguia sotaques com desenvoltura espantosa. Imitava um milionário texano, um jeca do Arkansas ou o sotaque *cockney*, de Londres, conta o teatrólogo Luis Carlos Maciel. Também “incorporava” outras vozes, como Frank Sinatra e Louis Armstrong, “qualquer coisa de antológico”. Outros preferem sua ‘atuação’ no papel de Richard Burton (COUTINHO, 1998, p. 20 e 21). Se não fosse a forte ligação com a língua materna, Ubaldo bem poderia ser “um estilista da língua de shakespeare”. “É que o Brasil – o povo brasileiro e sua múltipla língua – não deixou.” (ibidem, p. 18).

Voltando à terrinha, outras imitações faziam sucesso: Cauby Peixoto, Dorival Caymmi, Glauber Rocha e Antonio Carlos Magalhães. Luis Fernando Veríssimo conta que “ele era muito divertido. Brincávamos que ele tinha uma boa voz. Cantava muito. Falávamos que o verdadeiro Dorival Caymmi era ele”¹¹. Ubaldo não fazia apenas imitações, também dava vida aos personagens que inventava. Este foi o caso de J. P. Bloodsworth, um coronel inglês, racista, mal-humorado e reacionário, “só capaz de gostar um pouquinho dos alemães, por causa da família real inglesa, cujos traços de parentesco com a nobreza alemã são antigos” (ibidem, p. 21).

Pouco afeito a “assuntos literários” ou a papo de intelectual, Ubaldo dizia que não tinha cara de escritor, referindo-se ao ar solene e superior das estampas de Machados de Assis e José de Alencar impressas em livros escolares. “Costumo dizer que não tenho cara de escritor, o que se confirma em minha imagem literária em certos círculos do nosso ramo, que, pelo que posso avaliar, é de um baianão meio primitivo, de poucas luzes, mas boa gente e com alguma intuição” (RIBEIRO, 2000a, p. 60).

Convivia, na intimidade, com poucos amigos escritores, como foi o caso de Rubem Fonseca. Nos almoços frequentes em que dividia mesa com Zé Rubem, os assuntos eram os mais triviais possíveis: a boa forma de uma moça que passasse na calçada ou queixas em relação a algum mau pagador. Ubaldo justificava o desinteresse em discutir literatura, repetindo um conhecido chavão que, com regularidade, é

¹⁰ “Eu ousou lembrar ao senhor, que tanto brilha, ao falar francês ou espanhol (inglês eu falo melhor, pode crer) em suas idas e vindas pelo mundo, à nossa custa, que o senhor é o presidente de um povo miserável, com uma das mais iníquas distribuições de renda do planeta” (RIBEIRO, 2000a, p. 179).

¹¹ Veríssimo sobre João Ubaldo Ribeiro: “Ele era o verdadeiro Caymmi”. Ver: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/18/verissimo-sobre-joao-ubaldo-ribeiro-ele-era-o-verdadeiro-caymmi.amp.htm>>. Acesso em outubro de 2017.

estendido a outras profissões: “escritor não gosta de literatura, escritor gosta de dinheiro”.

Mas a vida é mesmo cheia de contradições aparentes. Sem interesse em assuntos literários e sem cara de escritor, o que João Ubaldo fazia na Academia Brasileira de Letras? É natural conjecturar que o desejo de entrar na Academia fosse para coroar uma carreira de escritor dedicado e profissional sério. “Eu gostaria de ser lembrado, durante algum tempo, como um grande escritor porque isso ia fazer bem a minha família, aos meus herdeiros, como é de costume e tradição. Isso rende certas vantagens à família” (idem, 1996). Sem emprego na Eletrobrás e ganhando menos que o Caetano Veloso, não eram desprezíveis as vantagens de um membro imortal da Academia. Além do prestígio, um bom plano de saúde e um mausoléu na Academia. Roberto Campos, membro da ABL, confirmou um chiste famoso que diz que imortal é quem não tem onde cair morto: “hospital e cemitério é tudo o que eu preciso na minha idade”¹².

Apesar da curta distância entre o apartamento do escritor e a sede da Academia, coisa de 14 km, Ubaldo não era frequentador assíduo, como constatou o confrade Evanildo Bechara: “Ele vinha pouco à academia, mas quando vinha era uma festa”¹³. Ruy Castro diz que cronista bom precisa andar na rua, correr da polícia e de marido ciumento. Em termos semelhantes, este conselho equivale à vivência do Grande Ubaldo em ambientes sociáveis. Menos na Academia e mais em restaurantes e botecos. O essencial do raciocínio de Ruy Castro é o referencial da rua para o labor do cronista. Nela, Ubaldo encontrava-se com estimados amigos. A turma era ilustríssima no início dos anos 90. No Rio de Janeiro – entre o *Arataca*, o *Antonio’s* e o *Bracarense* – João Ubaldo era visto com o maestro Tom Jobim, o jornalista Tarso de Castro, arquiteto Paulo Casé, os atores Antonio Pedro, Hugo Carvana e José Lewgoy, o compositor e poeta Abel Silva, o escritor Eric Nepomuceno, Millôr Fernandes, o astrólogo Carlos Magno, o jornalista Marcio Moreira Alves, os caricaturistas Chico e Jaguar. Com o tempo, os amigos foram morrendo e as limitações da idade diminuíram o ímpeto boêmio. Sem falar no alcoolismo. “Hoje frequento apenas o *Flor do Leblon*”, disse em 2012.

¹² Privilégios de um membro da ABL vão além da imortalidade. Ver <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/privilegios-de-um-membro-da-abl-vaio-alem-da-imortalidade/n1237589695437.html>>. Acesso em outubro de 2017.

¹³ João Ubaldo Ribeiro segundo seus colegas de ABL. Ver <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/joao-ubaldo-ribeiro-segundo-os-seus-colegas-da-abl-13297697>>. Acesso em outubro de 2017.

A depender do Grande Ubaldo, Itaparica sempre esteve em mais alta conta, cuja lembrança remete à companhia de Toinho Sabacu, Zé de Honorina, Jacob Branco, Zeca e Sérgio Harfush, Luciano Kibe Frito, Cuiuba e outros mais. Entre o bar de Espanha e o mercado do peixe em Itaparica, Ubaldo só fazia rir e conversar. Debaixo do oitizeiro, na Praça da Quitanda, os encontros não tinham hora para acabar, conta o amigo Sérgio Harfush: “papo fabuloso, inteligentíssimo, com histórias e personagens que ele criava. Não tinha como não ficar envolvido pela conversa dele”¹⁴.

Em Itaparica prevalecia o espírito do Grande Ubaldo, cuja personalidade despreocupada e despida de culpas se opunha ao do Pequeno Ubaldo, sujeito canalha e inquisidor. Maneiras de desagradar o escritor na ilha famosa eram poucas e triviais, como conta Toinho Sabacu, “filósofo estóico com acentuadas influências de Sêneca” (idem, 2008a), cara feia apenas se lhe dessem um celular na mão ou se lhe pusessem numa calça para ir a Salvador resolver um problema.

Nas crônicas dominicais, embora o Grande Ubaldo se fizesse presente, prevalecia o temperamento do Pequeno Ubaldo. Não havia preguiça que fizesse atrasar um texto, religiosamente entregue para publicação com antecedência. Não era por menos. Bastava um dia de folga ou algumas horas de sono pela tarde, período que se dizia burro e inapto para escrever, para baixar a consciência do Pequeno Ubaldo. “Não deixou nada para a família, nem um patrimôniozinho, e ainda dá-se o direito de não fazer nada. Vagabundo!”. Não existiria o “educador malcriado” se não fosse essa caturrice avessa a diplomacias. Como cronista de trincheira, Ubaldo combatia na primeira pessoa, sem pejo ou timidez. Simplesmente “pensa por sua própria cabeça”, como escreveu Jorge Amado (in RIBEIRO, 1995, orelha).

“Pouco se lhe dá, rasga a fantasia”, desvela a hipocrisia, briga, crítica e denuncia (GULLAR in RIBEIRO, 2006, p. 08).

Escritor brasileiro

O cenário da literatura contemporânea não foi objeto de interesse ou merecedor de comentários alongados por parte de João Ubaldo. Confessava-se ignorante na matéria. Dizia que, por não ser um homem de formação literária, não se sentia obrigado

¹⁴ “Também, João Ubaldo, com uns amigos desses...”, *blog* administrado por Beto Benjamin. Ver <<https://nuncasesabe.com/2015/06/16/tambem-joao-ubaldo-com-uns-amigos-desses-nem-itaparica-aguenta-parte-3/>>. Acesso em outubro de 2017.

a acompanhar rigorosamente os seus ritmos de renovação. “Não é que eu não me interesse por coisas novas. Eu farejo, pego um livro, dou o que chamo de uma cheirada, e já tenho a ideia mais ou menos da qualidade literária dele”. Era uma espécie de oximoro, explicou o autor: “não me interessando, me interesse” (RIBEIRO, 2008)¹⁵. Em seu *pantheon* de heróis literários figuravam Vieira, Homero, Jorge de Lima, Rabelais, Montaigne e Shakespeare, sendo improvável que algum outro novo escritor viesse ombrear em predileção nessa selecionadíssima prateleira. A preferência pelos clássicos, lidos e relidos incontáveis vezes, absorvia o tempo do escritor, restando pouco espaço para imersões no cenário contemporâneo. Na sumária autobiografia escrita para o *Jornal de Letras* (edição 987), disse que não tinha paciência com nada novo. “Meu pai dizia que era um sintoma claro, patente de loucura, eu ficar lendo sempre a mesma coisa, sei lá quanto tempo, seguidamente, sempre”.

Sobre os escritores da Academia Brasileira de Letras, Ubaldo mantinha tons discretos. Não queria ser descortês, tecendo críticas aos colegas de clube, depois de acolhido como membro. Mas os espíritos provocativos de jornalistas e entrevistadores perseveravam, alimentados talvez pela esperança de algum depoimento forte, como o que foi dado por João Ubaldo a respeito de Fernando Henrique Cardoso¹⁶, um “sociólogo medíocre”, cujo livro *O modelo político brasileiro* “pareceu um amontoado de obviedades que não fizeram, nem fazem, falta ao nosso pensamento sociológico brasileiro” (RIBEIRO, 2000a, p. 178). (Vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso não era membro da Academia, à ocasião da carta ao presidente, muito embora João Ubaldo já desconfiasse de que o título de imortal das letras brasileiras estivesse no radar da personalidade vaidosa de Cardoso).

De fato, Ubaldo era constantemente convocado a falar de personagens com potencial para uma boa polêmica. Nesse contexto, não faltaram perguntas sobre Paulo Coelho, sucesso de público e fracasso de crítica, com o intuito de expor publicamente a figura do mau escritor. Os perguntadores mal disfarçavam as pretensões, deixando transver o gesto sarcástico de quem buscava a cumplicidade do entrevistado com o

¹⁵ Entrevista concedida ao jornal Rascunho. Maluco Inteligente, por Rogério Pereira e Fabio Silvestre Cardoso. Ver <<http://rascunho.com.br/maluco-inteligente/>>. Acesso em outubro de 2017.

¹⁶ Ubaldo foi professor de ciência política durante seis anos, na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Católica da Bahia. Dizia-se do ramo e, portanto, competente para criticar o trabalho do sociólogo Fernando Henrique. Quando foi publicado *O modelo político brasileiro* (1972), Ubaldo participava de um grupo em Salvador que se atribuiu como tarefa a leitura e discussão desse livro. “(...) jamais vi um apanhado tão grotesco de lugares-comuns e bobagens e coisas repisadas e ‘nadas’ unidos numa obra com a pretensão de ser um trabalho sociológico” (Roda Viva, 2001).

objetivo de explorar o notável desnível entre sucesso editorial e entidade literária. Na entrevista para o programa *Roda Viva*, em 2012, Ubaldo, sem maiores especulações ou rodeios, disse que não gostou do pouco que leu da obra de Paulo Coelho. Deixou claro que era apenas uma opinião, um gosto pessoal. Um ano antes, para o evento *Paiol Literário* em Curitiba, deu o seguinte depoimento a respeito do escritor místico:

Nunca li Paulo Coelho. Li somente uns pedacinhos. É um escritor que não está inserido na tradição da literatura brasileira. Ele é um escritor singular. Nesse sentido, não é um escritor brasileiro, no sentido de que o Brasil não está presente na obra dele. Ele poderia ser árabe, japonês, vietnamita, o que quer que fosse, porque a obra dele não pertence ao Brasil. Agora, a qualidade literária, não sei, desconheço. Falam mal, mas é da Academia e inegavelmente é escritor, escreve aquelas coisas. Qual é o outro critério que vai ter? Escritor é quem escreve? Ele é escritor. Agora, não posso julgar o trabalho dele. (RIBEIRO, 2011)

Seguindo o exposto, Coelho não seria um “escritor brasileiro”. A matéria brasileira, aquilo que nos distingue no contexto civilizatório, não está presente em sua obra. Nada mais diverso daquilo que é visto abundantemente em João Ubaldo, a saber, o Brasil e os brasileiros. Para o autor baiano, não bastava ser escritor. Era necessário comprometer-se “com a nossa complicada identidade nacional e com a voz dos que não tem como expressar-se” (RIBERO, apud GODET, 2009, p. 28). O condão deste comprometimento é unanimemente reconhecido pela crítica literária.

Na epígrafe de *Viva o povo brasileiro* (1984), João Ubaldo escreveu: “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”. A Verdade, grafada com letra maiúscula, é a mãe de todas as opressões. Crimes inomináveis – religiosos e políticos – podem ser justificados em nome Dela. Nesta circunstância, os fatos costumam ser manipulados por “quem manda” para justificar a manutenção de uma ordem desigual e injusta. A única Verdade aceitável é a que reconhece que as histórias possuem propósitos comprometidos com objetivos determinados. Radicalizando o raciocínio e assumindo a contradição, temos: a única Verdade aceitável é a inexistência da Verdade. Mesmo um historiador “profissional” ou “científico”, pretensamente imparcial no manejo dos fatos, contará uma versão da história, como argumentou o homem cego, personagem de *Viva o povo brasileiro*:

(...) toda história é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela (...). Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que interessa. (...) O que para um é importante, para o outro não existe. Por conseguinte, a maior parte da História se oculta na

consciência dos homens e por isso a maior parte da História nunca ninguém vai saber. (RIBEIRO, 1984, p. 515 e 516)

A cegueira não impede o personagem de enxergar que a escrita é uma “arma na mão de quem detém o poder” (KUSCHNIR, 1998). A História posta no papel, ao passar pelo filtro do narrador, vincula-se a interesses, mesmo que de maneira involuntária. O discurso científico que aproxima a História de um horizonte de verdade é refutado por outra personagem, a mãe de santo Rita-Popó: “a vida não é escrita em tabulinhas, nem suas ordenações são arrumadas como os homens loucos querem, a única coisa arrumada é a mentira, a qual é a explicação certinha” (RIBEIRO, apud KUSCHNIR, 1998).

Ao escrever *Viva o povo*, Ubaldo não pretendeu traçar um “retrato definitivo” da sociedade brasileira. A sua versão da história – “uma história com h minúsculo do povo do recôncavo baiano” – tem o mérito de trazer “a consciência dos homens” para o primeiro plano da trama. Este é o comprometimento ideológico do escritor, presente em grande parte do seu trabalho.

Romancista por profissão e mentiroso declarado, Ubaldo escreveu as suas histórias com a preocupação em fazer com que o povo brasileiro encontre um caminho próprio, sem querer parecer francês ou norte-americano. Contra o autodesprezo a que estamos habituados, deveríamos valorizar a literatura brasileira. E por que não reivindicar o prêmio *Nobel* a Jorge Amado? Sobre a consideração de que Amado não seria bom o suficiente, João Ubaldo ironizou. “Bom é o escritor que escreve em uma língua esdrúxula a respeito de problemas que nós nem enfrentamos, problemas especiais” (RIBEIRO, 2011). Contra um “autodesprezo muito disseminado”, somente a defesa dos elementos culturais ligados às nossas tradições.

Tem gente que sabe o nome de todas as ruas de Dublin, sabe passagens do Ulisses de cor. Você encontra essa intimidade com os Beatles e com uma série de coisas. Agora, intimidade com o passado português/brasileiro pouca gente tem. (...) Nós não temos respeito por nós mesmos. Nós não nos achamos bons. Hoje, os autores jovens, os autores que os jovens lêem e os autores que são vendidos no Brasil são todos americanos, de auto-ajuda. É difícil. Agora está começando a haver certo interesse pelo cinema nacional. Mas antes nem o cinema despertava o interesse. Porque nós não somos glamorosos. Nós queremos ser americanos ou qualquer coisa assim. Inglês é mais bonito que o português. A vida lá é melhor do que aqui. Acho que não damos valor ao que temos aqui. (...) Por que Oswaldo Cruz não ganhou o Nobel? Por que Vital Brasil não ganhou o Nobel? Por que o professor Carlos Chagas não ganhou o Nobel? Muita gente que fez menos pela saúde da humanidade já ganhou esse prêmio. Mas nós nem pensamos que devíamos ter ganhado com homens extraordinários desse porte. (...) não conheço coisa mais chata que a maioria dos filmes do Bergman. No entanto, fomos criados para gostar

daquele negócio e ficamos com remorso quando não gostamos e, habitualmente, mentimos quando saímos do filme sobre aquela chatice sueca inominável. (RIBEIRO, 2011)

Ao contar histórias, Ubaldo criou personagens para transmitir a ideia de que “não somos ruins”, opondo-se à passividade com que adotamos etnocentrismos alheios às nossas tradições. A trajetória de Maria da Fé (ou Dafé), em *Viva o povo brasileiro*, é um bom exemplo. Dafé, ainda bem jovem, queria ser professora e valorizava a educação formal encontrada nos livros escolares. Não foram os livros, no entanto, que a ensinaram o valor da própria cultura. Acompanhando a mãe em uma pescaria, Dafé “se admirou de haver tanta ciência naquela gente comum, se admirou também de nunca ter visto nos livros que pessoas como essas pudessem possuir conhecimentos e habilidades tão bonitos” (idem, 1984, p. 318), incluindo a própria mãe, exímia navegadora. Viu que as necessidades mais básicas de sobrevivência carregam saberes ancestrais que precisam ser reconhecidos. “(...) agora ela também ia ser pescadora! Até pouquinho, estivera meio convencida, porque ia ser professora e portanto sabia muito mais coisas do que todos eles juntos, mas se via que não era assim” (Ibidem, p. 318). Em lugar da erudição das elites, uma canastra contendo saberes mágicos revelaria a riqueza da cultura popular da “gente trabalhadora”. De posse da canastra, Dafé percebe que o povo não é “formado por um bando de ‘desqualificados’, como um dia ela própria chegou a pensar”. (KUSCHNIR, 1998).

Ubaldo aproximou-se da herança legada por aqueles que usaram a literatura como “instrumento de valorização e construção da nação” (ibidem). Na esteira da tradição em que perfilam nomes como os de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que “vão ajudar a construir a ideia de um caráter nacional brasileiro através do tratamento de temas caros à nação, como raça, religião, território e cultura, etc” (ibidem). No entanto, ao contrário de *Casa Grande & Senzala*, onde Freyre enxergou “zonas de confraternização capazes de proporcionar uma plasticidade entre posições aparentemente antagônicas” (Ibidem), dentro de uma sociedade agrária sustentada pelo trabalho escravo, Ubaldo, em *Viva o povo brasileiro*, enfatizou os antagonismos dentro de um contexto geral de confronto e luta pela sobrevivência, combinando com eventuais traços de humor e uma tendência carnalizante (GODET, 2014). Pelo lado que compete à literatura, Ubaldo aceitou o desafio de tentar decifrar o país pela ótica de uma cultura sincrética, popular e mestiça, ao longo de todo o seu trabalho de escritor.

Em oposição à dominação cultural imposta pelos colonialismos a que foram submetidos os brasileiros, João Ubaldo militou contra os valores que nos induzem a acreditar na supremacia da cultura erudita, como fica patente na exposição feita no prefácio para a edição portuguesa do *Livro de Histórias*:

(...) as formas populares de expressão não necessitam ser reduzidas à chamada forma erudita para adquirirem expressividade literária e grandiosamente humana. A limitação dos recursos da língua do povo é apenas aparente (...), apenas fruto de preconceitos e de convicções segundo as quais o convívio com determinadas manifestações culturais é sinônimo de superioridade intelectual, mito que não resiste a dois minutos de discussão séria. A erudição e o aprendizado formal são coisas distintas da inteligência e da capacidade de sentir, dizer (inclusive literariamente) e fazer. (RIBEIRO, apud KUSCHNIR, 1998).

O autor não tem a intenção de menosprezar o aprendizado formal ou desqualificar as referências intelectuais do chamado “campo erudito”. Pretende, antes, mostrar que tais divisões foram forjadas com o intuito de produzir hierarquias que na prática se convertem em dominação cultural e desprestígio às referências populares. Naturalizamos processos sem o devido discernimento crítico, mascarados sob conceitos modernos e justificados pelo progresso social e econômico. Nascido em Itaparica, Ubaldo acompanhou o desenvolvimento urbano da ilha natal com temor. Muitas referências locais haviam sumido e outras tantas corriam o risco de desaparecer. A geografia física e humana que tanto o inspirou ia, aos poucos, convertendo-se em raros vestígios. *Shoppings*, *autopistas*, *condomínios fechados* e *resorts* conduzem a urbanização da ilha rumo ao futuro. Em nome do progresso, saiu de cena “o comércio de cabotagem do Recôncavo, intrincado e romântico”. Os mestres de saveiro, os artesãos, os carpineiros e construtores navais, deram lugar aos “modernos trabalhadores inseridos na ordem do capitalismo periférico”. Nos resorts brasileiros, onde tudo parece descaracterizado, não faz diferença estar no *Vila Galé Eco Resort*, no *Tivoli Ecoresort* ou no *Casa Grande Eco Resort & Spa*. Em todos eles será possível beber um *mojito* em um copo com bastante gelo e uma bandeira da Alemanha de enfeite, a beira de um majestoso parque aquático (RIBEIRO, 2012). Como bons colonizados, aceitamos sem maiores críticas a desfiguração cultural imposta pelo dinheiro. Ubaldo defendia que, em lugar da homogeneização, os mestres de saveiros do Recôncavo deveriam ser subsidiados e estudados pela capacidade de navegar contra o vento. Em Veneza, as gôndolas não foram substituídas por modernas lanchas. As antigas profissões e o

pequeno comércio local deveriam ser subsidiados, seguindo o exemplo veneziano, como forma de alavancar o potencial turístico de Itaparica.

Exercendo a vocação de toda a região, teríamos razão em nos mostrar com tanto orgulho quanto um europeu se mostra a nós. Mas nosso destino parece ser acentuar infinitamente a visão que enxerga em nós um país de drinques imitando jardins, danças primitivas, pouca roupa e nativas fáceis (Idem, 2010a)

Outro exemplo dado pelo autor a respeito da maneira como nos deixamos subjugar foi a incorporação da novíssima gramática do mundo virtual ao nosso vocabulário:

(...) é uma tragédia quando fazemos barbaridades como a de usar ‘salvar’ em informática. Por que ‘salvar’? Meu Deus do céu! Por quê?! Por que não ‘guardar’, como dizem os portugueses? Quem ‘salva’ a chave na gaveta? Quem ‘salva’ o isqueiro no bolso? E outros exemplos, como esse computador não ‘suporta’ não sei o quê, como se o computador tivesse ódio mortal... Enfim, uma coisa besta. (Idem, 2008)

Neste caso, como defende o autor, não se trata de uma questão menor ou superficial. A língua é uma ferramenta para pensar e ver o mundo. Quando abrimos mão da nossa em favor de outra, modificamos de maneira objetiva a forma como damos inteligibilidade às coisas.

Sobre João Ubaldo Ribeiro, Rita Godet (2014) o inclui no grupo de escritores que durante a segunda metade do século XX estão empenhados “em interpretar os Brasis pelo viés da ficção. Predomina o romance de cunho político e social fortemente ancorado nas expressões da cultura popular” (GODET, 2014, p. 55). Despontam nomes como Erico Veríssimo, Antonio Callado, Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Márcio Souza, Moacyr Scliar, Nélide Piñon, Ariano Suassuna e Antônio Torres.

Contra o etnocentrismo latente, Ubaldo apostou na exposição do negativo para denunciar, entre outras coisas, o aceno reverente do colonizado para o colonizador. Em *Feitiço da Ilha do Pavão* (1997), o personagem Balduino Galo Mau “introjeta a visão ocidental que o desqualifica” (Ibidem, p. 59). Mesmo sendo de origem indígena, Galo Mau reverencia os elementos ocidentais em detrimento da própria cultura. Em *Viva o povo brasileiro* (1984), as elites do século XIX, inseridas no contexto de formação do Estado-nação brasileiro, compartilham de um bovarismo caricato e cafona. Diante do desejo de parecer francês ou de falar distintamente como um português, as elites tentavam reproduzir hábitos e costumes europeus e negavam as referências negras,

indígenas ou mestiças. “(...) pela voz, sempre saberão que ele nunca andou no meio de pretos e que se formou em Coimbra” (RIBEIRO, 1984, p. 469). Bonifácio Odulfo, personagem de *Viva o povo*, fazendeiro rico e corrupto, em visita a Portugal, ano de 1869, lamentou a impossibilidade de se reproduzir os ares lisboetas em território brasileiro. Não era um problema de dinheiro, afirmava, “mas há algo que não se pode levar, esta atmosfera, esta civilização que está no ar” (Ibidem, p. 469). De acordo estava D. Henriqueta, sua esposa:

Nem me fales, não penso em outra coisa. Como é bom andar por ruas decentes, sem jamais ver um negro ou um esmolambado como na Bahia, entre pessoas que falam corretamente e está a ver-se que têm um mínimo de cultura, até as mais pobres. Aliás, censuraste-me, mas agora há de concordar que fiz muito bem em trazer as duas criadas brancas e Miss Gordon, e fiz muitíssimo bem em insistir para que trouxesse o teu fâmulos, como se chama ele? Sempre esqueço. (Ibidem, p. 469).

Seguindo um entendimento comum e amplamente disseminado, a literatura de João Ubaldo Ribeiro “é também um compromisso do autor com as realidades de seu país”¹⁷. A manifestação deste compromisso possui representações facilmente reconhecidas nos diferentes gêneros trabalhados pelo escritor (crônicas, contos, romances e ensaios), embora o próprio autor se queixasse da dimensão pública que esse compromisso assumiu. Com a publicação de *O albatroz azul* (2009), um “livro fino e despretensioso”, esperava que ao menos daquela vez ninguém o atribuisse planos grandiosos de fazer a síntese da história nacional ou de ser porta voz dos oprimidos, coisa que nunca lhe havia ocorrido. Ubaldo, em verdade, mostrava-se cansado e impaciente com o repertório *ad nauseam* do jornalismo e da crítica especializada. “Problemática identitária” parece ser daqueles temas de voga longeva e que encontrou na obra do autor terreno fértil. Depois de *Viva o povo*, virou “brasileirólogo” e nunca mais se libertou disso (RIBEIRO, 2000a, p. 46).

Na pluralidade cultural e sincrética brasileira, “terra onde o senhor do Bonfim é Oxalá”, Ubaldo cantou a sua aldeia. Falando de Itaparica e dos itaparicanos, fez-se escritor brasileiro. O universo de Itaparica, com sua “silhueta delgada de leste a oeste e seus quadris preguiçosos”, absorvia inteiramente o escritor. Entre os mentirosos do mercado de peixe e na fala típica dos conterrâneos da contracosta, fabulou “um mundo de maravilhas e portentos”.

¹⁷ “A gentileza de um grande escritor”, prefácio escrito pelos editores da Nova Fronteira para o livro de crônicas “Você me mata mãe gentil” (RIBEIRO, 2004).

Em sua militância descolonizadora, não se empunhavam bandeiras nacionalistas nem discursos patrióticos. “Entre o ufanismo e o complexo de vira-latas, há um Brasil inseguro, bipolar e ávido pela busca de algo que lhe dê sentido”¹⁸. Não somos melhores nem piores do que qualquer outro povo, dizia o escritor. E como falante lusófono – nascido em Itaparica, crescido em Sergipe e morador do Rio de Janeiro – esteve preso às referências culturais de seu país. Profissional sério-sério e obsessivo, empenhou-se em “botar um tijolinho ou uma pedrinha portuguesa no edifício da compreensão e do engrandecimento humano”. Tinha a ambição de fazer uma obra que refletisse a sua condição de concidadão preocupado com o seu país e, de modo genérico, com o seu semelhante. (*Roda Viva*, 2001).

“Eu sou uma invenção de Glauber Rocha”, dizia João Ubaldo (1999, p. 32). Ambos se conheciam desde a época do Colégio Central, mas tornaram-se “amigos pra valer” durante o curso de Direito, da Universidade Federal da Bahia, a partir de 1958. “Esse encontro foi fundamental na vida e na obra de João Ubaldo Ribeiro. Glauber tornou-se um grande amigo, parceiro, cúmplice, propulsor de sua carreira de escritor e seu interlocutor predileto” (GODET, 2014, p.14).

O incentivo do cineasta foi decisivo para as escolhas do escritor. Ainda na faculdade, Ubaldo comprometia-se com as “mentiras” que Glauber contava a seu respeito. Não havia em toda Bahia maior especialista de literatura norte-americana que Ubaldo. “Ora, eu falava inglês muito bem porque desde pequeno decorava 50 palavras do dicionário por dia e tive a sorte de morar num prédio cheio de garotos americanos, com quem eu falava inglês o tempo todo. Mas literatura americana eu conhecia pouco” (RIBEIRO, 1999, p. 32). Para dar conta da mentira e não decepcionar o amigo, lá foi Ubaldo ler “feito louco” Faulkner, Hemingway e Fitzgerald.

Era para o cineasta que o escritor mostrava seus textos. Quando a recepção era boa, sentia-se encorajado e seguia confiante. Do contrário, diante de uma negativa – embora rara, mas existente – o escritor desanimava do projeto ou da ideia. Sobre *Setembro não tem sentido* (1968), Ubaldo conta: “comecei o livro e dava os capítulos para Glauber ler. Ele fazia pose enquanto lia e murmurava: demais... genial... Era o máximo para mim, mesmo sabendo que ele estava exagerando. Inflava meu ego” (idem, 1999, p. 33). Glauber fez apenas uma restrição: retirar as epígrafes que acompanhavam cada capítulo. Uma chulice descabida. Ubaldo ainda tentou ponderar dizendo que

¹⁸ Jornal *Rascunho*. Ver <<http://rascunho.com.br/o-povo-de-ubaldo/>>. Acesso em maio de 2018.

Stendhal também usava. “Frescura! Ubaldo, tira isso daqui, frescura”. Depois do pito, deixou o recurso de lado. “Tirei na hora e nunca mais usei. No máximo ponho uma só epígrafe, inventada por mim mesmo, no começo de cada livro” (RIBEIRO, 1999, p. 33).

“Uma das grandes faltas que Glauber Rocha faz é a capacidade de aglutinar culturalmente. Ele distribuía papéis para todos nós e cobrava esses papéis. Ele achava que havia espaços a serem preenchidos e nos convocava para preencher” (ibidem, p. 33). Glauber foi uma referência política e intelectual para a chamada Geração Mapa¹⁹. Contra uma arte desenganada e desiludida, tinha que “fazer uma coisa pra cima”.

Com essa mania de decretar coisas, passou a cobrar cada vez mais que eu escrevesse. Passava na minha casa e perguntava: ‘Quero saber o que você, que tem uma responsabilidade com o Brasil como escritor, vem fazendo; quero ler. O que é que tem aí?’ Eu vivia preocupado, inseguro, sem saber se tinha vocação mesmo para a literatura. O que Glauber fazia era me estimular. (RIBEIRO, 1999, p. 49)

Morreu jovem, em 1980, aos 42 anos. Um “pêndulo louco” que “viveu entre a esperança e o desespero”, discursou Darcy Ribeiro durante o sepultamento do cineasta. Um homem intenso, gongórico, que trouxe para dentro do corpo o fogo da história. Diretor exigente e criterioso, bruxo premonitório e vedor de destinos, Glauber Rocha havia reservado a João Ubaldo Ribeiro o papel de “escritor brasileiro”. E assim seguiu o escritor, pelo único caminho possível.

¹⁹ Grupo formado em torno da revista *Mapa* (três números, entre 1957 e 1958), “editada por Glauber Rocha, que abalou o meio conservador da Bahia. Esse período marcou profundamente a formação intelectual desses jovens universitários”, com destaque para Glauber Rocha, João Ubaldo Ribeiro e Caetano Veloso (GODET, 2014, p. 15).

Capítulo 2

“O futuro não é mais o que era”

O que há de melhor em nós tem valor de futuro, defendia o poeta Paul Valéry. (apud NOVAES, 2013, p. 22). É no futuro onde nossas esperanças e expectativas são depositadas. Mas esse porvir nunca esteve tão obstaculizado como agora. Isso porque a potência transformadora encontra-se anestesiada pelo mundo veloz das revoluções tecnocientíficas e pelo domínio dos fatos. Somos contemporâneos de transformações radicais em todas as áreas da atividade humana: ética, política, costumes, mentalidades, artes etc. Tudo isso a partir das revoluções tecnocientífica, biotecnológica e digital. Mais do que espectadores, sofremos as consequências de um processo intenso de transformações (NOVAES, 2013, p. 11).

Vivemos, pois, entre dois mundos, cuja principal característica é a falta de uma síntese que reconheça as dimensões do tempo. Em lugar das grandes narrativas, vemos apenas acontecimentos e fatos sucessivos. “É impossível criar uma imagem do futuro sem a lembrança do passado e sem a percepção e dados do presente de maneira crítica. O que se quer dizer é que presente, passado e futuro formam uma trama indissociável” (ibidem, p. 19). Sem passado ou futuro estamos fadados ao vulgarismo do eterno hoje. Um aqui e agora incapaz de enxergar a realidade circundante. Estamos no olho de um furacão e dentro dele não podemos medir a sua magnitude, o seu alcance. Ou como dizem os físicos: se os nossos olhos fossem capazes de subsistir às temperaturas de um forno incandescente, nada veríamos. “Esta formidável energia leva à invisibilidade, à igualdade insensível” (ibidem, p. 16 e 17).

Neste presente eterno, sem passado nem futuro, a visão do mundo fica obscurecida. “Sem o tempo lento do pensamento, o presente é substituído pelo imediato – mais precisamente pelo imediato das coisas -, pelo provisório e pelo fim das grandes narrativas e da ideia de estilo nas artes”. É possível hoje construir uma catedral gótica, coerentes com a arquitetura da idade média europeia, em tempo exíguo, utilizando moderníssimas impressoras 3D. Em poucos meses faz-se o trabalho de séculos. “Mesmo que ela seguisse, coerente, o plano original, ainda assim seria uma obra pobre: faltaria a ela o aporte de gerações sucessivas”. O valor da experiência “caiu de cotação” e o gesto contemplativo ou descritivo cedeu lugar à vontade de potência (ibidem, p. 17).

Esse gosto pelo imediato e essa tendência grosseiramente mecanicista denota a supremacia do consumo e do descarte, em uma civilização colonizada pelo mercado. “Um ganho do saber técnico e uma perda do sentido lento e impreciso da vida”. Perde-se também a noção de “escola”, no sentido de vivências amadurecidas capazes de engendrar métodos, técnicas e conceitos, que ganham materialidade e expressão seguindo um reconhecido padrão estético. Nesse ambiente feio, acelerado e sem estilo, pouco a pouco a força de nossa atenção e a capacidade contínua de concentração ficam comprometidas, reconfigurando a realização artística segundo outros paradigmas. Em lugar das lentas formações de estilos e escolas, uma clientela aderente a automatismos em alta frequência da moda. “Dizer que a moda se encarrega do destino das belas-artes equivale a dizer que o comércio aí se mistura”.

Como se criaria um estilo, isto é, como seria possível a aquisição de um tipo estável, de uma fórmula geral de construção e décor (que são frutos apenas de experiências muito longas e de certas constâncias nos gostos, necessidades, meios), se a impaciência, a rapidez na execução, as variações bruscas da técnica pressionam as obras. De onde vem esta impaciência do novo? (NOVAES, 2013, p. 35)

A capacidade criativa e o desejo de mudança não estão mais engendrados pela imaginação do pensamento. Encontram-se engessados por certezas científicas, dados estatísticos.

(...) vozes mais ou menos autorizadas proclamam o que seria o futuro mais próximo: o tráfego da estrada do dia seguinte, os resultados nas próximas eleições, as taxas de inflação e crescimento do próximo ano. Profecias mais espetaculares são feitas pela biotecnologia e pela neurociência: breve, a inteligência artificial será equiparada a inteligência humana; no futuro, dizem os cientistas, será possível criar a relação direta cérebro/cérebro, conectar dois ou mais cérebros uns aos outros. É o que eles denominam ‘neurociência da interação social’. (Ibidem, p. 26)

Esta planificação “visa a obter, pela concentração e pelo estudo, uma imagem do futuro suficientemente otimista para ser desejável e suficientemente crível para desencadear as ações que engendrarão sua própria realização”. É missão do pensamento político desnaturalizar essa imagem de futuro engendrada pelo automatismo científico.

Opondo-se às verdades científicas e aos otimismo do presente e do futuro, vemos a crônica de João Ubaldo Ribeiro. Em conversa com a “mãe gentil”, personificação materna da pátria nacional, Ubaldo prefere ser reconhecido pelo “catastrofismo impatriótico” em lugar de consentir com as mentiras que são contadas.

Nessa crônica, a “mãe” é também uma representação do governo federal. Por intermédio desse diálogo materno, João Ubaldo interpela o governo de Fernando Henrique Cardoso.

De novo, não me venha com essa conversa de que inaugurou uma escola em Ipiabuçu e que a taxa de mortalidade infantil em Tupiromenhengava baixou de 32 para 21%. Aqui mesmo, na grande cidade do Rio de Janeiro, pérola da República e espelho do Brasil, repete-se a vergonha de sempre, com o povo se humilhando atrás de escolas e morrendo feito moscas em hospitais públicos. (RIBEIRO, 2004, p. 26)

Olhando a realidade, vemos “que seus filhos prediletos concentram praticamente toda a renda da casa”. E mesmo que mãezinha quisesse argumentar diferente, apresentando fatos e números, a estrutura desigual da sociedade brasileira permaneceria a mesma. Apesar de “posar de bonachona, simpaticona e sangue bom”, a mãe brasileira é irresponsável e mentirosa. Não cuida de seus concidadãos e mente sobre o passado.

Sangue bom, por exemplo, que manda os filhos se matar uns aos outros fanaticamente, como em Canudos. Ou no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, ou Minas, ou Pernambuco, ou em tantas outras partes. Bonachona que até hoje gosta de dizer que filho preto e filho branco é tudo igual e nem lembra que foi a última, ou das últimas, mães a abolir a escravidão, soltando nas ruas exércitos de homens e mulheres e crianças despreparados e desamparados e criando problemas monstruosos, que continuam a nos atormentar. (RIBEIRO, 2004, p. 27)

Visto sob enfoque pouco complacente, o Brasil tem um passado violento e infame, sobretudo pelos séculos de exploração do trabalho escravo. Soma-se ao tempo decorrido, um presente cínico. Diante dessa síntese pouco inspiradora, o futuro aparece distante das promessas redentoras que fariam da mestiçagem brasileira um novo marco civilizatório. “Coisa de orgulhar qualquer um, o verdadeiro cadinho do mundo (*melting-pot* é conversa de americano, lá ninguém se mistura, os povos só se misturam aqui), tudo quanto é tipo de gente, humanidade pra ninguém botar defeito” (ibidem, p. 25).

As iniquidades a que está exposto o povo brasileiro surgem em nítido contraste com a forma adocicada com que Ubaldo nomeia a pátria: mãe, mãezinha e mãinha. O cronista, ao explorar tal contraste, por intermédio de uma linguagem cínica, mostra que qualquer futuro que se queira vislumbrar não se pode acumpliciar com atenuantes dessa natureza. “Mas vamos esquecer o passado, não vamos revirar essas coisas, é tanta coisa... Tudo bem, o que está feito está feito, águas passadas não movem moinhos, tudo bem. Mas e agora? Que visão você nos traz, que luz você nos acende, com que futuro

nos acena?” (RIBEIRO, 2004, p. 28). Contra o apaziguamento da violência e o esquecimento de conflitos, a morte anunciada no título “Você me mata, mãe gentil” extrapola o sentido figurado. O “Você me mata” não se encerra numa hipérbole. Mãezinha é assassina, não nos enganemos, sem arrego ou consolo.

A despeito da realidade circundante, os próceres do mercado e da fé no progresso desmentem aquilo que é visto a olho nu. Números e gráficos cientificamente elaborados são fojados para provar o quanto somos ou podemos ser felizes. Ubaldo prevê “que, em futuro próximo, o governo e o mercado substituirão Deus nas áreas em que Ele se tem revelado manifestamente incompetente”. Desequilíbrios provocados pela irresponsabilidade divina serão corrigidos a base de Medida Provisória, cabendo ao Ministério do Planejamento, auxiliado pela engenharia genética, fornecer metas para equilibrar a distribuição de vocações e talentos. De acordo com as demandas da sociedade, será baixada uma MP estabelecendo o sexo e a profissão de nascituros. Entre médicos, economistas, garis, donas-de-casa e assim por diante, as ocupações poderão ser preenchidas por homens e mulheres segundo “as necessidades sociais e as metas sempre tão sabiamente quantificadas pelos nossos dirigentes. Não haverá violência, descontentes e marginais, todos estarão satisfeitos, empregados no que gostam de fazer e felizes da vida” (RIBEIRO, 2004, p. 40).

Corpos controlados e espíritos sujeitados trarão boa fortuna aos brasileiros, como ironicamente projeta a distopia do cronista.

Mais felizes ainda ficaremos com o Programa Nacional de Implantação de Chips Comportamentais. Primeiro uma comissão de notáveis (falar nisso, onde andam as comissões de notáveis faz pouco tempo tão faladas? Não temos notado nada) escolhe padrões de comportamento socialmente aceitáveis. Depois, em duas concorrências públicas (a primeira será anulada por força de boatos de superfaturamento), se escolherá a multinacional que implantará chips eletrônicos nos cérebros de todos os brasileiros inconvenientes, programando-os a ater-se ao comportamento desejável. Ninguém quererá mais jogar lixo no chão, tirar meleca em público, assaltar, espalhar boatos ou falar mal do governo — enfim, as possibilidades são infinitas. A paz social será garantida, até porque, se o camarada por acaso estiver com fome, poderá comparecer a qualquer Posto de Informática Pública (os populares chipões) e lá pedir que, mediante o pagamento de um Darf simbólico em qualquer banco, um funcionário ligue dois eletrodos na cabeça dele e o faça sentir-se cevado como um abade medieval. E aí ele pode até morrer de inanição, mas se sentindo suntuosamente alimentado, vai ser outra coisa. (RIBEIRO, 2004, p. 40 e 41)

E se tudo correr conforme planejado, Deus será interdito pela ONU por incompetência e “finalmente poderemos ter o completo domínio sobre nossos destinos

como espécie, até então exposto ao desleixo divino” (ibidem, p. 42). O futuro róseo virá pela racionalidade e objetividade com que o homem habituou-se. Sonhos fantásticos nos esperam.

Até porque, em qualquer banca de jornal, por apenas R\$ 19,99, será possível comprar todo tipo de sonho para programar em nossos chips e, em três vezes sem juros, inclusive no cartão, qualquer um poderá adquirir uma Tiazinha virtual, para ser esfolado e chibateado como gostamos, no sacrossanto recesso dos nossos lares. (RIBEIRO, 2004, p. 42)

Aliada à planificação da vida, “a chamada revolução informática” faz com que computadores assumam “o controle do trânsito urbano até sistemas de transportes, comunicações, transações bancárias e votações no Senado Federal”. Ubaldo, cético também em relação à infalibilidade desses cérebros eletrônicos, duvida da segurança do “muitíssimo modernoso” sistema brasileiro eletrônico de votação,

que nos levou até a crer que humilhamos os Estados Unidos. Enquanto a eleição do presidente Bush ficava no vai-não-vai, o Brasil, galhardamente, pode anunciar seus resultados eleitorais em coisa de poucas horas depois das eleições. E os resultados são ‘por computador’, não pode falhar. (RIBEIRO, 2004, p. 138)

Contra a confiabilidade absoluta na máquina, Ubaldo lembra que se “*hackers* conseguem abrir até sistemas ultraprotetidos, como os do pentágono”, não seria muito difícil penetrar nos “tamboretetes” do sistema nacional de votação. Basta, para tanto, “um programinha que transfira, na moita, votos de Fulano para Beltrano e, depois de concluída a apuração, se apague sem vestígios” (RIBEIRO, 2004, p. 138 e 139).

A crença muito disseminada na inteligência artificial não vem de hoje. Em 1958, durante os preparativos para a Copa do Mundo de futebol, na Suécia, a revista *Brasil de Todas as Copas* destacou que,

os russos já utilizavam o que havia de mais moderno em tecnologia para jogar futebol. Tinham espíões nos estádios, sabiam cada detalhe dos adversários e, para a época, se davam ao luxo de cronometrar quanto tempo o Brasil demorava para articular uma jogada, além do tempo com a posse de bola. Sabiam também exatamente a função de cada brasileiro em campo. Quem marcava, quem não marcava, quem só atacava, quem articulava o time. Sobre Garrincha, eles chegaram à conclusão de que ele era o ponto fraco do time, pois não marcava ninguém, e decidiram que por aquele setor poderiam levar vantagem. (Repórter Três, 1994, n. 01, p. 10)

Ubaldo, fã de futebol, fez troça da misteriosa geringonça soviética que previu a derrota brasileira para a URSS. “O resultado foi que, com dois minutos de jogo,

Garrincha já tinha driblado para a lama a sovieta toda e mandado um tirabação na trave. Ganhamos o jogo por 2 a 0, como todo mundo sabe” (RIBEIRO, 2004, p. 136). Mané destruiu a tecnologia soviética.

Saindo da seara esportiva, a tecnologia está a serviço de experiências bem distantes da memória lúdica do futebol. Drones e aviões não tripulados atuam no campo das chamadas guerras limpas, com a promessa de ações cirúrgicas que mal conseguem disfarçar os eufemismos genocidas, “a começar pelo estoque de bombas inteligentes, daquelas em que ouvimos falar desde a primeira guerra do Golfo, que iam cair numa refinaria e, por leve equívoco, explodiam num hospital a cem quilômetros de distância da refinaria” (idem, 2006, p. 61). São os bombardeios humanitários, produzindo o que deles se espera: morte e destruição irracionais.

O voo do elefante

“Saímos do sonho para cair no sono” (WOLFF, apud NOVAES, 2007, p. 09). As utopias dos séculos XIX e XX frustraram as esperanças comunitárias e as expectativas de igualdade perderam-se no caminho das promessas. A própria política, colonizada pelo dinheiro, é cada vez menos efetiva na tarefa de reivindicar a “parte dos que não tem parte”. A voz uníssona do capital tem o seu ritmo ditado por organismos financeiros e não existem no horizonte forças capazes de se contrapor à nova dinâmica de internacionalização do capitalismo.

A organização sindical e a mobilização dos trabalhadores em torno do argumento de classe são hoje estratégias defasadas em relação ao grau de desorganização estrutural do mundo do trabalho. Da fragmentação, emerge uma realidade oposta àquela experimentada nos termos do fordismo clássico. No discurso da autonomia do indivíduo, em que cada um torna-se seu próprio patrão, introjeta-se uma semente de esperança impossível de se realizar para a esmagadora maioria dos trabalhadores. Trocar a carteira de trabalho pela máquina de cartão bancário, como sugerem as propagandas do banco Santander e do Pague-Seguro, é a sugestão dado pelos plantonistas do livre mercado, apresentados pela mídia como oráculos a quem devemos agradecer pelos conselhos. Estes seres unguídos em cursos de economia e ciência política, consultores de respeitadas instituições financeiras, são os obreiros do novo *laissez faire*. Fecha-se numa gaveta velha a carteira de trabalho. De outra gaveta –

clean, moderna e higienizada – saca-se uma “vermelhinha” ou “moderninha” (esta na cor amarela), como são chamadas as máquinas de cartão bancário nas propagandas. Com uma ideia na cabeça e uma moderninha na mão, cada indivíduo torna-se um empreendedor de sucesso. Fé e foco combinados mudam a vida de qualquer pessoa rumo à vitória. Vencer aqui significa ser um consumidor competente, capaz de acompanhar o fluxo contínuo de novidades ofertadas nas vitrines do comércio, convertidas imediatamente em utensílios indispensáveis à vida de qualquer um de nós. Recomenda-se, ainda, para os cidadãos previdentes, uma apólice de vida para resguardar os seus (nunca se sabe o dia de amanhã) e uma aplicação, mesmo que modesta, pensada para o momento da aposentadoria.

À cantilena monocórdia que sobre nós incide desgraçadamente, um novo drama adicional: a política não é mais capaz de amenizar as assimetrias da acumulação capitalista. Eis o paradoxo da nossa tragédia: “a política nunca foi tão importante e tão urgente e nunca foi tão irrelevante, tão impotente” (OLIVEIRA, 2007, p. 283). A partir das tendências de terceirização e quarteirização, de informalidade e de autonomia, o trabalho perde gradativamente a sua potência política mobilizadora.

A política é terreno em disputa e o apetite capitalista é grande. O futuro chegou e com ele um intenso processo de transformação da produção ressignificou as relações de trabalho em desfavor do trabalhador. O progresso técnico e a informatização “deslocou ou mesmo extinguiu categorias inteiras de trabalhadores e afetou suas representações”. A capacidade produtiva aumentada exponencialmente passa a desprezar a qualificação do próprio trabalhador, desfazendo “poderosamente as identidades longamente elaboradas no interior dos velhos processos, inclusive os fordistas” (ibidem, p. 285). Os processos de “fabricação de classe” ficam comprometidos pela banalização do trabalho, “sobra uma sociedade sem classes, não pela superação do sistema capitalista, mas pela sua exasperação” (ibidem, p. 285). Faltam trabalhadores, sobram indivíduos.

No embalo da reestruturação produtiva, da banalização do trabalho e da tendência ao monopólio, o fenômeno liberal reorganiza a sua artilharia para reduzir os “benefícios” do Estado de Bem-Estar. Em última instância, o mercado é o novo fiador dos gastos públicos, na forma que lhe convier. “É tipicamente a forma das políticas assistenciais do Estado brasileiro, unificado pelo Bolsa-Família. Já não há direitos, apenas carências”. A reforma da previdência, desejada pelo mercado e articulada pelo governo federal, é defendida em nome da modernização das leis para acabar com o

“regime de privilégios”. Diminuído o protagonismo da previdência (um direito) na política de distribuição de renda, o assistencialismo ganha destaque para atenuar o regime de carências. Se o ciclo dos negócios prospera, fazendo crescer o orçamento, o ministro da fazenda virá a público para anunciar o incremento das políticas sociais. Em caso de recessão, ajustes serão feitos no orçamento em nome da responsabilidade fiscal. Congela-se o salário mínimo, cortam-se despesas públicas. Não há espaços para políticas populistas ou demagogias bolivarianas. Não se pode gastar mais do que se arrecada, a conta é simples, nos ensinam. Antes de repartir, é preciso fazer crescer o bolo. Toda uma linguagem é estruturada para nos convencer de algo. Como disse o escritor Lira Neto, citando Gabriel Garcia Márquez, é o realismo mágico a serviço de um regime de disfarces. Ninguém acreditará na existência de elefantes voadores. “Mas se você disser que há 425 paquidermes alados, as pessoas acreditarão”. É possível usar o recurso literário para

construir narrativas com alto nível de detalhamento, a ponto de fazer os leitores ‘acreditarem’ nelas. Instaurar um pacto no qual a irrealidade, apesar de manifesta, é aceita em nome da fruição e, quase sempre, da alegoria. Para além do campo literário, amparar supostas verdades com base em números e estatísticas, manobrando dados e fontes de informação, é truque de ilusionismo político. Em vez de artifício estético, trata-se de manipulação da fé alheia. (NETO, 2017)

Do realismo mágico para política, vemos as ações do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) impondo constrangimentos aos governos nacionais, e o “Fed norte-americano, que, de certa forma, dá a diretriz geral para as políticas de juros em todo o mundo” (OLIVEIRA, 2007, p. 292). São instituições que atuam de maneira alfandegária, monitorando, obstruindo, condenando e ditando regras para as economias nacionais, sobretudo para os países menos desenvolvidos.

A OMC, por exemplo, impede os países de praticarem políticas fiscais que estimulem seus próprios produtores, e pune com retaliações as empresas consideradas infratoras das regras do livre mercado e da concorrência. O Fundo Monetário impõe regras de fiscalidade que impedem os países menos desenvolvidos de conduzirem políticas de pessoal, de modo a melhor remunerar os quadros do Estado. (Ibidem, p. 293)

Outro exemplo dessa intervenção policialesca comentada por Francisco Oliveira foi o impedimento imposto à Embraer de utilizar sua capacidade competitiva para disputar contratos em todo mundo, em favor da empresa canadense Bombardier. Desta forma, de constrangimento em constrangimento, impondo ações restritivas,

estabelecendo rankings de risco, pautando as opções de investimentos privados, impedindo governos de utilizar políticas fiscais de maneira autônoma, estabelecendo limites para gastos públicos, sobretudo gastos de pessoal, e ainda uma infinidade de outras ações restritivas, que a “polícia” internacional anula ou restringe decisivamente as soberanias nacionais.

Se a política é a reivindicação da parte dos que não têm parte, recuperando novamente o conceito de Rancière, vemos o Estado brasileiro negando-se a agir politicamente. Polícia em lugar de política, eliminando o conflito e impedindo os que não têm parte de reivindicar. Quanto ao fenômeno da desigualdade, administram-se carências.

Todas as políticas são ditadas pela excepcionalidade, com o perdão da utilização de um conceito plasmado por Schmitt. O Bolsa Família é a exceção do salário, insuficiente, que não pode ser melhorado pelo monitoramento das instituições da ‘polícia’ mundial; o mutirão é a exceção da moradia, que não pode ser mercadoria vendida porque o salário é insuficiente; o Prouni é a exceção da universidade pública, substituída por um simulacro de universidade para os pobres, com subsídio federal. (...) A lista seria longa e enfadonha. Trata-se de um Estado de Exceção. E quem é o soberano que decide o estado de exceção? O mercado. (Ibidem, p. 294 e 295)

A irrelevância da política faz com que os discursos se homogeneizem em pasta amorfa e inodora. Dentro de um estatuto sem classe e sem conflito, a política passa a acomodar interesses e a oferecer alternativas cada vez menores. “Não à toa, o sistema partidário norte-americano é uma espécie de espelho dessa sociedade não política. (...) mais parecido com o Partido Republicano só o Partido Democrata”. Esta é a mais “miserável das ironias de nosso tempo: um regime que prega a livre-escolha legitima-se através da insistência contínua de que não temos escolha” (SAFATLE, s/d, p. 08).

Por extensão, mais parecido com o PT só o PSDB. Em “Votar em quem e para quê?”, João Ubaldo argumentou sobre a impossibilidade de caminhos alternativos, enquanto as rotas principais já estavam traçadas pelos centros financeiros. Nesse sentido, tanto fazia eleger Lula ou Serra para a presidência, em 2002. “Todos vão gerar milhões de empregos. Todos vão forrar as cidades de casas populares, postos de saúde, escolas e assim por diante. E todos fazem outras promessas, que sabemos impossíveis de cumprir em quatro, ou mesmo oito anos”. (RIBEIRO, 2006, p. 48). Ironia, claro. E ainda que se queira fazer “programas mirabolantes e inovadores”, inexistem espaços de execução.

O Brasil está todo amarradinho pelo FMI e pela banca internacional. As nossas famosas elites só ligam para a sua condição quando ameaçadas de sequestro ou quando precisam dar dinheiro à cultura por renúncia fiscal (nunca doação, que eu saiba) ou, o que é mais frequente, querem o dinheiro do Governo, no caso o nosso. Ninguém vai poder passar do que está decidido e dependemos, portanto, da capacidade de trabalho, coragem e inteligência do eleito, porque ele promete agir igualzinho aos outros. (Ibidem, p. 49)

Ainda sobre a gerência financeira internacional em assuntos domésticos, Ubaldo questionou a passividade com que assistimos os “chiliques” do famoso Risco Brasil, fazendo disparar o dólar e recuar “investimentos” – “especuladores recolhem os lucros do que na realidade não é investimento, mas simples jogo. Anjinhos, anjinhos todos”. Sob ameaça de uma quebradeira econômica por escassez de capital estrangeiro,

nos acostumamos a ficar com o rabo entre as pernas diante de interesses que não são os nossos e por aí vamos, como se a análise da nossa economia, feita por um fedelho brilhante qualquer, trouxesse consequências além das reações do mercado especulativo. (RIBEIRO, 2006, p. 31)

Não nos damos conta da impossibilidade do Brasil quebrar,

pela simples razão de que há dinheiro estrangeiro – ou multinacional, como se queira, até porque especuladores brasileiros também levam uma grana nessa jogada – demais aqui dentro. Estamos secularmente acostumados a ser tratados como fichinha, mas não somos fichinha. Somos a oitava ou sétima população do mundo, somos um país industrializado, somos um mercado de dar água na boca, desde a produção de frutas ao consumo de eletrodomésticos. Ameaçamos todo o mundo, se quebrarmos. (Ibidem, p. 31)

Tomamos “pito de qualquer gringo que julga saber sobre a realidade brasileira”. São “rapazes americanos na faixa dos trinta que cuidam de bilhões de dólares e não sabem coisa nenhuma além de índices e porcentagens. Entrevistados ao acaso, esses semideuses não poderão falar nem 30 segundos sobre o Brasil”. De olho em mercados polpudos como o Brasil, “querem somente arrebanhar as comissões ganhas pelas firmas que eles representam” (RIBEIRO, 2006, p. 30). Economistas americanos fazem o que querem na “Otariolândia (nome respeitosa e oferecido à nossa república). Está na cara que é tudo chute, mas persistimos nessa atitude coletivamente servil e burra” (ibidem, p. 32). Ubaldo termina o texto propondo que sejamos logo anexados a alguma país rico. “Preferindo os Estados Unidos, é claro, porque aqui somos, por sinal, um dos melhores mercados dos americanos e de outros, já há terreno fértil e a Barra da Tijuca não precisaria mudar nada” (ibidem, p. 33).

É importante salientar o papel destacadamente cúmplice do próprio Estado brasileiro. Sem voltar muito no tempo, ficando apenas com os exemplos que nos oferecem as temerárias contrarreformas e medidas provisórias do atual governo federal: congelamento de gastos públicos, reforma trabalhista e o horizonte de uma reforma previdenciária. Aqui novamente é o elefante quem voa alto. Dizem as línguas da teoria econômica, transplantadas para a política, que precisamos modernizar a nossa economia, incentivar o empreendedorismo, gerar empregos e combater os privilégios. Na prisão que nos impõe a financeirização da economia mundial, o Estado brasileiro cumpre a função de agente carcerário. São os próprios prisioneiros que monitoram suas prisões.

Pela sistematização do medo, afirmam não haver outro caminho. Gerir situações de emergência para assaltar o dinheiro público. Se a previdência não for reformada faltará dinheiro para pagar as aposentadorias. Os mais pobres serão prejudicados. Temer, Maia, Moreira, Meireles, Jucá, Padilha e congêneres, revezam discursos ensaiados. As crises são desejadas porque justificam a coesão ao redor de ações que não seriam tomadas em situações normais de pressão e temperatura. “Tudo fica mais fácil quando o governo se reduz a um gabinete de crise” (SAFATLE, s/d, p. 09).

O nosso futuro poderá ser conduzido de maneira programada e previdente, garantem-nos. Basta aplicar o receituário preparado por indivíduos estritamente especializados. Tudo científico. É o que se pode denominar de “mobilização administrativa total em tempos de paz, o triunfo definitivo da organização” (NOVAES, 2013, p. 28).

Quando o preço do barril de petróleo despenca, surge logo a expectativa de uma baixa no preço da gasolina. Mas o raciocínio é de outra ordem e se não fomos capazes de entender, como sugere a ironia de João Ubaldo em “economês desconexo”, é por burrice ou má vontade.

O *spread* das *commodities* do superávit secundário excede a projeção dos *hedge funds* atrelados às emissões corporativas asiáticas, combinadas com a performance errática da Nasdaq e duas observações feitas por Allan Greenspan da reunião anual do poderosíssimo Conselho Federativo dos Sete Grandes e Dezoito Médios, que faz com que a geada nas plantações de quivi da Nova Zelândia altere profundamente a pauta das negociações com a Comunidade Europeia, com a consequência de que o mercado reagiu nervosamente e o preço da gasolina vai subir na bomba. (RIBEIRO, 2006, p. 132)

Quem vem nos socorrer é mais uma vez a mãe de santo Rita Popó, personagem de *Viva o povo brasileiro*, “estranhíssima mulher, rude e analfabeta e ao mesmo tempo sábia, não só em coisas de seu ofício de feiticeira como em outras, que não se esperariam de gente como ela” (RIBEIRO, 1984, p. 522). Diz a mãe de santo que

as pessoas que têm excessiva certeza de que há um só caminho e uma só verdade, verdade que lhes é inteiramente conhecida, são perigosas e propensas a todo tipo de crime. Saber da verdade e querer impô-las aos outros, num mundo onde tudo muda e tudo se encobre por toda sorte de aparências, é uma grave espécie de loucura. Por isso as pessoas assim loucas não entendem o Evangelho dos padres. Lá diz que se dê a outra cara quando se tomar uma bofetada e lá também se parte para encher de porrada os vendilhões do templo. Qual é o certo? (...) a vida é assim, ali diz uma coisa, ali diz outra, a vida não é escrita em tabulinhas, nem suas ordenações são arrumadas como os homens loucos querem, a única coisa arrumada é a mentira, a qual é a explicação certinha. (Ibidem, p. 524 e 525)

Ao fazer graça “batucando besteiras em economês desconexo”, Ubaldo nos aproxima da sabedoria de Rita Popó. Não somos burros; os homens loucos é que são mentirosos. Elefantes não voam.

Distopia

Aos 20 anos de idade, Ubaldo apostava em um porvir menos amargo. No entanto, com camadas de frustração calejando a sua personalidade, o tempo embotou “a fé no grande futuro do Brasil e da Humanidade, aquele róseo inevitavelmente glorioso, embalado pelas conquistas ilimitadas da tecnologia e do progresso, trazendo vida melhor para todo planeta”. A Era de Aquário, esperada para o século XX, não trouxe fraternidade, paz e amor para o nosso convívio. “Basta ler um jornal ou ligar uma televisão, para ser lembrado de que a espécie humana continua atrasada, rude e primitiva. Uma espécie de câncer na Terra, que pode vir a destruí-la e, segundo muita gente, já está destruindo irremediavelmente” (RIBEIRO, 2006, p. 93 e 94).

Ideais e ilusões igualitárias que trariam justiça social ou metas de desenvolvimento que fariam do Brasil uma grande potência “permanecem uma fantasia distante”. Estamos longe do tempo em que os projetos nacionais ou a famosa revolução brasileira seriam capazes de inaugurar tempos de dignidade, orgulho e boa convivência. “A chibata continua, a pobreza aumenta, nada mudou. A Abolição não aboliu a escravidão, criou novos escravos. A República não aboliu a opressão. Criou novos opressores”, diz Lourenço, outro personagem de *Viva o povo brasileiro*. “O povo não

sabe de si, não tem consciência e tudo o que faz não é visto e somente lhe ensinam desprezo por si mesmo, por sua fala, por sua aparência, pelo que come, pelo que veste, pelo que é” (RIBEIRO, 1984, p. 535).

Em crônica publicada em dezembro de 2003, Ubaldo traz para o texto a memória da convivência e amizade com o escritor Antonio Callado. “Não faz tanto tempo assim, ele, já seriamente doente, mas incapaz de lamentar-se ou praguejar contra a enfermidade que o mataria, falou sobre o futuro, com um travo amargo só perceptível para quem o conhecia um pouquinho mais de perto, como eu”. Callado não possuía queixas pessoais. “Lamentava apenas, mas sem revolta, que os remédios que agora o obrigavam a tomar impedissem que desfrutasse de um uisquezinho de vez em quando, ou mesmo um copo de vinho. De resto, não tinha queixas” (RIBEIRO, 2006, p. 94 e 95). Era importante preservar alguma esperança, sem a qual não se podia viver. A esperança, no entanto, não resistiu à experiência. O depoimento a seguir foi dado por Callado durante uma conversa em uma viagem de carro, interrompida apenas por um minutinho de silêncio para louvar a bela orla da baía de Guanabara. Disse Callado a João Ubaldo:

Não vejo mais esperança. Foi difícil chegar a este ponto, mas nos últimos tempos me veio certeza. Não tenho mais esperança. No começo, transferei essa esperança para o Brasil de meus filhos, depois para o de meus netos, depois para as gerações que virão em seguida. Mas agora nem mais isso. Nem esperança para o tempo deles, nem para tempo nenhum. Nós não temos jeito mesmo. E, pensando bem, por que haveríamos de ter? Metemos na cabeça a fé no futuro de maneira voluntarista e cega às evidências, não existe bom futuro nenhum para o Brasil, perdi mesmo a esperança. (Ibidem, p. 95)

Depois do dito, seguiram “o resto do percurso sem falar mais nada”. Callado mantivera o costumeiro semblante sereno, “sem mostrar a desilusão que o queimara por dentro. Não era um catastrofista se manifestando, não era um cético ou cínico, era um artista e intelectual superior, falando apenas o que a realidade terminara por impor-lhe” (RIBEIRO, 2006, p. 96). Callado e Ubaldo tinham passado por experiências semelhantes. Eram escritores e “cada um de seu jeito e dentro das suas possibilidades”, militaram por aquilo em que acreditavam. Ao reivindicar a memória desse encontro, Ubaldo endossa a desilusão do amigo escritor. As décadas vindouras não deverão desmenti-lo. Depurando as doses de esperança permitidas pela realidade, o cronista preserva modestas expectativas no futuro:

Um fim de ano tranquilo para nós e a família, a saúde certinha, a alegria das amizades, o dom do amor e do afeto de que ainda desfrutamos, continuarmos

vi-vos e inteiros. Pequenas, desprezíveis esperanças, não extintas no ano que termina e a serem laboriosamente ataçadas no ano que chega. Lembro a história, não sei se verdadeira, do diálogo havido entre Frank Sinatra e sua filha, no que viria a ser o último ano de vida dele. Ela perguntou ao pai o que ele queria de presente de Natal.

— Um outro Natal — responde. (RIBEIRO, 2006, p. 96)

Ao lembrar Antônio Callado, Ubaldo falava de si. Não queria ser visto somente como cidadão cético ou pessimista, embora lhe coubessem bem os adjetivos. Antes, gostaria de ser reconhecido como intelectual superior, profissional sério-sério e escritor obstinado. Como se os adjetivos “cético” e “pessimista”, antecipados e valorizados previamente, sombreassem o tamanho do escritor. É também provável que tenha lutado para não perder a esperança no futuro, mas como “ninguém se faz”, o cronista foi dobrado pela própria personalidade. Faltou aquela fé que o próprio literato pôs na boca de Rita Hipólito, a sábia mãe de santo de *Viva o povo brasileiro*: “por isso é que se fala tanto na necessidade de ter fé para que as coisas aconteçam, pois a fé, afinal, não passa de uma maneira de ver o mundo que torna possível aquelas coisas que deseja que aconteçam. A fé, portanto, é um conhecimento” (RIBEIRO, 1984, p. 524).

“A magia não é feita de fora, mas de dentro”, e intimamente a fé do cronista no Brasil e na humanidade estava minada pela experiência vivida – passada e presente. Em sua conexão com a realidade, Ubaldo sempre mencionou os jornais impressos, portadores de toda sorte de má notícia. Informar-se sobre fatos e eventos que estão na ordem do dia é atribuição do cronista e os periódicos foram fontes sempre destacadas de acesso à informação. “Ler os jornais todos os dias é um permanente baixo-astrol. Sempre me deprimos, e muito. Chego a chorar”. O jornalista Wilson Coutinho (1998, p. 99) reforça o lado sensível e humanista de João Ubaldo diante da miséria brasileira, “um país que não educa nem cura, não oferece cultura nem esperança, é um país ruim de ser lido até nos jornais”.

Ubaldo argumentava que, embora não parecesse, procurava não estragar o domingo de ninguém com suas crônicas. “Há sempre alguma amenidade no domingo, pelo menos para quem não está enfrentando problemas sérios”. Praia, parque ou simplesmente jogar conversa fora sem compromisso. “Quanto aos jornais, é possível encontrar uma fofoquinha ali, outra acolá, uma aula de cultura inútil, uma crônica bem-humorada – enfim, coisas de domingo” (RIBEIRO, 2004, p. 68). Mas a “vida de cronista nunca foi moleza” e o cotidiano é uma repetição de tragédias:

Tumultos nos postos do INSS. A explosão em Alcântara. A reforma tributária sendo xingada e desqualificada de todos os lados. Crise no Instituto Nacional de Câncer. Atentados terroristas, mais mortes no Oriente Médio. Escolas sem professores, alunos completando o ensino básico sem saber ler. Anúncio da iminência de um tremendo vírus de computador novo, capaz de fazer mais misérias que todos os outros juntos. Um padre americano, condenado por pedofilia, assassinado com requintes de crueldade dentro da cadeia. Um cidadão detido por tentar estuprar uma cadela (sic) chamada Tiazinha, que, segundo ele — juro a vocês, não posso ser o único a ler essas coisas — o provocava com meneios e requebros lascivos, para grande indignação de sua dona e perplexidade da autoridade policial, que não sabia como enquadrar penalmente estupro de cadelas. E, finalmente, uma notícia baiana — logo baiana, Deus do céu — sobre um avô abusando sexualmente de seu neto de um ano e oito meses. (RIBEIRO, 2006, p. 77)

Um tanto por isso, chegou a fazer graça de uma leitora que o abordou na antessala de um consultório médico para elogiá-lo. A dita leitora, que comprava os jornais todos os domingos somente por conta do cronista, justificou assim a predileção pelo escritor:

O resto do jornal só tem coisas horrorosas, mortes, balas perdidas, atentados, guerras, doenças novas, a gente não aguenta mais. Aí é um alívio encontrar suas crônicas, sempre leves, engraçadas, tirando a cabeça da gente desses acontecimentos terríveis. Eu sei que tudo é verdade, mas é bom encontrar um lugarzinho onde se fala em outra coisa. O senhor não deve nunca parar, deve sempre escrever assim, o senhor é um oásis. (Ibidem, p. 76)

Um oásis no jornalismo diário para atenuar o drama cotidiano é uma interpretação bastante contrária ao espírito malcriado do Pequeno Ubaldo. Em verdade, não importa se esse diálogo existiu ou se é apenas uma anedota tirada da manga para fazer piada com a própria condição de cronista supliciado. Ubaldo ainda brincou com a abordagem atrapalhada da senhora:

- O senhor – falou ela, hesitando um pouco em prosseguir, mas estimulada pelo meu ar pateticamente sôfrego – não é o João Ubaldo Vieira?
Acostumado a ser João Paulo Oliveira, encarei o ingresso na família Vieira até como um certo progresso e a corrigi apenas por não ter mais o que dizer. Era, sim, era eu, só que Ribeiro, mas, se ela fizesse questão, seria Vieira, sou homem de bom acomodar. (Ibidem, p. 76)

Vê-se que a senhora não conhecia muito o escritor de quem se dizia fã. Assumidamente “catastrofista” e com um temperamento melancólico, Ubaldo estava longe de ser um “oásis do jornalismo”. Apesar de orgulhoso com o título, seria difícil sustentar a fama.

Vejamos a crônica “Está ficando difícil”, publicada em junho de 2000, escrita à ocasião do episódio do ônibus 174. Façamos antes uma ligeira recapitulação do caso. Por volta das 14h, do dia 12 de junho de 2000, Sandro Barbosa Nascimento entrou armado em um ônibus, no bairro do Jardim Botânico. Um passageiro, antevendo o assalto, sinalizou para uma patrulha policial próxima. O ônibus foi cercado e Sandro fez os passageiros de refém. As negociações duraram cinco horas, com ampla cobertura da televisão. Na última sequência antes do desfecho, Sandro, já fora do ônibus, mantinha apenas Geisa Firmo Gonçalves como refém. Em tempo real, o mundo viu a ação desastrosa de Marcelo Oliveira dos Santos, então policial do Batalhão de Operações Especiais (Bope). Marcelo progrediu em direção a Sandro e, a curta distância, disparou a arma. O tiro errou Sandro e acertou Geisa. A ação desastrosa não saiu conforme planejado porque o policial não havia percebido que a sua arma estava travada. Sandro reagiu e acertou mais três tiros em Geisa. Sandro foi rendido e, em seguida, levado para um camburão, onde foi asfixiado por policiais. Mortos, Sandro e Geisa. Os policiais acusados de assassinar Sandro foram julgados e inocentados. Marcelo Santos, policial responsável pelo tiro que redundou nas mortes, pediu baixa da polícia. Geisa estava grávida de dois meses. “Existem mil novos Sandros por aí”, disse Yvonne Bezerra de Mello, ativista e educadora, que conhecia Sandro desde o episódio da chacina da Candelária, em 1993.

Desta vez não foi o jornal o veículo de comunicação da vez, mas a tevê. Por ela, Ubaldo viu um “espetáculo aterrorizante”. Em clima de absoluta consternação e padecimento disse que “mesmo que fosse palhaço de circo, desmereceria as tradições da profissão e não compareceria ao picadeiro”. Considerava-se de luto. Não era por menos.

Faço força para ver as imagens na televisão, não consigo aguentar. Como todos vocês, tenho filhos, amigos, parentes ou pelo menos semelhantes e concidadãos. E, como certamente a maioria de vocês, não posso deixar de horrorizar-me diante da selva que nos cerca, do medo, do desprezo pela vida e pela dignidade humana a que descemos.

Aconteceu realmente tudo aquilo que vimos minuto a minuto, segundo a segundo – e que poderia acontecer também a qualquer um de nós? É possível viver assim, numa sociedade acuada, intimidada, desprotegida, descrente e já se habituando a uma atmosfera de desconfiança e pavor? Volto à televisão, ouço parte da entrevista de um perito. “O momento próprio para a reação não foi apropriado”, diz ele. É isso o que diz o perito: o momento próprio não foi apropriado. E serão variantes dessa “explicação” tautológica e infeliz que teremos escutado, desta terça ao domingo em que vocês me lêem. E ainda vamos escutá-las durante muito tempo, porque novamente ninguém será culpado, a vida é assim mesmo. A moça que morreu, depois de cruelmente martirizada durante horas, não vai voltar, a paz não vai voltar, continuaremos nossa caminhada em direção à bestialidade, a esta guerra civil que não queremos ver, mas que está aí em andamento. (RIBEIRO, 2004, p. 69)

Ubaldo discordou de quem viu em sua abordagem uma argumentação exagerada, como se o caso fosse uma excepcionalidade ou como se a situação não fosse tão feia assim. “Mas como poderia ser mais horrenda? Que mais deverá acontecer para mostrar que ela é horrenda? Que mais precisamos presenciar para nos convenceremos de que o país está doente, de que nós todos estamos doentes, neurotizados e apossados?” (ibidem, p. 70). Diante da suspeita de que os tiros que assassinaram a jovem partiram da arma de um policial, João Ubaldo se antecipou aos açosamentos que logo veriam no policial a encarnação de todo o problema.

Mas não temos um problema somente de polícia, a polícia é uma parte do problema. E é inconsequência achar que o Exército deveria patrulhar permanentemente as ruas. Isso não existe, não pode existir. Não só o Exército não é polícia, como não há Exército que remedeie uma situação como a que vivemos. Talvez, pois há gente que pensa tudo neste mundo, exista quem ache que devíamos bombardear os morros e chacinar os pobres, suspeitos pela própria condição, enquanto a classe média procura aglutinar-se em guetos fortificados e os ricos (lembro ricos mesmo, não Romário ou Roberto Carlos, que são os vistos como ricos pelos bobos que constituem a nossa maioria) ou vão morar fora ou andam cercados de milícias particulares. (RIBEIRO, 2004, p. 70 e 71)

Mais política e menos polícia, reivindica o autor, para reformar radicalmente o país, “ou não temos futuro senão a insegurança, o desespero e provavelmente o caos” (RIBEIRO, 2004, p. 71). Em lugar do oásis, aridez.

Distante de qualquer euforia, a seqüência do presente desbota as imagens do futuro. Na base do “tudo é possível” neste país, a imaginação do cronista leva o leitor a lugares estranhos e situações incomuns. E se pensarmos bem, nada muito diferente da irrealidade a que nos habituamos. Quem imaginaria, por exemplo, que “toda poupança de uma nação seria confiscada com uma canetada”, no curso de um processo democrático. Um gesto inesperado, que a própria realidade provou ser possível. Em um país habituado a todo tipo de burla, por que confiar em sistemas eletrônicos de votação, por exemplo? Ubaldo antecipava-se a julgamentos, declarando-se paranoico ou delirante, a depender do estado de espírito do momento.

Quando o então ministro José Serra, da pasta da saúde, recebeu contra a cabeça um ovo atirado por um estudante secundarista²⁰, durante uma manifestação de

²⁰ Ver <[http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(mvuxg2to0ozzqlw2k2ee4ziu\)\)/Noticia/298275/estudante-joga-ovo-no-ministro-jose-serra-em-sorocaba](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(mvuxg2to0ozzqlw2k2ee4ziu))/Noticia/298275/estudante-joga-ovo-no-ministro-jose-serra-em-sorocaba)>. Acesso em março de 2018.

estudantes e servidores públicos organizada em Sorocaba, à ocasião do encontro regional do PSDB, em maio de 2000, João Ubaldo felicitou o gesto como sendo uma manifestação democraticamente legítima. “Jogar ovos, tomates e tortas na cara de autoridades e pomposos variados é comportamento relativamente comum nas democracias consolidadas, com exceção da americana, onde o pessoal prefere dar tiro mesmo” (RIBEIRO, 2004, p. 64).

Lançar ovos tem o “efeito salutar” de mostrar ao governo um pouco da insatisfação popular. E é bem pouco, argumenta o cronista. “Nossa atitude geral para com a autoridade sempre foi de uma reverência sabuja”. Se revidássemos na medida em que somos agredidos, provavelmente viveríamos uma “tragédia de consequências imprevisíveis” (ibidem, p. 64 e 65). Não havendo mais os comunistas de outros tempos para pôr sobre os ombros a culpa, as autoridades logo atribuíram o singelo gesto de um ovo atirado a “movimentos orquestrados”, a “ação de grupos infiltrados” e outras designações. “Não é nenhum movimento orquestrado, é o povo mesmo que ilustra a vergonha que o vitima, vaiando e xingando sempre que uma alta autoridade aparece, tanto assim que poucas vezes se viram esquemas de segurança tão truculentos e maciços como agora” (ibidem, p. 66).

Acuado atrás de “barreira policial digna de ditadura”, o governo não deveria estar surpreso. “O cidadão comum, por outras razões, também não pode sair à rua, a não ser com medo de que o assaltem, matem ou estuprem, eis que a segurança pública, obrigação basilar de qualquer governo, não existe e é tratada com displicência ou incompetência” (ibidem, p. 66).

Foi contra esse povo injuriado, lançador de ovos de galinha, que Antonio Carlos Magalhães defendeu que fosse usado o Exército. “Mas, sinceramente, não creio que o Exército se sentiria honrado, ao se definir como missão sua metralhar lançadores de ovos brasileiros e desarmados” (ibidem, p. 67). Esta informação foi suficiente para acionar a imaginação distópica de João Ubaldo.

Dentro em breve levam o Exército para as ruas toda vez em que um ministro correr o risco de se arvorar a misturar-se com os governados e daqui a pouco – nada deve surpreender-nos – alguém mais zeloso sugere que se edite a medida provisória institucional n. 1, predecessora da segunda, da terceira, da quarta e, finalmente, da MPI-5, com conteúdo semelhante ao de seu ancestral não tão remoto, o AI-5. (Ibidem, p. 66)

A “MPI-5” inventada pelo escritor é a junção de dois excessos de autoridade: as Medidas Provisórias, com força de lei e privativa do presidente da república, sem necessidade de aprovação em instâncias legislativas; e o Ato Institucional n. 5, no qual o poder executivo assumiu de vez as funções dos legisladores. Nada pode fugir ao controle do governo federal. Tudo para conter o povo, apaziguar os espíritos mais intransigentes. Pôr-nos como “carneirinhos”, que, segundo Ubaldo, é a condição a que estamos mais acostumados.

Também visando a conter manifestações de descontentamento, João Ubaldo vislumbrou a criação do Programa Nacional de Implantação de *Chips*. Seria criada uma comissão de notáveis incumbida em escolher os

padrões de comportamento socialmente aceitáveis. Depois, em duas concorrências públicas (a primeira será anulada por força de boatos de superfaturamento), se escolherá a multinacional que implantará chips eletrônicos nos cérebros de todos os brasileiros inconvenientes, programando-os a ater-se ao comportamento desejável. Ninguém quererá mais jogar lixo no chão, tirar meleca em público, assaltar, espalhar boatos ou falar mal do governo — enfim, as possibilidades são infinitas. A paz social será garantida, até porque, se o camarada por acaso estiver com fome, poderá comparecer a qualquer Posto de Informática Pública (os populares chipões) e lá pedir que, mediante o pagamento de um Darf simbólico em qualquer banco, um funcionário ligue dois eletrodos na cabeça dele e o faça sentir-se cevado como um abade medieval. (RIBEIRO, 2004, p. 40 e 41)

Com ou sem *chip* eletrônico, seguimos complacentes aos desmandos a que somos submetidos. Somente “cérebros lavados” e “caras abestalhadas” como as nossas para permitir intromissões externas na nossa soberania nacional. Sem dispor de provas, porém convicto, Ubaldo expôs outro “delírio básico”: “dentro de algumas gerações, talvez até uma ou duas, a Amazônia brasileira não será mais brasileira”. Os Estados Unidos dissertarão sobre a nossa incapacidade de gerir o patrimônio hídrico amazônico, alegarão que cometemos um crime contra a Humanidade e, em nome da paz mundial e do bem coletivo, dividirão o Brasil em dois: Brasil do Norte e Brasil do Sul. “É bem possível que isto venha a ser demonstrado pelos fatos futuros e sejamos obrigados a curvar-nos ante a realidade, antes obnubilada pela nossa ignorância mesquinha”. Segundo consta, a Amazônia brasileira é superior “em extensão, fertilidade, riquezas vegetal, animal e mineral a diversos países da Europa juntos”. O Brasil é o país com mais água no mundo “e, obviamente, será necessária a ocupação provisória” de áreas estratégicas. “Somente a ação pronta dos países mais responsáveis, como os Estados Unidos, é que poderá salvar o mundo de um destino desidratado” (ibidem, p. 78).

Enfim, está tudo aí, já praticamente prontinho. E, do mesmo buraco doentio da mente do qual tirei estas bobagens, é possível saírem muitas mais, está aí um bocado de gente morta que não me deixa mentir. Mas é tudo delírio. Nós, escritores e jornalistas, somos muito chegados a um deliriozinho; perdão, leitores. (RIBEIRO, 2004, p. 79)

Dona Madalena, professora em Itaparica, é quem tinha razão, como sempre lembrava Luiz Cuiúba, amigo de toda vida de João Ubaldo. Este tinha um problema na ideia e foi ficando pior com o tempo, “depois que leu livro demais e o miolo empedrou ou amoleceu, não sei qual dos dois”. D. Madalena não emitia juízos irresponsáveis.

Mole ou empedrado, o miolo de João Ubaldo Ribeiro não perdia de vista a ação predatória da política internacional norte americana. Se invadiram o Iraque atrás de petróleo, por que haveriam de fazer cerimônia com a água brasileira? Certamente fariam de forma menos grosseira, mas não encontrariam muita resistência, “a julgar pela fartura de exemplos que nos cercam nas grandes cidades”: *shoppings*, autopistas engarrafadas, gente morando no vigésimo andar, prédios espelhados, *fast foods* etc. “Mesmo na condição de cucarachas”, queremos ser americanos. Ubaldo novamente visualiza acontecimentos futuros, voltando ao assunto dos dois Brasis: do Norte e do Sul.

O Brasil do Norte, envolvendo a Amazônia e uns pedaços interessantes do Nordeste (existem umas coisas economicamente interessantes lá; ninguém acredita, mas existem, assim como existe gente de verdade e nem toda ela emigra para o Sul, a fim de fortalecer a indústria de carros blindados) teria uma História completamente diferente da do Brasil do Sul e, com facilidade, bastando assistir a algumas novelas da Globo passadas lá, provar-se-ia até que falam línguas diferentes. Daí para o surgimento de hostilidades, com um esquema de propaganda bem-feito, seria um passo. E, um belo dia, dar-se-ia o primeiro tiro nessa guerra entre nações tão diferentes, com o oprimido Norte rebelando-se contra o sugado Sul. Não existiram Vietnã do Norte e do Sul, assim como existem Coreia do Norte e Coreia do Sul? (RIBEIRO, 2004, p. 215 e 216).

Como consequência, os Brasis entrariam em guerra entre si e os norte-americanos, “paladinos dos oprimidos”, apoiariam o Norte. Na imaginação especulativa do autor, o Sul seria derrotado; a Bahia seria declarada independente, tornando-se, com o apoio generoso dos americanos, um celeiro destinado à produção de alimentos, “tão necessária a um mundo em constante crescimento populacional”; e terras indígenas ganhariam autonomia, “sob forte influência dos americanos, que aproveitariam todas as riquezas naturais da região, mas recompensando amplamente seus habitantes”. Ganharíamos o mesmo *status* de Porto Rico, ou seja, cucarachas de segunda categoria, com leve vantagem aos porto-riquenhos, “pois, afinal, estes são associados aos Estados

Unidos há bem mais tempo e antiguidade é posto”. Ubaldo termina a crônica desculpando-se “profusamente” com o leitor. Não foi intenção incomodar nem parecer incomodado com o assunto. Acredita que, assim, a vida pode melhorar. Abandonaremos “brasileiridades e nacionalismos antiquados e destrutivos” e, quem sabe, “poderemos ser as afortunadas cobaias de remédios docemente abestalhantes que a cada dia se desenvolvem mais (...). Pois é, podemos viver felizes para sempre e ficamos complicando a vida” (RIBEIRO, 2004, p. 216 e 217). Ironia pouca é bobagem.

Às ameaças estrangeiras, somam-se as intervenções cínicas do Estado brasileiro que, ao contrário de melhorar a vida das pessoas, impõe uma rotina de sofrimento mesclada a doses leves de anestésicos. Às vésperas de completar um ano de mandato, o governo Lula foi alvo da imaginação distópica do cronista, em crônica publicada em dezembro de 2003 (RIBEIRO, 2006, p. 97). Depois que o programa Fome Zero deslanchar, Ubaldo previu a criação do Fome 0,01. Em trinta anos, mais ou menos, a semente dará fruto, e poderemos ver a universalização do programa Meia Fome. Ubaldo argumentava, diante dos entusiasmos e comemorações, que a ampliação dos programas de assistência seria atestado histórico de incompetência e corrupção política. Em oposição ao programa Fome Zero, o Tripa Forra, “com seus beneficiários de sempre, entre os quais se encontram os membros do Congresso Nacional” e, principalmente, o sistema bancário que, ao contrário da imensa maioria, não paga imposto de renda. Nesse sentido, o problema não é dar comida ou dinheiro a quem mais precisa. Programas sociais são importantes para atenuar sofrimentos. No entanto, são incapazes de garantir a redenção necessária para tirar parte significativa da população da condição indigna em que se encontra. Seguindo ironia habitual, Ubaldo acreditou que as distorções seriam corrigidas – mais dia, menos dia – já que o governo Lula, atento aos dramas cotidianos, movia-se no xadrez político com contundência. Ainda em 2003, no bojo da reforma da previdência, Ubaldo não descartou a adoção de outro programa social para atenuar a questão do envelhecimento da população: Haraquiri Participativo. “Revolucionária ideia para enfrentar a carga que os velhos representam”.

Saúde foi o tema de crônica publicada em junho de 2004, quando o presidente Lula esteve na Bahia para inaugurar uma farmácia e, ao mesmo tempo, dar uma forcinha para a candidatura petista à prefeitura de lá. “Estão pensando o quê, que o Ministério da Saúde é somente para abrigar ladroagens, sucatear hospitais e tornar moleza invadir-lhe as dependências num momento de investigação? A farmácia está aí e

a Bahia nunca mais vai ser a mesma” (RIBEIRO, 2006, p. 111). Na pauta do governo, outro programa futuroso, o Acarajé Participativo,

em que cada brasileiro que morar ou estiver na Bahia terá direito ao vale-acarajé e acesso gratuito ao Disque Camarão Seco, no caso de a baiana do tabuleiro lhe sonegar esse importante complemento do popular quão nutritivo acepipe, de que tantos são hoje excluídos. (Ibidem, p. 111)

O ano de 2004 foi também de eleições parlamentares. “Tempo de eleição é tempo de obras públicas, inaugurações, aumentos de salários, colocações, anúncios de prosperidade não testemunhada mas vastamente alegada, essas coisas que vão azeitando a democracia” (ibidem, p. 124). Os noticiários, sobrecarregados de tantos eventos eleitorais, deu pouco destaque ao anúncio feito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): foram regulamentadas as regras para o papel higiênico brasileiro. “Vocês não devem ter lido, já me acomodei ao fato de somente eu ler essas coisas, mas deu no jornal, sim”. Lida a matéria, Ubaldo passou a conjecturar uma promissora parceria entre governo e ABNT. O Papel Higiênico Participativo garantirá acesso amplo ao nosso papel, referência mundial no assunto.

Calem-se novamente os catastrofistas — o Brasil será o primeiro país do mundo a adotar normas para papel higiênico. Daqui a pouco poderemos contar prosa no “Fantástico” sobre como tal ou qual celebridade internacional só usa papel higiênico mandado buscar diretamente do Brasil e saber que, quando outra celebridade quer limpar-se com categoria, se segura como pode, pega o jatinho e vem para o Brasil, referência mundial em limpeza traseira. Veremos a fundação do suntuoso e fechadíssimo GoldenAssWipersClub na Barra da Tijuca, recebendo, a peso d’ouro, aficionados de todo o orbe? (Ibidem, p. 125 e 126)

Como não existia previsão orçamentária para o Papel Higiênico Participativo, Ubaldo previu a criação da Contribuição Provisória Sobre Evacuação, gerida pela “Comissão Federal de Higienização Íntima, com seu presidente no *status* de ministro”. Sempre cabe mais um ministro, lembrou o cronista, “pois, afinal, onde comem 36, comem 37” (ibidem, p. 126).

Quando o tema é segurança pública, o cronista não hesita em novamente dar uma contribuição. Os jornais mais uma vez são fontes de inspiração: “cidades brasileiras vêm minorando de forma notável seus programas de segurança e violência, através de medidas singelas e de fácil execução” (Ibidem, p. 139). A principal medida é o toque de recolher. “Leio aqui que o sucesso tem sido indescritível, praticamente ninguém mais assalta nem mata ninguém, a paz é total”. Sem demora, veremos o

“Circulação Zero”. No início, alguma resistência, mas logo nos acostumaremos com a ideia. Ao novíssimo programa, Ubaldo sugere o “slogan ‘Na toca, Brasil!’”, com um nacionalíssimo tatupeba de símbolo, posando à entrada de seu moderno buraco, junto às grades, à câmara de circuito interno de tevê e ao segurança, bem atrás da cerca eletrificada” (RIBEIRO, 2006, p. 140). Por não sermos robôs submetidos a reconfigurações ou atualizações de sistema, a implementação deverá ser gradual. O modelo virá do já conhecido rodízio paulista de carros.

Os cidadãos cujas carteiras de identidade tiverem números pares poderão sair nas noites de segunda, quarta e sexta, com alternâncias nos fins de semana. Ou algo assim, somos muito bons na organização desse tipo de coisa, embora as dificuldades para a implantação do sistema possam revelar-se insuperáveis, já que os problemas seriam de todo tipo, até nos casos em que marido e mulher ou, muito pior, namorado e namorada, tivessem incompatibilidade de números. (Ibidem, p. 141)

Prevedo que os bandidos não cruzarão os braços de maneira conformista e adiantarão seus relógios, o melhor é que ninguém mais saia de casa. “Só vou querer ver as caras dos assaltantes, assassinos e motoristas bêbados. Será um baque na criminalidade”. Circulação Zero. Na toca, Brasil!

E as Forças Armadas finalmente poderão colaborar em algo que são treinadas para fazer, ou seja, controlar toques de recolher em áreas ocupadas, elementar. Quem sair toma um tiro de canhão. Só muita má vontade para alegar falta de segurança, até porque o canhão deverá ser participativo. (Ibidem, p. 142)

Ainda na seara da segurança, um novo paradigma de consumo se impõe à classe média: o carro blindado. Em lugar do sonho da casa própria, o sonho do Urutu próprio. O Urutu é um blindado leve com capacidade anfíbia que começou a ser fabricado na década de 1970 pelas forças armadas brasileiras e contava com uma única metralhadora 12mm montada sobre o teto. “Já pensou o gentil leitor ou a encantadora leitora na alegria de sair de casa dentro do conforto e da segurança de um Urutu do ano? Aí mesmo é que a gente vai ver que nunca um governo fez tanto pela segurança pública neste país” (ibidem, p. 206).

Distopia e ironia caminham lado a lado no texto do cronista, como foi exposto em crônica publicada em março de 2005. Ali, a frase de um presidente militar serviu de ponto de partida: o país vai bem, mas o povo vai mal. Dita por Emílio Garrastazu Médici, a frase ecoa por contextos diferentes. Pergunte a qualquer político investido em cargo público ou ocupante de funções comissionadas, notadamente dentro do poder

executivo, os avanços e melhorias promovidas pelo governo do qual fazem parte. Sem querer decepcionar os aliados ou dar cartaz para a oposição, números e dados são acionados para “provar” as melhorias promovidas. Se o país vai bem e a economia tende a dar sinais de reação, mas a realidade é sofrível para a maior parte da população, senão insuportável, é porque o povo vai mal, ao contrário do país. Sobre a afirmação de Médici, Ubaldo admitiu dificuldades na compreensão. Mas gradualmente foi chegando o entendimento. “Problema do Brasil é o povo, isso é que estraga tudo”. A constatação possui a mesma dimensão irônica das autoproclamações e expressões usadas repetidamente por Ubaldo. Somente com muita má vontade, somente um catastrofista delirante, pessimista ou devaneador não percebe que a culpa é dessa “gentinha atrasada da pior categoria. Qualquer um vê que o país vai bem. É só escutar a voz dos analistas oficiais. Todos os indicadores são fantásticos, com uma rara exceção aqui e ali. Só o que falta é o povo”. Povo ingrato, incapaz de reconhecer a própria condição de bem estar. “Há sempre uma reclamação, um descontentamento, o vício de torcer o nariz para tudo” (RIBEIRO, 2006, p. 145). Definitivamente, não seremos capazes de inscrever o país “na lista honrosa das grandes civilizações, em que já estaria folgadamente, se não fosse o povo”, exceto por intermédio de uma medida radical, sem a qual não haverá futuro possível: “acabar com o povo. Isso mesmo, acabar, extinguir, eliminar. Sem povo, ninguém vai mais poder dizer que o país vai bem e o povo é que vai mal, pois não haverá mais povo”. E para evitar os gastos excessivos com os processos de extermínio em massa, caberá ao povo o gesto derradeiro que o renderá menções honrosas e títulos de glória. Com a mesma sugestão dada aos “velhos” que oneram a previdência, agora todo o povo é convocado a cometer um haraquiri coletivo. “Sim, compatriotas, não esperemos mais, a hora é esta”. Seremos “objeto inquestionável de admiração internacional”, pela nossa criatividade e pioneirismo. “Por que não pensamos nisso antes? Erram, como sempre, os catastrofistas. O Brasil tem futuro, sim, apesar de que não estaremos aqui para testemunhá-lo, mas não se pode querer tudo neste mundo” (ibidem, p. 146).

Ubaldo seguiu uma rotina de “esculhambação” geral sem perder o humor e sem se deixar seduzir por discursos. “Só sabemos que o presente não serve mais”, consentia o educador malcriado.

Capítulo 3

FHC e Lula num boteco no Leblon

“Se a coisa engrossar mesmo”, Ubaldo venderia tangerinas nos cruzamentos do Leblon para garantir o ganha-pão. Foi no início do ano de 2001, no contexto de agravamento de uma crise financeira internacional, que começou na Turquia, passou por Japão e Argentina, até chegar aos Estados Unidos. Lida pelos jornais, a zona financeira fazia o cronista assumir mais uma vez a sua condição de “paranoico assumido”. Ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, “inúmeras minhocas” frequentavam a cabeça do escritor, “a começar pela crescente convicção de que o Brasil mudaria radicalmente dentro de pouco tempo”. Na crônica *Você não decide* (RIBEIRO, 2004, p. 107), a Petrobras é citada como um dos exemplos dessa mudança. A empresa petrolífera, pelo mau gerenciamento e corrupção, vinha sendo desmoralizada perante a opinião pública. Dois casos em especial são lembrados: os milhões gastos para que a empresa passasse a ser chamada de Petrobrax – coisa que não ocorreu – e a perda da plataforma P36.

Sobre a mudança de nome, Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras de 1999 a 2001, defendia que a companhia se desvincilhasse da marca BR e do sufixo “brás”, associados ao Estado brasileiro e à ideia de ineficiência estatal. Petrobrax seria uma marca mais adequada ao mercado global, à internacionalização. Quando o presidente Fernando Henrique deu aval para a troca do nome, o assunto ganhou o noticiário e a oposição reagiu com contundência. Diante da ofensiva e sem apoio político ou da opinião pública, Fernando Henrique recuou e determinou a interrupção do projeto Petrobrax.

Cerca de três meses após essa má sucedida operação de marketing, a plataforma P36, localizada na Bacia de Campos, a 130 Km da costa do Estado do Rio de Janeiro, naufragou. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) do Brasil, o acidente foi causado por “um problema no fechamento de uma válvula”²¹, ocasionando três explosões em uma de suas colunas. A plataforma foi a pique matando 11 trabalhadores. Mesmo julgando-se uma fonte pouco competente, já que entendia tanto de plataformas “quanto da fabricação de provolone”, Ubaldo desconfiou do fato das explosões terem ocorrido justamente em um dos pilares de sustentação. “Juro a vocês – e peço desculpas

²¹ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/plataforma.shtml>>. Acesso em março de 2018.

pela minha provável maluquice – penso em sabotagem. Penso até em esquemas para fazer a sabotagem e só não os exponho porque não quero ser chamado de Ian Fleming dos pobres”. Ubaldo dizia que recebia cartas de pessoas que “contavam mais coisas sobre ela” (Petrobras). E mesmo que tais coisas não fossem verdades, havia “gente muito interessada em comprá-la e por um preço um pouco menor do que o da Cobal no Leblon” (RIBEIRO, 2004, p. 108). Este foi, seguindo as pistas do cronista, o motivo do sucateamento da petrolífera.

Contam-me que houve redução drástica nas verbas de manutenção, com a consequência de que o treinamento é falho, as peças são de qualidade inferior e a reposição é a passo de cágado. Dizem-me também que os funcionários não recebem aumento há mais de cinco anos, enquanto, por outro lado, os preços dos combustíveis vêm subindo. Não fazem concurso para substituir a experiência de técnicos antigos e que vestiam a camisa da empresa. Terceirizam-se serviços, o que significa o emprego de mão de obra temporária, ou leal a outros patrões que não a Petrobras. (Ibidem, p. 108)

Um sussurro paranoico enchia a cuca de Ubaldo. A Petrobras seria vendida nas mesmas condições em que foram privatizadas as outras estatais durante o governo de Fernando Henrique: vendida em real, após uma súbita desvalorização da moeda brasileira causada pela alta do dólar, contando ainda com financiamento do BNDES. “Aqui tudo é possível e eu acredito em tudo; são mais de cinquenta anos vendo e ouvindo o que acontece”. E ainda que se faça barulho contra a privatização da petrolífera, o governo saberá impor a sua vontade. “Somos governados por decretos-leis, sob o nome artístico de medidas provisórias” (ibidem, p. 109).

“Aos leitores mais sensíveis”, Ubaldo pediu desculpas pelo termo chulo. Embora não fosse de escrever palavrão em jornal, “esculhambação” foi a palavra mais adequada para descrever o governo FHC. Ato ou efeito de esculhambar, segundo o Aurélio: desmoralização, avacalhação; anarquia, desordem, confusão. “O país está como uma bicicleta ladeira abaixo, inteiramente desgovernado, a começar pela Presidência da República” (ibidem, p. 124). O país enfrentava problemas hídricos e elétricos e “quando o presidente fala sobre o país, parece que nada do que acontece aqui tem a ver com ele” (ibidem, p. 124). Foi mais fácil pôr a culpa da crise energética na conta dos ex-presidentes Fernando Collor e Itamar Franco ou de São Pedro pela falta de chuva. Diante do racionamento de energia e da necessidade de reduzir o consumo em 20%, o único investimento viável seria na fabricação de velas, deduziu. Seguimos “vendo o caos à nossa frente”, reiterou o cronista (ibidem, p. 127).

O governo esculhambado de Fernando Henrique também foi assunto recorrente “num boteco no Leblon”. Quando não emitia juízo pessoal, Ubaldo inventava personagens para discutir a conjuntura nacional. Nestas crônicas, ambientadas em botecos, a organização do texto variava pouco: duas pessoas divergindo sobre assuntos cotidianos da política brasileira. Os papéis também eram bem definidos: um sujeito otimista, ponderando em favor do governo, e outro irredutivelmente pessimista. O otimista cumpria o papel de “escada”, deixando o protagonismo para o pessimista exibir a sua argumentação. Em “A situação nacional num boteco do Leblon”, de julho de 2001, um dos personagens reclamou do chope tirado sem pressão, parecendo “uma tulipa de xixi de jumento”, para em seguida desandar um rosário de más impressões sobre assuntos variegados: não acredita que Felipão será capaz de acertar a seleção brasileira; reclama da disparada da moeda norte-americana, que só beneficia “a turma que já engordou comprando e vendendo dólar”; e critica o modo apequenado como nos posicionamos no cenário econômico internacional: tememos o nervosismo do mercado financeiro ou, como mandava a pauta econômica em meados de 2001, ficamos preocupados com a crise na Argentina. Por fim, o texto termina com o seguinte diálogo a respeito de Fernando Henrique e da crise energética:

— (...) Falta macho no governo, a verdade é essa! Falta tudo, aliás.

— Não é bem assim. Você pode não gostar dele, mas ele é um homem honesto, que...

— ...que não sabe de nada da esculhambação que há no país, não sabe quem são os corruptos, não sabe nada. E, quando fica na cara que ele sabe, o que é que ele faz?

— Também não é assim. O processo político...

— O processo político foi ele passar metade do primeiro mandato fazendo planos, a segunda transando a reeleição e o segundo mandato transando a sucessão, isso é o que ele faz. Ele teve a cara-de-pau de dizer que não sabia do problema da energia, só depois é que foi admitir que sabia, mas o culpado é São Pedro. Aliás, o culpado nunca é o governo. Minto, às vezes é. Às vezes, quando a situação engrossa, ele vai para a tevê e baixa o malho no governo dele mesmo e até no povo.

— Eu desisto, não dá pra discutir com você.

— É, te falta munição. Ô Valdemar, tu tirou esse chope de algum radiador de caminhão? Valdemar, tu não me engana, tu é argentino disfarçado de cearense. A culpa é da Argentina! (RIBEIRO, 2004, p. 135)

Se falta munição ao otimista, o repertório do pessimista seguiu bem municiado na crônica *O dengue num boteco do Leblon*, de fevereiro de 2002. Nesta, o ministro José Serra, da saúde, pareceu mais interessado na própria candidatura à presidência da

república, enquanto “o Waldir está de dengue, a mulher e filha também, o Moraes também tá, o Peçanha, o Murilão, o Azevedo, bote nome nisso. Tá todo mundo de dengue e não tem tratamento, só paliativo” (RIBEIRO, 2004, p. 151). E quanto ao presidente Fernando Henrique Cardoso?

— O presidente? O presidente? Efe-agá-cê? Tu já tá de porre no meio do quarto chope? Sua Excelência nem sabe que tá tendo epidemia de dengue no Rio de Janeiro.

— Mais exagero, mais exagero. Claro que ele tá sabendo e deve estar preocupado.

— Ele está preocupado é com a próxima viagem e o próximo discurso em francês, isso é que ele tá preocupado. Não tem dengue em Brasília, como é que ele vai saber? (Ibidem, p. 152)

Fernando Henrique foi apresentado como um presidente alheio à realidade circundante. Isolado em Brasília, desconhece o problema do dengue “até que algum parente dele pegue a doença, e olhe lá” (ibidem, p. 153). Viagens e discursos em francês animam a agenda de “Sua Excelência”. E quando, por força das circunstâncias, vem a público manifesta-se a respeito de problemas nacionais, FHC criticou o próprio governo como se não fosse ele o mandatário principal. “O pior ainda não chegou”, sentencia o pessimista antes de oferecer um brinde: “— Século catorze! Peste bubônica! Pode anotar que ela vem aí, nós somos um país pioneiro. Um brinde dos não-dengados à peste bubônica, que pelo menos tem remédio. Tchín-tchín, avança, Brasil!” (ibidem, p. 153).

Em março de 2002, *A atual conjuntura I* trouxe de volta o mosquito da dengue. Enquanto o elegível Serra tratava da sua anunciada candidatura e o presidente em exercício ignorava o assunto, a população caía doente em meio ao “debate sobre quem é o culpado ou quem tem a responsabilidade”. Em ano eleitoral “ainda não resolveram se o dengue é municipal, estadual ou federal”. Seguimos, diz Ubaldo, “entrolhados por governos omissos e irresponsáveis e tudo vai continuar por isso mesmo”. Tampouco as eleições foram motivo de esperança. Depois de dois mandatos,

dr. Fernando Fujimoro Henrique, o qual, segundo certas más línguas, ainda nutre uma secreta e, graças a Deus, infundada esperança de que se adote, por exemplo, o parlamentarismo, para ele passar o resto do tempo querendo ser primeiro ministro e continuar a viajar e fazer discursos em francês. (RIBEIRO, 2004, p. 156)

Nas crônicas em que o diálogo se fez presente, a voz opinativa do cronista foi representada por personagens críticos ao governo e pessimistas diante da realidade. Por efeito, foi como se Ubaldo pusesse em boca popular o vocabulário da sua indignação. Uma versão anônima de *alter ego*, útil para variar a forma crítica; uma maneira de dizer coisas iguais ou parecidas em diferentes linguagens. Dizer, enfim, de outro modo o que já havia sido dito antes. Durante décadas, Ubaldo escreveu crônicas semanais. Ao intercalar a sua opinião com a oralidade de diálogos inventados, o cronista ampliou o leque de possibilidades literárias, mantendo o repertório opinativo sem cansar o leitor. E mais: a partir do momento em que transmuda a sua opinião para a forma de uma habitual e despretensiosa conversa de boteco, sugere que o cotidiano do cidadão comum está envolto de personalidades e saberes políticos que não devem ser subestimados.

As críticas ao governo FHC também estão presentes nas crônicas em primeira pessoa. Em *Carta ao presidente*, Ubaldo fala diretamente a Fernando Henrique:

O senhor, que já passou pelo ridículo de sentar-se na cadeira do prefeito de São Paulo, na convicção de que já estava eleito, hoje pensa que é um político competente e, possivelmente, tem Maquiavel na cabeceira da cama. O senhor não é uma coisa nem outra, o buraco é bem mais embaixo. Político competente é Antônio Carlos Magalhães, que manda no Brasil e, como já disse aqui, se ele fosse candidato, votaria nele e lhe continuaria a fazer oposição, mas pelo menos ele seria um presidente bem mais macho que o senhor.

O senhor assumiu o governo em cima de um plano financeiro que o senhor sabe que não é seu, até porque lhe falta competência até para entendê-lo em sua inteireza e hoje, levado em grande parte por esse plano, nos governa novamente.

Eu ousou lembrar ao senhor, que tanto brilha, ao falar francês ou espanhol (inglês eu falo melhor, pode crer) em suas idas e vindas pelo mundo, à nossa custa, que o senhor é o presidente de um povo miserável, com umas das mais iníquas distribuições de renda do planeta. Ouso lembrar que um dos feitos mais memoráveis de seu governo, que ora se passa para que outro se inicie, foi o socorro, igualmente a nossa custa, a bancos ladrões, cujos responsáveis permanecem e permanecerão impunes. Ouso dizer que o senhor não fez nada que o engrandeça junto aos corações de muitos compatriotas, como eu. Ouso recordar que o senhor, numa demonstração inacreditável de insensibilidade, aconselhou a todos os brasileiros que fizessem check-ups médicos regulares. Ouso rememorar o senhor chamando os aposentados brasileiros de vagabundos. Claro, o senhor foi consagrado nas urnas pelo povo e não serei eu que terei a arrogância de dizer que estou certo e o povo está errado.

Paradoxal como pareça, eu torço pelo senhor, porque torço pelo povo de famintos, esfarrapados, humilhados, injustiçados e desgraçados, com o qual o senhor, em seu palácio, não convive, mas eu, que inclusive sou nordestino, conheço muito bem. E ousou rezear que, depois de novamente empossado, o senhor minta outra vez e traga tantas ou mais desditas à classe média do que seu antecessor que hoje vive em Miami. (RIBEIRO, 2000a, p. 178 e 179)

Condensando as afirmações, tivemos, entre 1995 e 2003, um presidente que não foi macho e que não mandou em nada (Antonio Carlos Magalhães seria um presidente bem mais macho, disse); que reivindicou politicamente um plano econômico, mesmo sem ter competência para entendê-lo em sua inteireza; que viajou mundo a fora para se exhibir falando em línguas estrangeiras; e cuja formação acadêmica de sociólogo²² não lhe rendeu o mínimo de sensibilidade social.

Ser macho, na opinião de Ubaldo, seria um predicado importante para o cargo máximo do poder executivo. “- Falta macho no governo”, foi dito por um personagem sem nome do cronista, em 2001. Dessa forma, não ser macho foi visto como falha ou desvio. Embora seja nítido o caráter machista do comentário, é difícil especular o seu significado preciso. O que esperar, afinal, de um presidente macho? O convívio familiar, no qual Ubaldo foi criado, fornece algumas pistas. No apêndice da edição eletrônica do livro *Política* aparecem os “Dez bons conselhos de meu pai para cidadãos honestos e prestantes”: não seja tutelado, não seja colonizado, não seja calado, não seja ignorante, não seja submisso, não seja indiferente, não seja amargo, não seja intolerante, e não seja medroso. É possível pensar alguns desses conselhos de Manoel Ribeiro como norteadores das críticas de Ubaldo a Fernando Henrique Cardoso: não seja tutelado e resolva os problemas que lhe competem; não seja colonizado ou subserviente com o estrangeiro, acatando diretrizes de organismos financeiros ou ainda preocupando-se com discursos em francês ou inglês; não seja desonesto ou conivente com a desonestidade; e, principalmente, não seja medroso, sendo necessário manter uma “coragem constante e acesa”. Ubaldo recomenda o livro a “trabalhadores, estudantes, políticos, donas de casa e o povo em geral”, e, por extensão, selecionou e expôs os conselhos dados por seu pai ao longo da vida sem a intenção de organizar um programa sexista. Mas também não é irrelevante o fato de Manoel Ribeiro – cidadão áspero e pai autoritário – ser um homem

²² Sempre que se referia à “sociologia”, Ubaldo fazia troça de FHC. “Talvez fosse fenômeno merecedor de um estudo sociológico, com o perdão da má palavra” ou, ainda, “se não fosse a má reputação que a palavra ‘sociólogo’, não sei por quê, vem adquirindo nos últimos anos...” Pairava sobre a sociologia a mácula de um presidente que, na aparência, fez mau uso dos fundamentos científicos da própria formação. Ubaldo zombava: “Vai ver que o Homem está usando a presidência para obter dados para o trabalho definitivo da sociologia do Brasil, nós é que não estamos entendendo o sacrifício dele, ter de bancar o presidente, quando, na verdade, só está estudando para nos ajudar, já pensaram em como Casa-grande e senzala vai ser metida num chinelo depois dele?” (RIBEIRO, 2—4, p. 94) Do mesmo ramo profissional, pois ensinou ciência política em universidades da Bahia, Ubaldo não reconhecia excelência no trabalho acadêmico do então presidente. Considerava-o um sociólogo comum, mediano. Investido na presidência da república, tampouco se distinguiu em função das décadas de dedicação e pesquisa universitária.

da primeira metade do século XX. Provavelmente, os conselhos educacionais de Manoel Ribeiro eram dirigidos ao gênero masculino, considerando o estatuto patriarcal da nossa tradição familiar. Ubaldo dizia frequentemente em entrevistas que a opção pelo curso de Direito havia sido influenciado por Manoel Ribeiro e não havia discussão em torno disso. Quem, naquela época, “tinha vocações para humanidades, para poesia, arte, literatura e tal, entrava para a faculdade de Direito. (...) porque as faculdades de Filosofia eram tidas, ainda, como coisa para moças casadoiras”. De alguma forma, embora reconheçamos que essas especulações possuem caráter incerto, ser macho para Ubaldo esteve relacionado à educação política e moral herdada pelo lado paterno. Homem medroso, tutelado e colonizado, Fernando Henrique Cardoso não podia ser macho.

Ao criticar Fernando Henrique Cardoso e o conjunto do executivo que governou o país de 1995 a 2003, Ubaldo passava por “comunista sem-vergonha”. Logo ele que, como gostava de dizer, tentou ser comunista e não conseguiu. Citava frequentemente o amigo Jorge Amado, ao dizer que os canalhas estão proporcionalmente distribuídos à esquerda e à direita do espectro político.

Ubaldo sentia desconforto em ser chamado de “formador de opinião”. Tinha dificuldades em formar uma opinião própria, quanto mais formar ou mudar opinião alheia. Quando acessa um texto, o leitor já possui referências relativamente estabelecidas. “Quem concorda comigo já concordava antes. Talvez sem perceber, mas já concordava. Quem discordava, vai continuar a discordar, talvez até com mais veemência” (RIBEIRO, 2004, p. 180). O que um escritor pode fazer é, no máximo, consolidar ou sofisticar uma opinião já tendente da parte de quem o lê.

Além disso, há pessoas que acham que nós, da grande imprensa, o que lá seja isto, vivemos em reuniões conspiratórias, em que, recebendo grana e benefícios variados, vamos velhacamente para o teclado e empulhamos a opinião pública. (...) quanto à grana e aos benefícios, ponho-os na mesma conta que o ouro de Moscou de antigamente, que também já recebi, até o fim da União Soviética, o que representou um severo baque nas minhas finanças de comunista sem-vergonha. (Ibidem, p. 154)

Mas para não decepcionar a neurose de ninguém, tentaria “formar uma opiniãozinha”. O assunto do momento foi a sucessão presidencial, em 2002, vista sem entusiasmo. “A atual conjuntura continua como todas as outras conjunturas anteriores, só mudam os nomes. E nós devemos merecer, a verdade é esta”. Vamos aos nomes dos

pré-candidatos, lembrando que Fernando “Fujimoro” Henrique não poderia concorrer, depois de dois mandatos seguidos:

Dra. Roseana é a governadora do Maranhão, estado que, apesar do valor de seus filhos, não é bem um exemplo de prosperidade e boa administração. O dr. Serra significa continuísmo. O dr. Ciro Gomes, ninguém sabe. O dr. Itamar é, como se dizia nos momentos em que estava em maior evidência, mercurial. O que mais se lia nas manchetes, quando ele era vice-presidente e depois presidente, era “Itamar se irrita”. Imagino que continua assim e não sei se é boa idéia eleger um presidente mercurial, que se irrita com facilidade. O dr. Garotinho, bem, é o dr. Garotinho. Quem mora no Rio sabe que ele não é bom nem de “Show do Milhão”, onde a famosa H2O foi por ele esquecida. Em seu favor, diga-se que, afinal, não é preciso ser tão Einstein assim para presidir o Brasil, embora seja quase imperioso saber ler. (RIBEIRO, 2004, p. 156 e 157)

E ainda sobre Lula: “embananado em seu próprio partido, fica com pinta de que vai perder outra vez”. O candidato petista já havia perdido os três pleitos anteriores – em 1989, 1994 e 1998 – e como “não gostamos da ideia de um presidente barbudo, ex-mulato e que não seja poliglota”, perderia novamente, previu Ubaldo. Manejando com sarcasmo e ironia os argumentos da opressão racial, explicou o termo “ex-mulato”: “ele agora cuida do cabelo, pois com certeza também acha que ser mulato não está com nada, é visível que deu uma amaciadazinha, de uns tempos para cá” (Ibidem, p. 156). A previsão do cronista, no entanto, não resistiu aos 53 milhões de votos recebidos pelo monoglota barbudo. Com José Serra derrotado no segundo turno, Lula passou a ser o nome mais debatido “num boteco no Leblon”.

— Tu tá vendo aí, eu chamei a atenção desde o começo. Isso não é homem pra governar o Brasil, nós merecemos coisa melhor, péssimo governo!

— Eu tou vendo o quê? O homem só toma posse em janeiro e tu já tá reclamando do governo? Qual é a tua, cara, tu tá de porre?

— Umás três semanas de eleito e ainda não vi nada! Não vi nada!

— Mas é isso que eu digo: como é que tu quer ver alguma coisa, se o homem nem tomou posse ainda?

— Ah, tu sente pela embocadura. Já dá pra sentir pela embocadura. Começa por essa vergonha. Um presidente sem um dedo, que fala com a língua no dente e só fala português... Está certo isso? (Ibidem, p.189)

Neste diálogo, João Ubaldo ironizou os rumores impacientes de quem esperava de Lula efeitos mágicos tirados de uma cartola. “A maior parte dos frequentadores de botecos e assemelhados, grã-finos ou não, concordará comigo: já se ouvem críticas, às vezes contundentes e exaltadas, ao governo de Sua Excelência dr. Luis Inácio Lula da

Silva” (ibidem, p. 193). Antes mesmo de tomar posse já se ouvia o alarido. O fato foi que a “ascensão social e política de um pau-de-arara” serviu de combustível à impaciência daqueles que nunca aceitariam de bom grado um presidente nordestino e sem dedo. Até mesmo, segundo registrou Ubaldo, uma estrela do PT na lapela do paletó de Lula, ao encontrar-se com o presidente norte-americano Bush, foi motivo de longuíssimos debates em “botecos e assemelhados”.

Caso de alta relevância. Lula não era, nem ainda é, o presidente do Brasil. É o líder mais importante do partido que ele construiu e que, descontadas análises políticas altissonantes e obnubilantes, o levou ao posto que ele ocupará dentro de poucos dias. Mas, na falta de ter o que criticar e não havendo Lula tentado falar inglês, a estrela da lapela já constituiu matéria para discussões, artigos, cartas e palestras. Entretanto, pensem bem, aqui entre nós: será que a vanglória discreta da estrela na lapela não foi apropriada para um encontro como aquele? Eu acho, e não sou do PT, não sou de partido nenhum. (RIBEIRO, 2004, p. 199)

Em fevereiro de 2003, com Lula já investido no cargo de presidente, Ubaldo lamentou o final das férias no “paraíso terrestre” de Itaparica. Não poderia permanecer o resto da vida assistindo às festas diárias, conversando e espiando os passarinhos, batendo papo com seus fantasmas e “sendo docemente irresponsável, como se nada mais no mundo tivesse importância” (RIBEIRO, 2004, p. 202). Itaparica tinha problemas e angústias como qualquer outro lugar, amenizados, no entanto, por ares gentis, por um sossego acolhedor, pelas águas verdes e azuladas do mar da Bahia, pelos braços de areia sem fim, “a natureza despertando o poeta de meia-tijela que mora em tantos nós”. Havia, ainda, em especial, “umas sugestões fugidias da infância e da juventude cada vez mais remotas e mais romantizadas, uns cheiros, uns relances de paisagem, uns sentimentos que, de tão longínquos, já pareciam mortos” (ibidem, p. 203).

Do paraíso terrestre às ameaças da cidade grande, voltou-se à leitura diária “de jornais atemorizantes com suas notícias de arrepiar”.

Sou obrigado a voltar a ler, todos os dias, a respeito de crimes inimagináveis em sua crueldade e requinte perverso, desabamentos, calamidades, guerras, corrupção fora de todos os limites, o Rio transmutado numa espécie de faroeste, o medo abrindo suas asas pegajosas sobre todos nós, que nem dentro de casa estamos mais seguros, a ponto de às vezes parecer incrível que ainda possamos sorrir e celebrar alguma coisa. Não devia ser, mas é assim que transcorre nossa vida e, mesmo diante desses fatos, temos de prosseguir, agradecendo a Deus pela graça de cada novo dia. (RIBEIRO, 2004, p. 203)

E foi da leitura de um jornal que lhe veio a notícia: Fernando Henrique deixou a presidência e agora preparava-se para ingressar na Academia Brasileira de Letras. Com tantos títulos e glórias, ele poderia entrar para o “Guinness como recordista em graus de doutor *honoris causa*, mas, continuo achando, teria estado muito melhor na condição de *premier* sueco do que na de presidente do Brasil” (RIBEIRO, 2004, p. 205). Transformava-se a olhos vistos “num dos maiores ex-presidentes do mundo, certamente o melhor de nossos ex-presidentes” (ibidem, p. 203).

Um de seus passos mais interessantes, ainda não habitual, mas aparentemente a caminho disso, é o de ter-se tornado uma espécie de comentarista da Presidência. A imprensa ajuda, claro, e ele então é chamado para comentar os atos do novo presidente. Seria, digamos, um Arnaldo Cezar Coelho da Presidência, que dirá a todos nós o que pensar de tal ou qual medida presidencial, ou tal ou qual atitude. “A regra é clara”, certamente ele terá oportunidade de afirmar no futuro. “Sua Excelência errou.” Sedimentará, com isso, um curioso sestro brasileiro a que já nos acostumamos, principalmente com ex-ministros da Fazenda. O sujeito esteve no poder e não acertou a fazer o que devia. Depois que sai, passa a explicar aos sucessores como agir. No exemplo em pauta, quiçá mais uma ocorrência do “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. (Ibidem, p. 204)

Ubaldo sentia vergonha de FHC, que ao falar “inglês francês ou espanhol, jamais cessou de mostrar, por vias indiretas, como somos bem colonizados”, além de possuir um “ar meio rabo-entre-as- pernas que brasileiros cultos por vezes assumem”. Lula saiu-se melhor, falando português “sem eufemismos e pretensões óbvias a caracterizar-se como um grande estadista” (ibidem, p. 222). Em outubro de 2003, com nove meses de governo petista,

o presidente Lula continua cada vez mais simpático, como se nunca tivesse feito outra coisa na vida senão presidenciar. Num momento está jogando futebol, como o peladeiro que quase todos os brasileiros foram ou são — e com pinta de meio ruim de bola, como também a maior parte dos outros peladeiros. Em outro momento, recebe visitantes com informalidade e alegria, enfia bonés na cabeça (um deles meio controvertido, mas já passou), finge que toca violino, quase faz ginástica olímpica, sai circulando com uma câmara na mão e, embora haja quem ache (eu não) que ele não tem a correspondente idéia na cabeça, se mostra uma figura boa-praça, amigueira, bonachona, que abraça todo mundo e tem palavras de amizade e estímulo para quem aparecer. (Ibidem, p. 222)

Ubaldo, no entanto, ponderou que governar não se resume a essas exterioridades. “Se tudo se resumisse a isso, seria ótimo”. O cronista se incluiu entre os brasileiros que estavam confusos em relação à postura que o governo petista assumiu, tão longe do PSDB na retórica e tão próximo na prática.

A isso estamos nos acostumando e até acho que têm razão os que ponderam que não só não houve ainda tempo para mudanças efetivas, como o governo não triunfou numa revolução, mas num quadro com regras de jogo antes definidas e com responsabilidades de que não pode abdicar com gestos ou atos intempestivos. Não há como sair reinventando tudo e modificando o país a canetadas, por mais vigorosas que sejam — e não seriam tanto assim, o buraco é sempre mais embaixo. (RIBEIRO, 2004, p. 223)

Em menos de um ano, as contradições do governo já podiam ser lidas no noticiário impresso. Nas páginas dos jornais, notícias podiam ser consideradas boas ou ruins ao sabor do assunto ou da afinidade ideológica de quem escreve. Mesmo considerando a precocidade das avaliações, não passou despercebida a aproximação da política petista com a ortodoxia econômica vista nos oito anos do PSDB à frente do executivo federal. Liam-se

notícias retumbantes sobre nossa performance no famoso mercado, entusiasmo nas bolsas de valores, exportações em alta, tudo róseo. Ou então tudo escuro como num buraco negro, as tarifas públicas aumentando, outros custos baixando e nunca — pois sempre há uma razão técnica ininteligível para isso — essas baixas sendo repassadas para o consumidor final, escolas sem professores, hospitais sem dinheiro, repartições tendo até a luz cortada por falta de pagamento, enfim, o Brasil de sempre, que teima em continuar presente, não importa quanto queiramos deixá-lo no passado. (RIBEIRO, 2004, p. 224)

“O Brasil de sempre”, de nítidos contrastes entre a animação do mercado financeiro e do sistema agroexportador de um lado e a opacidade “ovina” dos governados de outro. Estamos habituados, seguindo Ubaldo, a eleger nossos representantes e deixar que eles cuidem das coisas. “Já elegemos os dirigentes supostamente mais importantes [deputados federais, senadores, governadores e presidente], estes já nomearam outros e tudo deve estar sendo conduzido mais ou menos dentro do previsto”. Submetidos ao poder de quem manda, “no frígir dos ovos quem vai ser esfolado seremos nós mesmos, como sempre. Por exemplo, para aliviar a carga dos que ganham menos e da classe média assalariada, era promessa antes da posse do governo, corrigir a tabela do imposto de renda. Pois sim” (RIBEIRO, 2004, p. 225). Ao lembrar a promessa, João Ubaldo toca um ponto sensível da nossa injusta estrutura social: a necessidade de uma reforma tributária. Essa reforma, para ter efetividade, deve mirar em quem se beneficia dos atuais parâmetros de tributação, ou seja, os mais ricos. “Lembro ricos mesmo, não Romário ou Roberto Carlos, que são os vistos como ricos pelos bobos que constituem a nossa maioria” (ibidem, p. 210).

Uma vez empossado no alto escalão do executivo federal, a expectativa de um reformismo que furasse o cerco que protege os ricos e rentistas brasileiros saiu do radar petista. Estudos da Oxfam Brasil, divulgados recentemente, mostraram que as seis pessoas mais ricas do Brasil concentram a mesma riqueza da metade mais pobre da população brasileira, equivalente a 100 milhões de pessoas. Romário e Roberto Carlos não chegam perto de Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim), os seis bilionários que encabeçam o seletíssimo grupo dos super ricos (0,1% da população brasileira). Estamos habituados a ouvir e a repetir que se paga muito imposto no Brasil, mas essa tributação é desproporcional; são os assalariados e a classe média os que percentualmente são mais onerados. Os 27,5% de desconto máximo de imposto de renda nacional é menor, por exemplo, dos 32% cobrados nos Estados Unidos e muitíssimo distante dos 50% cobrados na Inglaterra, pátria do liberalismo.

João Ubaldo, em seu desejo de ser e parecer isento, raramente citava nomes ou fontes, evitando prender-se a qualquer corrente. Mas ao falar em “funcionários e auditores da Receita Federal” no contexto do nosso sistema fiscal, o nome de Maria Lucia Fatorelli parece adequado à crítica de que fala o cronista. Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e auditora aposentada da Receita Federal, Fatorelli denuncia uma perda de arrecadação estimada em mais de 120 bilhões de reais por ano, referentes à ausência de regulamentação de imposto sobre heranças e grandes fortunas; à baixíssima taxação sobre ganhos de capital, lucros e dividendos; e à isenção de ICMS sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação (Lei Kandir)²³.

Recebemos a notícia de que, enquanto o assalariado desconta na fonte e às vezes ainda paga mais, centenas de bancos não pagam um tostão e milionários chegam a receber restituição, num sistema fiscal tão iníquo que os próprios funcionários e auditores da Receita Federal protestam pública e abertamente. (RIBEIRO, 2004, p. 125)

Sem encaminhar reformas ou promover debates públicos dessa natureza, o governo Lula frustrou as esperanças por um reformismo que operasse uma significativa mudança no arquétipo distributivo brasileiro. “O país continuava dependente da

²³ Ver <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reforma-politica-corrupcao-e-o-sistema-da-divida-no-brasil/>>. Acesso em março de 2018.

exportação das matérias-primas e altamente vulnerável aos caprichos e às chantagens do capital financeiro” (Querido e Braga, 2018, p. 19).

O percurso que levou o maior partido da América Latina – segundo Perry Anderson, “o único partido de trabalhadores de massas criado no planeta depois da Segunda Guerra Mundial” – a eleger um presidente esteve diretamente relacionado às pontes construídas em direção ao pragmatismo político, pavimentadas pelo Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, São Paulo, em 2002, representando significativa derrota para parcelas da esquerda petista. Como explicou André Singer:

em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Para dar garantias aos empresários, o texto assegurava que o futuro governo iria “preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo cumprir os seus compromissos”, seguindo *pari passu* o que fora anunciado na carta um mês antes. Compromete-se com a “responsabilidade fiscal”, com a “estabilidade das contas públicas” e com “sólidos fundamentos macroeconômicos”. Sustenta que não vai “romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Afinal, “governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional”, conclui. A alma do Anhembi, expressa no programa “Lula 2002”, compromete-se com a estabilidade e atira as propostas de mudança radical ao esquecimento. (SINGER, 2012, p. 56)

Também é possível avaliar a nova disposição pragmática do PT observando as fontes de financiamento das atividades partidárias. Diminuiu, a partir de 1996, a contribuição voluntária dos militantes e aumentou a participação do fundo partidário. E mais: entre 2000 e 2004, quadruplicou o percentual doado por empresas, chegando a 27% do total arrecadado pelo partido (SINGER, 2012, p. 57).

“A democracia exige dinheiro, e não pouco dinheiro”. E como raramente o candidato põe a mão no próprio bolso, partido e candidato ficam comprometidos com quem os patrocina. “Quem deu seu rico dinheirinho para uma campanha espera algum retorno”, pago em dinheiro ou em “circunstâncias favoráveis a quem já é rico” (RIBEIRO, 2004, p. 183). Grandes empresas e bancos estavam entre os maiores financiadores das campanhas eleitorais, incluindo o Partido dos Trabalhadores, antes da recente Reforma Eleitoral que proibiu doações de pessoas jurídicas (Lei nº 13.165/2015), não havendo chance de florescer qualquer programa que contrariasse o interesse desses patrocinadores. Não foi por menos a desconfiança de João Ubaldo ao

ler a notícia, no primeiro semestre de 2003, de que o governo planejava “elevar as alíquotas do imposto de renda para 35%”. Dificilmente tal elevação cumpriria uma função distributiva, “porque rico não paga imposto de renda”. Existem formas de burlar o pagamento, como testemunhou o cronista.

Tenho amigos e conhecidos ricos que botam tudo “nas firmas” e, oficialmente, vivem com rendas de indigentes, uns trocadinhos para comprar um eventual chiclete, de forma que costumam receber restituição, depois que declaram seu minguado dinheirinho. E, mais claro ainda, tampouco dos bancos, pois faz um par de anos que jornais publicaram uma impressionante relação de bancos que tinham lucro mas não pagavam um centavo de Imposto de Renda. Ou seja, tudo indica que, no governo da mudança, não vai mudar nada em favor do assalariado ou de quem tem seu Imposto de Renda descontado na fonte. Esse, ao contrário dos ricos e bancos, vai pagar e, se chiar pelo fato de estar trabalhando uns quatro meses de graça, para dar o dinheiro ao governo e ainda pagar mais depois da declaração, será um reles impatriota, com perdão da má palavra. (RIBEIRO, 2004, p. 208)

O feito de Lula é admirável em muitos sentidos. “Comandou com eficácia, bravura e inteligência, movimentos operários. Fundou um partido de enorme importância em nossa História. Conseguiu encarnar a esperança de milhões e, finalmente, se elegeu presidente da República”. No entanto, esta monumental façanha não necessariamente o credenciava para governar um país. Mais do que viajar, improvisar, estabelecer contatos, exortar, inspirar, liderar massas ou tourear questão de ordem, era preciso “sentar à mesa da presidência, ler relatórios, escarafunchar dados, pedir resultados específicos, fiscalizar, cobrar individualmente, mandar individualmente, isso – repito que visto daqui – ele não sabe e não gosta de fazer”. Segundo Ubaldo, “governar, administrar, gerir, fazer o trabalho doméstico, por assim dizer”, não foi a dele (RIBEIRO, 2006, p. 112). O presidente não trabalha e é formalmente ignorante, dizia Ubaldo. Ignorante pela falta de estudo formal, “atividade que ele parece ter irremovível aversão, tanto assim que quando pôde, não estudou e até já se vangloriou dessa deficiência em público; informalmente ele não é nada ignorante, foi muito competente em sua carreira anterior à presidência” (ibidem, p. 152). A sua crítica não tem nada a ver com elitismo ou “com o fato de ele ser um homem de origem humilde no exercício da presidência”, ponderou Ubaldo. Uma discussão sem frescura ou escapismo e o presidente que se vire, nas palavras do cronista. “Pelo menos não cola comigo esse negócio de elitismo” (ibidem, p. 153).

Ubaldo havia votado em Lula e, em maio de 2005, dizia-se arrependido e “de saco cheio de bravatas, fanfarronadas e gogó. Projeto de governo, com uma exceção

amedrontadora ou outra – caso do pobre rio São Francisco – não sei de nenhum”. Viaja muito, trabalha pouco, “fala e se conduz circensemente”. Reunir alguns ministros e anunciar que “cobrou providências” nunca foi administrar ou governar. “O que ele diz, entremeando as parlapatices, são frases de torcida de futebol e um rosário de bazófias que os fatos negam” (RIBEIRO, 2006, p. 153).

Retornando ao primeiro ano de governo Lula, em novembro de 2003, no escopo da Reforma da Previdência, o ministro Ricardo Berzoini²⁴ anunciou a necessidade de recadastramento dos idosos com mais de 90 anos. Os que não fossem para a fila do INSS fazer o recadastro teriam o “benefício” cortado (chamam de benefício, mas é direito). “Cada aposentado terá apenas de dançar um frevinho durante uns quinze minutos, para provar que está vivo”. Berzoini pediu compreensão e justificou o gesto: “o combate à fraude exige o sacrifício de todos”. Pegou mal para o Partido dos Trabalhadores. Lula saiu em defesa de Berzoini. Em seu programa de rádio quinzenal, disse que “de vez em quando, até um bom jogador perde um pênalti”²⁵. Aborrecido, Ubaldo não deixou de

protestar contra a escandalosa, abominável, inconcebível, inaceitável, tirânica, insensível e, enfim, inqualificável situação a que o governo levou os idosos. Ouvindo falar, eu não acreditaria como tanta iniquidade, crueldade e desprezo pelos valores mais elementares do ser humano entraram em ação — e por gente, a começar pelo próprio presidente, que vem com essa conversa moralmente indigente de “perda de pênalti” de um ministro que, está na cara, continua convicto de que agiu com correção e tem certeza de que nós, empregados do governo, temos que, como já estamos fazendo, engolir tudo passivamente outra vez. É, democracia pode ser, mas às vezes fede a ditadura por todos os poros. (RIBEIRO, 2004, p. 237)

A sequência interminável de escândalos e más notícias exigia um repertório de adjetivos e exclamações que nominasse o inominável e ao mesmo tempo expressasse indignação. Pelo temperamento compulsoriamente anárquico e opositivo, Ubaldo foi chamado de desrespeitoso e debochado. Não concordava. Dizia-se “enquadrado ao extremo”. Carregava traumas de juventude, “desde um pai não muito dado a gracinhas” à educação rigorosa recebida no colégio em que estudou. Mesmo quando quis ser subversivo (estudou marxismo e leu Hegel como um “condenado do Santo Ofício” em busca da tese, antítese e síntese. “Nunca topei com elas e até hoje tenho traumas”), não

²⁴ Ricardo José Ribeiro Berzoini foi Ministro da Previdência Social do Brasil, de 1º de janeiro de 2003 a 23 de janeiro de 2004, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

²⁵ Ver <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/lula-diz-que-ninguem-tira-berzoini-do-governo/>>. Acesso em março de 2018.

pensou “em luta armada nem em mandar ninguém para o paredão”. Pelo tom de suas críticas, presumi-se que tenha aderido aos “foras” gritados por toda parte. Ao contrário. Manifestou-se contra o “Fora FH” e, mais tarde, contra o “Fora Lula”, ambas “patacoadas”. Foram presidentes eleitos e Ubaldo defendia a continuidade dos mandatos consagrados pelo voto popular. “Falar mal, sim, qualquer um pode”. E isto não é um direito concedido, outorgado. A pessoa nasce com a liberdade de pensar e opinar. “O ser humano só pode aspirar à plenitude de sua humanidade se não lhe tolherem” esta liberdade (RIBEIRO, 2006, p. 160).

(...) temos uma tradição de subserviência à autoridade. Fazem gato e sapato da gente e continuamos a nos portar como se eles fossem nossos patrões (e que patrões!) e não exatamente o contrário, nós é que somos os patrões deles. Isso é repetido da boca para fora o tempo todo, mas na prática ocorre o contrário. (RIBEIRO, 2006, p. 161)

De posse da liberdade de pensar e opinar, o educador malcriado seguiu denunciando o nosso comportamento de “carneirinho”.

Aturamos todo tipo de indignidade, assistimos a um festival de roubalheira de deixar qualquer um zozzo, temos um presidente que, se ocupasse um emprego normal (eu ia escrevendo “trabalhasse num”, mas o escritor tem de buscar a palavra exata) já teria sido pelo menos advertido por absentismo, temos um congresso, assembleias e câmaras de onde toda hora saem escândalos de arrepiar Belzebu, um Judiciário (não se pode dizer isso, a não ser no boteco, mas eu arrisco a reproduzir aqui) em que o povo não confia. (RIBEIRO, 2006, p. 161)

Dizia que não gostava de ficar falando mal do governo Lula. Fazia-o lembrar do “votinho de otário” que havia “dado a um partido que acreditava ser diferente dos demais” (ibidem, p. 163). Se na era FHC foi chamado de comunista sem vergonha, as críticas ao governo petista rendiam-lhe cartas anônimas que expunham sua condição de péssimo cronista: de inocente útil a jornalista vendido. Escreveu em tom debochado:

O ouro de Moscou, do qual peguei muito para penhorar na Caixa Econômica lá na Bahia (vinha em saquinhos com cifrões impressos, como nas histórias em quadrinhos, se bem me lembro), infelizmente não mais complementa meu modesto orçamento de agente das forças do Mal e das ideologias exóticas. Os dólares manchados de sangue provenientes de Wall Street tampouco têm pintado. Enfim, é uma situação bastante apertada para nós, os que enganam o povo por dinheiro e poder. (Ibidem, p. 163 e 164)

Ubaldo queixava-se de como os seus críticos ignoravam os oito anos em que se opôs ao tucanato. Nas últimas décadas, a política brasileira polarizou-se entre PT e PSDB, ao menos em linhas gerais. Manifestar-se contra uma sigla significa adesão

imediate ao campo oposto e não adianta dizer diferente, pois ninguém se escuta. Debochado não confesso, Ubaldo seguiu como “agente das forças do mal e das ideologias exóticas”, tendo sido cooptado “pela CIA, pelo Mossad, pela Al Qaeda ou pelo comitê municipal do PSDB de Itaparica, organizações poderosas” que patrocinavam os textos do cronista (RIBEIRO, 2006, p. 164).

Cada leitor, ao tomar contato com um texto, produz a sua própria interpretação, o que torna única a experiência da leitura. Neste sentido, a crônica, como manifestação literária, está exposta ao intelecto e ao juízo dos leitores. Importariam menos os “fatos”, ou seja, aquilo que deliberadamente quis dizer o autor. As histórias, ricas e múltiplas, resultam da capacidade subjetiva de fabular o mundo. Cada cabeça uma sentença, diz o adágio popular. Em suas incursões semanais ao boteco *Flor do Leblon*, os amigos de mesa diziam, por exemplo, que nas entrelinhas o cronista era a favor do afastamento do presidente e que engrossava o coro “Fora, Lula”. E mesmo diante das negativas, desmentindo o entendimento “entrelinhal”, o cronista não obteve sucesso. As histórias se impuseram ao fato. Vitória da imaginação dos leitores que fez de João Ubaldo porta-voz de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda não sei quanto estou levando nessa, nem que cargo ele me está reservando, nem mesmo o que ele quer que eu portavozeie. Mas existe a convicção entre alguns missivistas de que eu realmente sou porta-voz dele. Quem te viu, quem te vê, nunca pensei, esta vida é um espanto atrás do outro. (RIBEIRO, 2006, p. 165)

Resistindo “aos entrelinhistas com a bravura possível” e confirmando a opinião de que Lula é o presidente legitimamente eleito, devendo, portanto, seguir no cargo, o malcriado segue falando mal do governo que ajudou a eleger. Estamos em julho de 2005, e o Mensalão é o assunto que se impõe na ordem do dia. Vale aqui uma rápida recapitulação do caso. Em maio de 2005, uma reportagem da revista *Veja* revelou a existência de um vídeo denunciando um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em benefício do PTB, sob liderança do deputado federal Roberto Jefferson. Todos os cargos de direção dos Correios haviam sido nomeados pelo PTB, aliado do governo. Roberto Jefferson, denunciado pela Procuradoria Geral da República por envolvimento no esquema de corrupção e publicamente pressionado a dar explicações, não ficou na defensiva: revelou que dezenas de parlamentares recebiam periodicamente dinheiro do Partido dos Trabalhadores para manter coesa a base de apoio ao governo federal. Assim ganhou fama o Mensalão, que no STF foi julgado

como Ação Penal 470. No epicentro da delação de Roberto Jefferson estavam, entre outros, José Dirceu, Ministro da Casa Civil e Delúbio Soares, Tesoureiro do PT.

Como “jornalista covarde”, cúmplice dos grandes interesses econômicos, o cronista viu “o dr. Delúbio chorando amargamente contra essa conspiração para derrubar o grande projeto de implementação do socialismo democrático ora em curso e leio e ouço líderes petistas fazendo o mesmo tipo de queixa” (RIBEIRO, 2006, p. 168). João Ubaldo reivindicou o direito de receber uma gruja de uns 20 ou 30 mil euros por mês. Contra o argumento do “projeto socialista”, citou a felicidade dos bancos e a oposição que se gabava de ser a precursora dos programas praticados pelos petistas. Ou seja, praticamente não existia oposição, exceto, por exemplo, “direitistas históricos como a senadora Heloísa Helena, o Gabeira e diversos pioneiros do PT” (ibidem, p. 169), que na verdade participam da insidiosa trama das elites, na qual o cronista malcriado fez questão de se incluir.

Em *O que é isso companheiro?*, ainda em julho de 2005, a ironia e o humor são substituídos por um depoimento triste e irremediavelmente decepcionado. Ubaldo assustou-se com o ar de tranquilidade do presidente Lula, em sua visita à França, dizendo “que o PT tinha feito apenas o que é feito ‘sistematicamente’ no Brasil”, não havendo, portanto, razões para espanto e desilusão. Depois de “encher o peito” de orgulho, ao ver

um operário, um herói de origem humilde, um lutador, um desbravador, um que se proclamou ser aquele que mudará.

E de fato mudou. Quer dizer, mudou ele. Hoje temos a nos presidir um assassino de sonhos e esperanças, um que diz, com o semblante jovial, que o partido que vinha para mudar já começou por não mudar coisa nenhuma, ou melhor, ao que tudo indica, aperfeiçoou os mecanismos do embuste e da ladroagem, a partir da própria campanha. É isso mesmo, que queríamos, que o PT efetivamente representasse mudança, que ingenuidade é essa, que otários somos? (RIBEIRO, 2006, p. 173)

O caso do Mensalão comprometeu o núcleo político do PT. Restou ao presidente dizer que não sabia do que se passava. Ubaldo não tinha dúvidas. Podia não saber detalhes, mas em linhas gerais “sabia da bandidagem de seus auxiliares”, calava e consentia. “Sobretudo em casos assim, a convivência ou negligência faz alarmante fronteira com a cumplicidade” (ibidem, p. 174). Portanto, corrupto.

Esta indução moral fez parte do contexto que levou frações da classe média, que antes votara no PT, a aderir ao PSDB. Intensificou-se uma polarização ideológica, cujo

debate moral encobre preconceitos de classe. Nas contradições do “lulismo”, frações conservadoras da classe média foram hostis aos programas de assistência social, argumentando em favor do mérito e das competências individuais para criticar aquilo que consideravam paternal e indulgente nas políticas públicas do PT.

Nesse sentido, foi compreensível que João Ubaldo Ribeiro ficasse rotulado como um cronista de tendência conservadores. Em última instância, não é possível manter-se independente ou alheio às polarizações políticas posicionando-se de maneira tão enfática diante dos acontecimentos. Mesmo que denuncie a tributação injusta em favor dos endinheirados, o tom predominante o identificava com o conservadorismo. Falar da “ignorância formal” do Lula, criticar os “programas de bolsa” e deitar malho na conduta moral do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal foi determinante para a imagem do cronista. Como se não bastasse, João Ubaldo foi contrário às políticas de cota e às demarcações de territórios indígenas. Argumentava que as cotas importavam “afirmações” comuns à realidade racial norte-americana. No Brasil, embora concordasse com a existência do crime de racismo, não via uma sociedade dividida entre as cores branca e preta que justificasse a política de cotas. Sobre a demarcação de terras indígenas, dizia que esta ameaçava a soberania nacional. Em muitos territórios, os índios já falam inglês e não permitem a entrada de brasileiros, segundo Ubaldo. Assim, a política de demarcações favorecia a entrega do patrimônio nacional, em particular a Amazônia brasileira, incluindo a água doce e toda a sorte de elementos da nossa biodiversidade. Sem nos darmos conta, em ambos os casos seguimos tutelados por estrangeirismos alheios às nossas necessidades, segundo o olhar do cronista. Se a argumentação era procedente ou não, pouco importara. De antemão, a entrada de João Ubaldo na quentura dos debates dava-se pela porta da direita. É natural que fosse assim.

Mas é preciso sopesar, longe dos contornos arrivistas, a insistência com que o cronista oferecia denúncia contra os bons ventos que sopravam em favor do “pessoal das finanças, de bancos e de investidores internacionais”. Todos “tem se dado muito bem e duvido que concebam governinho melhor” (ibidem, p. 216). O Estado brasileiro é a “Terra Prometida” para os ricos, que não costumam pagar impostos e não recolhem nada sobre suas rendas, em oposição à “carga tributária indecente” que incide sobre o cidadão comum. “Não canso de lembrar meus amigos ricos que recebem restituição. Sabe como é, tudo é da empresa – o carro, os empregados domésticos, as contas do dia-a-dia” (ibidem, p. 208).

Dos botecos de classe média do bairro do Leblon, Ubaldo criticava a ladroagem do PT sem bater panela nem vestir camisa verde e amarela da CBF (chamada de Casa Bandida do Futebol pelo jornalista Juca Kfoury). Por outro lado, o fato de ter denunciado a predominância de interesses privados na condução das políticas de governo, não fez do cronista um militante identificado com as tendências de esquerda. É difícil enquadrá-lo politicamente. Seu temperamento humanista anulava as extremidades; longe, portanto, do neoconservadorismo vulgar que popularizou figuras como Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Diogo Mainardi e Rodrigo Constantino. Todos eles “dançando uma espécie de ‘Lepo Lepo’ sanguinário contra o PT. Uma espécie de macarthismo retórico contra tudo o que cheire, pareça ou suporte a projeção vermelha”. Uma turma que não se dá o respeito, “fantasiada de Capitão Nascimento, dizendo coisas que nem o Maluf do ‘estupra, mas não mata’ seria capaz de dizer” (DUNKER, 2014). Também não engrossou a trincheira na defesa radical da igualdade e da soberania popular. Embora não se opusesse, na teoria, à manifestação direta da vontade popular, diferentemente do atual sistema de representação política, Ubaldo fazia ressalvas.

Sou um democrata relutante, tipo Churchill. Extremamente democrata por questão de princípio, mas relutante em questão de fundamentos chamados de democratas. Por exemplo, a democracia parte do princípio de igualdade entre os cidadãos. Portanto, o sorteio seria o mais indicado. Nunca foi assim, exceto em episódios esparsos na Grécia antiga, em que ocorreu sorteio entre cidadãos, para funções públicas. Já que todos são iguais, por que não usar um sorteio? Idéia de jerico, claro (os gregos eram democratas, mas tinham escravos, que não mandavam em nada), porém defensável teoricamente, principalmente no caso de câmaras, assembléias, comissões e assemelhados. Uma assembléia sorteada no Brasil ia conter um número impressionante de analfabetos e desnutridos, mas não é essa a nossa realidade? Ou seja, basta de hipocrisia santimonial: não somos todos iguais. (RIBEIRO, 2004, p. 180 e 181)

Já que na realidade dos fatos a nossa população possui “um número impressionante de analfabetos e desnutridos”, a radicalização da democracia pela representação direta seria inviável, segundo Ubaldo. Não é rigorosamente o que pensa Vladimir Safatle (2017), cabendo ao povo participar decisivamente das decisões que influenciam o rumo de suas vidas, certas ou erradas, ao invés de deixá-las a cargo de tecnocratas fechados em gabinetes. São os discursos da tecnocracia que incentivam a autonomia das decisões econômicas diante do “desejo político”. Em cifras polissilábicas, os economistas esmeram-se em linguagem pouco comunicativa. Incapazes de compreender o que dizem, somos levados a “acreditar que as decisões a

respeito de nossas vidas são muito complexas para serem geridas por nós mesmos”. Ficamos, assim, expostos aos “processos de acumulação primitiva, de concentração, de pauperização de camadas cada vez mais extensas da população e de precarização absoluta (...). Uma verdadeira reedição bancária do poder soberano de vida e morte” (SAFATLE, 2017, p. 123 e 124).

Longe do “Lepo Lepo sanguíneo contra o PT” e sem aderir a políticas que partam da premissa da igualdade entre os cidadãos, afinal de contas “não somos todos iguais”, é possível aproximar as ambições de independência e imparcialidade do cronista a uma visão pós-ideológica que despreza engajamentos à direita e à esquerda. Do nosso ponto de vista, Ubaldo assume os contornos daquele liberal ilustrado em vias de extinção, com “interesses variegados sobre a vida em geral”, combinados com concepções humanísticas genéricas: religiosas, políticas e preocupações com injustiças e discriminações (BATELLA, 2016, p. 18).

De volta à crônica, no contexto do Mensalão, Ubaldo não ficou convencido com os argumentos revezados pelo presidente: alegava desconhecimento ou dizia-se vítima de um movimento das elites para sabotar a sua administração. *Não é por aí*, diz o título da crônica publicada em julho de 2005.

(...) há uma dificuldade generalizada em saber que elite é essa, tão contrariada pelo seu governo ou sua figura. Em primeiro lugar, no topo da elite política está ele mesmo, encabeçando o Poder Executivo num regime presidencialista que dispõe até mesmo de um instrumento de feição ditatorial, por ele usado e abusado, a famigerada Medida Provisória, tão vilipendiada antes. Em segundo lugar, se bem entendemos a palavra, que elite ele vem contrariando? Só se for a famosa gafeira Elite, onde quiçá ele terá abusado da umbigada de maneira folgazã. O FMI o cobre de elogios, os bancos nunca estiveram tão felizes, os interesses dos poderosos não foram nem estão sendo prejudicados. Apesar de alegações em contrário, nenhuma reforma significativa se concretizou e não se pode argumentar que ele está realizando um governo dirigido aos que se costuma vagamente chamar de interesses populares. (RIBEIRO, 2006, p. 176)

A recusa do presidente em explicar “aos súditos” a sua posição no imbróglio aumentava as especulações “sobre se ele sabia de todo ou de parte do esquema de corrupção”. Faltava clareza. Para Ubaldo, as falas tergiversantes do presidente soavam como um atestado de culpa. Não compartilhava, portanto, de

uma certa compaixão pela situação do presidente da República. (...) visto e descrito como isolado, abandonado e traído e cheguei a ler diversas vezes que nem mesmo quer falar com correligionários e colaboradores históricos, tais como o dr. Genoíno e o dr. Dirceu. (RIBEIRO, 2006, p. 175)

Depois que o presidente queixou-se do complô das elites, Ubaldo sugeriu que ele reorientasse a política econômica do governo com o objetivo de corrigir algumas distorções. Citou como exemplo o imposto que incide sobre o consumo, que, ao não discriminar a renda, onera percentualmente os mais pobres. Enquanto o governo concede benefícios generosos ao topo da pirâmide onde estão os mais ricos, sobre a esmola usada por um mendigo para comprar um sanduiche ou “tomar uma cervejinha” incide uma carga pesada de impostos. “A ninguém ocorre que um mendigo que ganhe cinco reais vai tomar uma mordida do governo que pode chegar a um percentual da esmola bastante significativo” (RIBEIRO, 2006, p. 178).

Contrariando os argumentos de um complô em curso, documentos divulgados pelo *WikiLeaks*²⁶, em 2011, provam o contrário. Diante dos rumores de abertura do processo de impedimento contra o presidente, a preocupação com a estabilidade do país produziu um consenso incomum. Pelo lado do PSDB, havia o entendimento de que uma mudança brusca abriria espaço para incertezas e o melhor seria esperar o desgaste do PT visando às eleições de 2006. O DEM, na figura de Jorge Bornhausen, líder da oposição, teria ido ao Rio de Janeiro para conversar com a Rede Globo “sobre a necessidade de precaução ao reportar os escândalos”. Outros documentos revelam que o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, disse a interlocutores a respeito de “graves problemas sociais e de governança no Brasil” em caso de impedimento de Luiz Inácio. A embaixada norte-americana no Brasil também estava atenta.

Nos diversos telegramas ao longo de 2005, há comentários sobre a governabilidade. São relatadas diversas pesquisas de opinião sobre a repercussão do escândalo, a popularidade do presidente e do governo, e se a população vinculava ou não Lula ao suposto esquema de corrupção. São recorrentes os comentários sobre como o presidente conseguiu manter sua aprovação popular em um nível alto – apesar de ligeiras baixas – e se desvincular do escândalo.²⁷

Lula “nunca trabalhou de fato em outra coisa que não a militância política, o sindicalismo, o palanque, a greve, a agitação, a invectiva, a crítica veemente ou mesmo insultuosa, a oposição desregrada, as promessas radicais e mirabolantes” (RIBEIRO, 2006, p. 180 e 181). Ao invés de apegar-se às fantasmagorias conspiratórias, melhor

²⁶ *WikiLeaks* é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas. Ver <<https://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>>. Acesso em 06 abr. de 2018.

²⁷ Texto da jornalista Juliana Sada, publicado originalmente no *blog* O Escrevinhador, 23 de fevereiro de 2011. Ver <<https://www.cartacapital.com.br/politica/escandalo-do-mensalao-oposicao-e-governo-temiam-impeachment-de-lula>>. Acesso em abril de 2018.

seria se o presidente assumisse seus deveres apropriadamente. Ser presidente exigia atribuições com as quais Lula não estaria habituado. Após reafirmar a sua não! adesão ao “Fora, Lula”, Ubaldo fez um apelo: “Pelo amor de Deus, presidente, o que eu menos quero no mundo é que o senhor deixe o poder, de que forma for! O que eu quero é que o senhor assuma logo!” (RIBEIRO, 2006, p. 178).

Embora o Mensalão tenha causado danos irreparáveis à imagem pública do PT, além de mandar para o regime fechado figuras importantes na articulação política do governo, a popularidade pessoal do presidente e a avaliação do seu mandato haviam sofridos abalos relativamente modestos. Depois de sacudida a poeira, o horizonte da reeleição estava logo ali.

Denunciando a propaganda difamatória das “Elites” e da imprensa e combatendo os preconceitos de que foi vítima por ser nordestino e de origem pobre, Lula antecipou a campanha política da reeleição com dois trunfos na manga: economia estabilizada e indução de políticas sociais. Na área econômica, Antonio Palocci, Ministro da Fazenda, e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, faziam um belo cartaz junto à banca internacional, rendendo elogiosas críticas do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Rodrigo Rato: “o gerenciamento da política pelas autoridades brasileiras forneceram a base para a consolidação da confiança do mercado, a melhora sustentável da performance econômica e o aperfeiçoamento do perfil das dívidas doméstica e externa”²⁸.

Praticamente de domingo em domingo, Ubaldo voltava ao assunto das “Elites”. Em *Entrevista imaginária*, publicada em março de 2006, vemos a simulação de uma conversa entre jornalista e presidente. Mesmo fazendo nítida campanha visando à reeleição, o presidente não pode assumi-la abertamente, sob pena de sanções legais. Diz, na “entrevista imaginária”, que é uma irresponsabilidade das elites e da imprensa sair por aí bradando que o presidente está em campanha. Mas o nosso líder carismático está “sempre na frente do combate”. Enquanto a elite plantava o milho, ele já tinha “traçado o cuscuz”. Confuso, o jornalista pergunta:

— A que elites o senhor se refere? Ultimamente o senhor tem falado muito nas elites, mas que elites são essas?

— As elites, as elites, todo mundo sabe o que é elite, vá ao dicionário e procure, eu não preciso, aprendi no dicionário da vida.

²⁸ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200510.htm>>. Acesso em abril 2018.

— Mas eu sei o que é elite, presidente. O que eu quero dizer tem justamente a ver com isso. As elites, segundo me consta, são os que estão no poder. No poder político, no poder econômico, no poder dos países desenvolvidos e assim por diante. O senhor mesmo é da elite política. E o senhor há de convir que essas elites não estão contra o senhor, antes pelo contrário, vivem elogiando o senhor e estão se dando muito bem no seu governo.

— Todo mundo está se dando bem no meu governo! O meu governo é o melhor que este país já viu em toda a sua história! Tudo, em todo e qualquer setor, está indo muito bem. Você veja, até o show dos Rolling Stones foi o maior que este país já viu. Nem na Inglaterra teve um show deles assim. Entre o Tony Blair e eu, eu sou mais eu. Você se lembra do dia em que eu acordei meio atravessado e dei um esporro no Bush? Eu não fico a dever a nenhum líder internacional, falo com eles de igual para igual. O único brasileiro mais popular do que eu no mundo todo é Pelé. Mas eu sigo ali na cola, pergunte a qualquer gringo, de qualquer extração, eles são loucos por mim, até o Bush é meu chapa, já disse várias vezes que vai com a minha cara. Eu não quero ser imodesto, mas também não quero ser hipócrita e, para não ser hipócrita, tenho de reconhecer o meu carisma, eu tenho carisma, isso é o que deixa neguinho doido na oposição. (RIBEIRO, 2006, p. 200 e 201)

“Usando chapéu e gibão de couro”, inaugurando uma farmácia ou “uma cacimba participativa ainda sem água (mas amanhã vai ter)”, seguiu em carreta pelo Brasil “anunciando como o governo dele é o maior de todos, fura-bolos, cata-piolho” (RIBEIRO, 2006, p. 180), com o objetivo de se tornar o maior presidente reeleito que este país já viu.

Por fim, chegamos a abril de 2006 com *Me visitem na cadeia*. Nessa crônica, “sem eufemismos ou ressalvzinhas bestas”, Ubaldo eleva o tom contra os três poderes federativos, especialmente o Executivo, representado pelo presidente Lula. Os riscos de opor-se tão abertamente ao governo petista eram conhecidos por João Ubaldo. Podia ser processado por calúnia, difamação e injúria ou ainda ser vítima de quebra de sigilo bancário por um governo “destituído de escrúpulos”.

Ao falar em “sigilo bancário”, somos remetidos ao caso de Francenildo Costa, caseiro em imóvel de um bairro nobre em Brasília, onde ocorriam encontros entre lobistas e o ministro Antonio Palocci, da Fazenda. Durante depoimento na CPI dos Bingos²⁹, em 16 de março de 2006, Francenildo confirmou que Palocci, tratado pelo nome de Chefe, visitou a Casa do Lobby em mais de dez oportunidades. Na ocasião, a revista *Época*, do grupo Globo, divulgou extrato bancário da conta de Francenildo com cerca de 30 mil reais, abrindo suspeita de que o depoimento contra o ministro havia sido

²⁹ Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu, então ministro da Casa Civil, foi acusado de extorquir dinheiro de empresários ligados a casas de bingo e caça-níqueis, com a finalidade de arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores. Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74415.shtml>>. Acesso em abril de 2018.

encomendado e devidamente pago pela oposição. O caso foi rapidamente desvendado: o pai biológico do caseiro, Eurípedes Soares, um empresário piauiense, depositou o dinheiro como parte de um acordo para que não fosse aberto um processo de reconhecimento de paternidade. Francenildo era inocente. A tentativa de transformá-lo em réu fracassou. Mais do que inocente, foi vítima de campanha difamatória depois da ilegal divulgação de seus dados bancários³⁰. Palocci, mesmo alegando inocência, acabou substituído por Guido Mantega na pasta da Fazenda. Mal havia deixado o governo, Palocci abriu empresa de consultoria³¹, com clientela de peso: grandes empresas brasileiras, multinacionais, bancos, e conglomerados econômicos. Quantos desses clientes estiveram em companhia de Palocci nos encontros na Casa do Lobby?

Como ia dizendo Ubaldo, a quebra do seu sigilo “certamente provocaria frouxos de riso nos bisbilhoteiros”. Não havia dinheiro que justificasse a fama de jornalista vendido. Em seguida, protestou contra o chefe do Executivo por aproveitar brechas legais para “fazer campanha às custas do erário e não raro enganosamente”. Duvidando do caráter de Sua Excelência, o cronista esquentou-lhe a orelha: “enganador, cara-de-pau, evasivo, fanfarrão, oportunista, ardiloso, demagogo e cínico”. Mais ainda, “um vendilhão da pátria, um traficante de votos, um deslumbrado pelo poder, um criminoso disfarçado sob alegações grotescamente entortadas” (RIBEIRO, 2006, p. 212 e 214).

“Com igual ou maior enfado”, Ubaldo estendeu seus adjetivos ao Legislativo, que “abriga elevada população de faltos de hombridade, larápios, carreiristas, mentirosos, venais, descarados, aproveitadores e membros da futura escola de samba Unidos do Deboche”. Na Câmara, os deputados, cobertos de privilégios incogitáveis,

quase não trabalham, trocam de partido em busca de vantagens pessoais e agora só faltam dizer-nos que comamos brioche ou que os incomodados se

³⁰ Ver <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caseiro/>>. Acesso em abril de 2018.

³¹ De 2008 a 2011, a empresa de consultoria Projeto, criada por Palocci em 2006, recebeu 24 milhões de reais, segundo relatório da COAF (órgão da inteligência financeira, ligado ao Ministério da Fazenda). Vemos entre os maiores clientes: operadora de plano de saúde AMIL, escritório de advocacia do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, grupo de supermercados Pão de Açúcar, montadora e revendedora de veículos CAO A, empresa de administração de *shopping centers* Multiplan Empreendimentos, empresa Grande Moinho Cearense da família do senador Tasso Jereissati, banco Safra, construtora Cyrela, conglomerado empresarial JBS, Hospital de Clínicas de Niterói e empresa de serviços hospitalares ESHO. Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1626973-empresa-de-antonio-palocci-recebeu-r-24-milhoes-em-tres-anos-e-meio.shtml>>. Acesso em 12 abr. de 2018. Embora “o mundo tenha vindo abaixo” com a revelação do faturamento da Projeto, de Antonio Palocci, nada se compara com os valores movimentados pela empresa de consultoria do executivo do setor financeiro Henrique Meirelles. 217 milhões, entre 2015 e 2016, como revelou o repórter Filipe Coutinho. Meirelles foi Ministro da Fazenda e presidente do Banco Central nos governos Temer e Lula, respectivamente. Anunciou, recentemente, a pré-candidatura à presidência da república pelo MDB. Ver <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2017/07/numeros-e-grifes.html>>. Acesso em abril de 2018.

mudem. Continuarão a desrespeitar e aviltar o pouco que nos deixaram de dignidade e a protagonizar o que poderia ser chamado de chanchada ou ópera bufa, se isto não insultasse essas duas categorias artísticas. (RIBEIRO, 2006, p. 212 e 213)

Sobre o Judiciário, “o número de juízes desidiosos ou venais é imenso, o povo não tem confiança na Justiça e ela própria muitas vezes parece não alimentar respeito por si mesma”, notadamente os juízes do Supremo Tribunal Federal, “distribuindo entrevistinhas a torto e a direito”. Pior! O que dizer de um “magistrado da Suprema Corte que fosse cumprimentar um advogado de defesa que ganhou uma causa na qual esse mesmo juiz atuou”. Na “modesta opinião” do cronista, “o Supremo se tem abastardo em inúmeras ocasiões e nunca sua imagem foi tão vulgar e deslustrada” (RIBEIRO, 2006, p. 213).

Em lugar de “democracia”, alguns nomes para designar o nosso sistema político, “moralmente flácido e desorientado”: cacocracia, cleptocracia, hipocritocracia ou pornocracia.

A corrupção está em toda parte, da gasolina adulterada ao peso roubado nos produtos embalados, aos remédios falsificados, aos atestados forjados, às instituições de caridade trapaceiras e a tudo mais que nos rodeia, onde sempre suspeitamos da existência de uma mutreta, pois a mutreta é o nosso *modus operandi* trivial. (RIBEIRO, 2006, p. 214)

Temendo ser processado e preso pela franqueza com que expôs suas opiniões, Ubaldo apegou-se à esperança de que o ex-presidente Fernando Henrique, “que processado já estava sendo”, fosse igualmente preso. “Achei meu diploma em Itaparica e tenho a mesma famosa prerrogativa de cárcere especial. Mas receio que, numa insólita confluência de posições, ambos peçamos celas separadas” (ibidem, p. 214).

E por que FHC deveria ser preso? Mesmo não sendo nossa intenção ajuizar pena antecipada, fazendo de suposições o ardil condenatório típico dos tribunais de exceção, o volume de escândalos em seus dois mandatos à frente da presidência da república (1995-2002) reforça o ânimo corruptivo em que operam os jogos do poder, em flagrante desrespeito à função pública e ao bem comum. Uma rápida pesquisa *on-line*³² fornece-

³² Ver <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-11-crimes-da-era-FHC/4/34283>> e <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2015/05/19/nunca-se-roubou-tanto-quanto-com-fhc>>. Acesso em abril de 2018.

nos um glossário de siglas e trapaças: Caso SIVAM³³ (Sistema de Vigilância Amazônica), com grampo telefônico revelando tráfico de influência na compra de equipamentos em favor de empresa norte-americana; extinção, por decreto, da Comissão Especial de Investigação, instituída com objetivo de combater a corrupção; PROER³⁴ (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), com uso de dinheiro público para salvar instituições financeiras privadas da falência e “engavetamento” da CPI dos Bancos; *lobby* de FHC e articulação do BNDES para favorecer o consórcio do banco Opportunity na privatização do sistema Telebrás; desvio de dinheiro público para construção do TRT paulista que, mesmo com as advertências do Tribunal de Contas, contou com o aval de FHC que “assinou sem ver”; caixa-dois nas campanhas de 1994 e 1998; indício de vazamento de informações que favoreceram dezenas de bancos às vésperas da desvalorização do real frente ao dólar; fraudes na SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia); desvio na SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do Nordeste); desvio no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); nomeação de Gilmar Mendes ao STF; compra de votos para aprovar emenda constitucional que aprovou o instituto da reeleição.

Em *Me visitem na cadeia*, pela contundência e franqueza das adjetivações, Ubaldo cogitou o risco de virar réu por “crime de opinião” em processo jurídico movido por algum poder contrariado ou ofendido, como é hábito nas ditaduras disfarçadas de democracia. Nestas circunstâncias, direitos constitucionais são garantias frágeis, o que levou Ubaldo, com significativa dose de exagero, a cogitar o risco de ir preso. Diante desse improvável confinamento, atenuaria o sentimento de injustiça e serviria de consolo saber que a prisão também seria o destino do ex-presidente Fernando Henrique.

“Somos mesmo um bando de ladrões”

No prefácio para o livro *A gente se acostuma a tudo* (2006), Ferreira Gullar falou do prazer em ler João Ubaldo Ribeiro. Sentava-se na cadeira de balanço, perto à janela, abria o jornal e ia lendo “uma coisa aqui, outra ali”, sem pressa de chegar à página sete, onde tinha um encontro marcado com o charme “gozador e desabusado” do cronista. Às vezes espiava para ver se a crônica estava lá mesmo e voltava às manchetes

³³ Ver <<http://memorialdademocracia.com.br/card/caso-sivam-derruba-ministro-de-fhc>>. Acesso em abril de 2018.

³⁴ Ver <<http://economia.estadao.com.br/blogs/joao-villaverde/a-batalha-do-proer-nao-acabou-20-anos-depois/>>. Acesso em abril de 2018.

da primeira página. “Já recortei algumas delas e guardei num dos muitos lugares onde guardo coisas e depois não acho. Mas não importa, porque minha intenção principal, mais que retê-las, era guardá-las, porque há certas coisas que a gente não tem coragem de jogar fora”.

Mesmo quando discordava das opiniões, Gullar se rendia ao talento e à franqueza de João Ubaldo. Gostava também do temperamento intransigente que jamais aceitou “como justificativa das falcatruas que errar é humano ou que caixa dois todo mundo usa”, trazendo a ética para o primeiro plano da convivência humana. João Ubaldo foi um educador, segundo Gullar, denunciando a corrupção e a safadeza “sem se pôr na condição udenista”. Provocado e contrariado pelo “ambiente de corrupção que reina no Brasil”, no âmbito público, Ubaldo fez de valores e princípios morais assuntos recorrentes em seus textos.

Nelson Rodrigues, ao pedir prefácio a alguém, exortava o prefaciador a não vir com “pequenas restrições”. Apresentações dessa natureza são geralmente afetivas e elogiosas. Será mesmo que ao denunciar a corrupção e a safadeza, Ubaldo não se pôs em “condição udenista”? Gullar, na condição de prefaciador, é suspeito. A sereia canta e o crítico desconfia, como ensina Roberto Schwarz. Vejamos, pois.

A expressão “udenista” consagrou a denúncia sistemática da corrupção como prática pública de enfrentamento dos adversários políticos, tradicionalmente eficiente na mobilização das camadas médias urbanas. Foi assim que a União Democrática Nacional (UDN), sob a liderança de Carlos Lacerda, com a cumplicidade da imprensa liberal, criou um ambiente de extrema pressão contra o governo Vargas. O “mar de lama do Catete”, denunciado por Lacerda, culminou com o inesperado suicídio do presidente, em 1954. “Em suas intervenções na rádio e em seu Tribuna da Imprensa, o jornalista e futuro governador da Guanabara Carlos Lacerda, que ficaria conhecido como ‘o corvo’, agitou contra o governo Vargas todas as acusações disponíveis” (HOEVELER e MELO, 2016, p. 59). O udenismo também esteve no centro político de outro acontecimento: o golpe militar/empresarial de 1964. “A ideologia udenista não apenas compôs a agitação contra o governo Goulart”, herdeiro de Vargas,

como fez parte do discurso de justificação da ditadura militar depois da consumação do golpe, como é possível ler no preâmbulo do AI-2 (27.10.1965): em que se lê que a revolução tinha por objetivo “erradicar uma situação e um governo que afundava o país na corrupção e na subversão. (HOEVELER e MELO, 2016, p. 59 e 60)

Seria difícil para a UDN reivindicar uma agenda liberal que ganhasse adesão pública opondo-se aos avanços legislativos que, durante o governo Vargas, passaram a garantir direitos em favor dos trabalhadores. Tampouco objetar-se ao clamor popular pelas reformas de base, no contexto do governo Jango, seria eficiente para as pretensões udenistas. Em resumo, o antipopulismo da UDN conservava uma dose generosa de impopularidade que dificultava o seu próprio crescimento. A saída encontrada foi rebaixar o debate, deslocando a “política dos subalternos” do centro dos acontecimentos. Em lugar de um programa reformista que conferisse prioridade aos trabalhadores, a direita liberal evocou os pudores vestais para criticar a corrupção de seus opositores. É a vitória da “pequena política” (política parlamentar, de gabinete, de corredor, de intrigas, do dia-a-dia). É a prevalência das “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, apud ibidem, p. 57).

A corrupção é inaceitável e, certamente, viveríamos bem melhor sem ela. Como argumenta Vladimir Safatle, a política é indissociável de julgamentos morais.

Não há atenuantes, não há ‘contextualizações’. Pois toda e qualquer corrupção é destruição da noção de bem comum e, ao mesmo tempo, destruição da possibilidade de falar em nome do bem comum. Ela destrói o *éthos* do enunciador que se quer enunciador do novo. Na política, tão importante quanto o que você fala é a sua legitimidade. Portanto, a corrupção é sempre o começo do fim da política. (SAFATLE, 2017, p. 76)

Mais do que esgrimir-se no embate a respeito do problema de redistribuição e de partilha de poder e riqueza, a política é o meio de efetivação de novas formas de vida e novos modos de existência. Dito de outra maneira, os mundos possíveis e sonhados pela criatividade do engenho humano só podem ser consumados pelo fazer político. A corrupção, portanto, ao deslegitimar o ser político como “anunciador do novo”, acaba reduzindo a política ao descrédito e a irrelevância. Ser contra práticas criminosas, nesse sentido, é um imperativo inegociável.

O problema, no entanto, é quando o assunto da corrupção assume hegemonia no debate, com ênfase nas questões ordinárias, parciais e cotidianas. A política é novamente destituída de sua função primordial. Vejamos, por exemplo, os esclarecimentos da associação da Auditoria Cidadã sobre o pagamento antecipado da dívida externa, efetuado pelo governo federal junto ao FMI, em 2005. Como paranoico

confesso, é possível que Ubaldo tenha desconfiado das declarações de Antonio Palocci, ministro da fazenda, sobre a economia de 900 milhões de dólares ao país, com a quitação da dívida. Na mesma linha, vimos o presidente do BC Henrique Meirelles elogiar o “fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos”. Em que outro momento histórico uma frase poderia reunir tantos “polissílabos altissonantes”, ditos por uma autoridade? Há de se suspeitar, lembrando que Meirelles é muito bem sucedido no ramo privado da consultoria financeira, dono da empresa HM&A. Maria Lucia Fatorelli é quem nos alerta contra as ilusões forjadas pelos pronunciamentos oficiais, longe da obnubilação esfumada de Meirelles. Pela propaganda feita, acreditou-se que a dívida havia acabado. Não foi isto o que aconteceu. O que houve foi uma troca de credores. A dívida mudou de mãos. Para efetuar o pagamento ao FMI, o Brasil lançou títulos da dívida pública, vendidos pelo Banco Central e adquiridos em leilões por bancos privados, em sua maioria. Somente instituições credenciadas pelo Tesouro Nacional podem participar desses leilões. São os chamados *dealers*, uma lista de 12 nomes indicados a cada seis meses, entre instituições financeiras e corretoras independentes³⁵. São essas instituições que, segundo Fatorelli, definem os juros praticados no Brasil. Deixamos de dever ao FMI para dever a estes bancos. Ao mudar de credor, mudam-se também os juros contraídos. Trocamos os juros anuais de 4% ao FMI, e passamos a dever 19% aos bancos. Tratou-se de ação fragorosamente lesiva ao país. Esta questão consta no relatório entregue à CPI da Dívida, encerrada em 2010, cuja investigação está a cargo do Ministério Público. A prevalência dos interesses privados aparece no discurso de Luis Inácio, durante um ato da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2015:

Eu sou um cidadão quase que aposentado. Mas o que me deixa inquieto é o medo que a elite brasileira tem de que eu volte à Presidência da República. É um medo inexplicável, porque nunca eles [os *delears*] ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Eles deveriam todo dia agradecer e acender uma vela para minha passagem e a da Dilma pelo governo.³⁶

³⁵ “O desempenho de cada instituição é avaliado a cada seis meses e aquelas com o pior desempenho são substituídas. A seleção é feita mediante avaliação, baseada, sobretudo, nas participações em ofertas públicas e no mercado secundário de títulos públicos”. Atualmente, são elas: Banco do Brasil, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco, BTG Pactual, Inv. Credit Suisse, Santander, Votorantim, Goldman Sachs, Itaú Unibanco, Spread Máx., BGC Liquidez, Renascença e XP Investimentos. Ver <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/dealers>>. Acesso em maio de 2018.

³⁶ Ver <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-05-01/elite-deve-acender-vela-e-agradecer-meu-trabalho-e-de-dilma-no-governo-diz-lula.html>> e <<http://blogjunho.com.br/o-barulho-dos-inocentes-a-revolta-dos-homens-de-bem/>>. Acesso em maio de 2018.

Se a política não servir de antídoto à colonização do estado pelo mercado, pode, ao menos, ser uma trincheira de resistência contra os mecanismos de transferência das riquezas socialmente produzidas para os cofres do sistema financeiro, que se configura como um mega esquema institucionalizado de corrupção³⁷, operando à luz do dia e dentro dos marcos legais.

Embora fizesse intervenções em defesa de uma reforma tributária que onerasse os “ricos” e “endinheirados”, a crônica de João Ubaldo esteve pautada pelo noticiário jornalístico, lugar de excelência da pequena política. Na sucessão diária de escândalos, Ubaldo apanhava o farnel com que nutria suas renovadas desesperanças. “A sensação que dá, quando a gente fica a par do noticiário, é a de que aqui absolutamente todo mundo rouba, de uma maneira ou de outra” (RIBEIRO, 2006, p. 136). Sem hierarquizar “nem mesmo qualificar nada”, Ubaldo cita “mais um assalto na Lagoa, no Rio. Entre os assaltantes, um inspetor da Polícia Civil. Mais um assalto na madrugada, em São Paulo. Entre os assaltantes, um delegado. E o Tribunal de Contas da União?” (ibidem, p. 136). Ao reproduzir o noticiário, Ubaldo denuncia o estado anômico a que muito nos acostumamos. Afinal, “a gente se acostuma a tudo”.

Não existe área em que a roubalheira não funcione. Policial rouba. Juiz rouba. Deputado rouba. Senador rouba. Governador rouba. Prefeito rouba. Vereador rouba. Procurador rouba. Fiscal rouba. Jornalista rouba. E não é só o dinheiro público que é abiscoitado, é o particular também, pois noticiaram qualquer coisa como um prejuízo médio de cinco por cento, nas empresas que funcionam no Brasil, causado por roubalheiras ou fraudes cometidas pelos empresários. (RIBEIRO, 2006, p. 137)

Até uma insuspeita esmola pode esconder “uma quadrilha que explora crianças, prostitui meninas na puberdade e outras coisas”. Ubaldo narra ainda a “inesquecível” ocasião em que juntou dinheiro de que não podia dispor “para ajudar um hanseniano mineiro e descobrir depois que era uma quadrilha especializada nesse golpe”. O sentimento de gravidade o impedia de “encerrar o papo com uma nota otimista, muito em voga entre intelectuais de toda índole”. Não engrossaria o coro “politicamente correto” dos que afirmam que, apesar de tudo, “o povo é honesto por natureza e tradição”. Ninguém escapa, basta “ver como se comporta a maioria”, argumentou o cronista. “É, no sentido lato e generalizando só um pouco, somos um povo de ladrões” (RIBEIRO, 2006, p. 138).

³⁷ Ver <<https://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>>. Acesso em maio de 2018.

Na crônica *República dos ladrões*, publicada em agosto de 2001, Ubaldo inventa uma teoria para distinguir a nação brasileira no cenário civilizatório: o falcatruísmo. Da mesma maneira, argumentou Ubaldo, que o marxismo explica a realidade a partir da estrutura econômica e da oposição de classes, “o falcatruísmo explica a história do Brasil como a consequência das relações de falcatruas que temos mantido ao longo destes séculos e que agora prosperam extraordinariamente”. Na sequência, João Ubaldo sugere ao executivo federal – liderado por Fernando Henrique e que à época esteve envolvido em diversas acusações de falcatruísmo – um slogan de governo: “todo mundo metendo a mão”. Ainda que tenha criticado aspectos contraditórios da nossa modernidade truncada, a força criativa de sua argumentação esteve concentrada nas ilicitudes de superfície.

A polícia? Dinheiro resolve. As punições? Dinheiro resolve. Os atos ilícitos? Dinheiro resolve. (...) Por mais que se procure, não há lugar onde o falcatruísmo não triunfe no Brasil, desde o esporte às organizações de caridade a que damos parte do nosso rico dinheirinho. (RIBEIRO, 2004, p. 144)

O predomínio de um tipo ordinário de corrupção não significou a inexistência ou irrelevância de outros assuntos. Vimos o quanto Ubaldo insistiu no tema da submissão da economia brasileira a interesses alheios aos da maioria da população ou, por exemplo, do injusto sistema de tributação que incide sobre os trabalhadores, enquanto uma elite econômica desfruta de vantagens injustificáveis. Porém, no conjunto dos textos analisados, é nítido como aquilo que o distingue como cronista – sarcasmo, ceticismo, malcriadez e paranoia – foi empenhado em explorar o comum do noticiário jornalístico. A sua criatividade e a sua impaciência ficaram majoritariamente circunscritas no factual de manchetes que pouco compete para refundar uma sociabilidade em bases menos injustas.

A rigor, embora não deva ser rebaixado à “condição udenista”, o seu texto, pela exposição sistemática da pequena política, estimula a impressão de que a corrupção é a causa majoritária dos problemas nacionais – o mal absoluto que nos desgraça – em prejuízo de questões que deveriam ser prioritárias no debate público. Cronista brasileiro, preocupado com as realidades de seu país e de seus concidadãos, Ubaldo poderia ter dirigido a sua malcriadez contra o funcionamento do modelo econômico brasileiro, que opera em favor da concentração de renda. Poderia, ainda, ter mobilizado a sua paranoia para expor as tramas que fazem de consultores privados os ocupantes prediletos da

presidência do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Comitê de Política Monetária.

Em verdade, o desejo de ser independente e a aparência udenista aproximaram João Ubaldo a grupos conservadores de opinião. O próprio Ubaldo fazia menção em suas crônicas às inúmeras cartas de leitores que o vinculavam a todo tipo de interesse político. Poucos elogios e muitos desaforos. Aos olhos de um público de orientação mais progressista, escrever semanalmente em dois jornais de matiz liberal/conservadora – O Globo e Estadão – cujos editoriais são cúmplices do *status quo* vigente e ser crítico contumaz dos governos petistas foram suficientes para filiar João Ubaldo à direita tucana. Sob o título “o governo é de uma extraordinária incompetência”, o PSDB reproduziu em sua página na internet uma entrevista concedida pelo escritor à revista Veja, em 2005. À ocasião, Ubaldo referia-se a incapacidade do governo Lula de formular o que ele chamou genericamente de “projeto ou visão nacional”. Enfaticamente crítico à corrupção, em tom anárquico e desmoralizante, o cronista prestou conveniente serviço ao sentimento antipetista. Nesse sentido, é coerente o interesse do comentarista e blogueiro Felipe Moura pelo “lado reaçã do cronista”.³⁸. Felipe Moura destaca que João Ubaldo Ribeiro só não foi

tachado como troglodita de direita, fascista, nazista e demais epítetos atribuídos a nozes porque, para além de certa imunidade que sua obra literária lhe garante, ele era um cronista político eventual que, mantendo a leveza habitual de seus escritos, geralmente se limitava a ironizar medidas, chavões, bobagens repetidas por aí, sem atribuí-las a determinada corrente político-ideológica nem desmascarar as pessoas responsáveis por elas, ainda que tenha criticado tanto FHC quanto Lula em seus governos, o que, neste último caso, rendeu-lhe a acusação básica de estar a serviço do PSDB.³⁹

A persistência com que fustigou Lula valeu ao escritor a fama de psdbista e de aliado da grande mídia, especialmente à época do escândalo do Mensalão. Ubaldo contra-argumentou:

Quando eu falo mal do governo [Lula], recebo cartas iradas (...). Como se tudo o que eu escrevi contra o PSDB não valesse nada. No Brasil, sempre se acredita que a imprensa vive no bolso de alguém. Eu convivi com Roberto Marinho episodicamente por causa de nossa condição de integrantes da

³⁸ Moura apresenta-se como ex colunista da Veja, como maior influenciador político do Brasil no *twitter*, como organizador de um livro que reúne artigos de Olavo de Carvalho e como membro da equipe d’O Antagonista, um sítio eletrônico criado pelos jornalistas Diogo Mainardi e Mário Sabino. Não ver <<https://twitter.com/BlogDoPim>>. Acesso em maio 2018.

³⁹ Ver <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-lado-8220-reaca-8221-de-ubaldo-8220-entao-lula-nao-e-elite-de-que-mais-se-precisa-para-ser-elite-8221-autor-tambem-condenava-desarmamento-lei-da-palmada-cotas-e-outras-vigarices/>>. Acesso em maio de 2018.

Academia Brasileira de Letras. Por ter comparecido a três ou quatro jantares na casa do dono da Globo, fui acusado de conspirar com ele. Você imagina que Roberto Marinho iria chamar um colunista de jornal para que ambos, juntos, manobrassem os cordões que gerem esta República? As pessoas têm essa convicção porque estão acostumadas ao ambiente de corrupção que reina no Brasil.⁴⁰

Em 2005, Ubaldo endossou em entrevista o juízo impresso nas crônicas: “vivemos num ambiente de lassitude moral que se estende a todas as camadas da sociedade. Esse negócio de dizer que as ‘elites são corruptas, mas o povo é honesto’ é conversa fiada”⁴¹. Mesmo submetido a uma sociedade obscenamente desigual, o trabalhador comum – aquele cujo sustento depende da remuneração recebida pelo trabalho – foi apresentado como cúmplice da própria desgraça. Esse “ambiente de lassitude” não poderia ser explicado apenas pela incompetência e degeneração dos políticos. No livro *Política*, Ubaldo estende o estigma da corrupção a toda sociedade brasileira:

Se achamos que os políticos são, em sua maioria, pouco dignos de confiança, corruptos, incompetentes e assim por diante, devemos verificar se esta nossa opinião não se estende também a outros setores e categorias da sociedade, tais como médicos, mecânicos, banqueiros, técnicos de televisão, motoristas de táxi, açougueiros, comerciantes, advogados. Pois aquilo que se costuma chamar, equivocadamente, de ‘classe política’ nada mais é do que um grupo de pessoas surgidas dentro de nossa própria sociedade. Não se trata de marcianos ou de animais com mentes e organismos diversos dos nossos. Se todos eles são ruins de forma tão radical, o corolário é que todos nós somos ruins, já que, parafraseando uma frase bíblica, uma árvore boa não pode dar tantos frutos maus. (RIBEIRO, 1998)

O crítico Wilson Martins (1993) qualificou a literatura de João Ubaldo como “um caso de populismo literário”. Mais especificamente nas crônicas jornalísticas e nos contos seria possível encontrar “o melhor mostruário do populismo de João Ubaldo Ribeiro, expresso pelo estilo satírico e humorístico que encobre, bem entendido, uma simpatia genuína pelo homem comum”. Martins baseou-se no conceito de populismo social proposto por Edward Shils que

identifica a vontade do povo com a moralidade e a justiça, situando-a acima dos demais mecanismos e normas, e insistindo em relações diretas entre o povo e o governo. É habitualmente acompanhado pela crença simples nas virtudes do povo, em contraste com o caráter corrupto das degeneradas classes dirigentes ou qualquer outro grupo ressentido por causa de sua

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Em 2005, João Ubaldo recebeu em seu apartamento a Veja para uma entrevista. Ver <<http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/joao-gabriel-de-lima-27925/>>. Acesso em maio de 2018.

posição de domínio político ou econômico ou ainda por seu *status* social. (MARTINS, 1993)

O artigo de Martins foi publicado em 1993, anterior aos textos que aqui foram objeto de estudo (de 1998 a 2006). O que podemos aferir, a partir do nosso recorte, é que João Ubaldo está distante do “caso” especulado pelo crítico. A maturidade fez com que a personalidade malcriada e desiludida se impusesse ao tipo de populismo sugerido por Martins. Ubaldo, um “democrata relutante tipo Churchill”, referia-se aos concidadãos de maneira nada favorável: um povo colonizado e corrupto “no sentido lato”. De certo, não o renegava. Nunca falou do povo como algo alheio à sua realidade. Não se punha na condição de intelectual que, do alto da torre de marfim, dirigia pitos aos debaixo. Como disse certa vez, ele próprio foi o jornalista e o escritor que esse povo merecia. Dos botecos, acreditava partilhar um solo comum. Queria, antes, que o povo do qual fazia parte fosse capaz de criar um ambiente social menos corrupto e menos servil. Não via, portanto, as virtudes do povo “em contraste com o caráter corrupto das degeneradas classes dirigentes”, como especulou Martins. Sem o beneplácito do cidadão comum, o falcatruísmo não vingaria como “teoria” explicativa da nossa nacionalidade nos parâmetros elaborados pelo seu cultor. Embora movido e comovido pelas realidades de seu país, João Ubaldo Ribeiro esteve longe do gesto indulgente.

“Jeitinho, jeitão”

Dependendo da crônica ou mesmo do trecho de crônica que se queira destacar, Ubaldo pode ser visto como “ilustre representante da esquerda democrática”, como “democrata relutante tipo Churchill” ou como “chato reacionário de rarefeita civilidade”. O seu compósito argumentativo e temático presta-se a julgamentos variados, ao sabor ideológico de quem empunha o marca-texto. Para Zeca Harfushes – amigo de Ubaldo por cerca de meio século, fundador do PCB em Itabuna (BA) e transformado em personagem pelo cronista sob o codinome de Zecamunista – “João sempre foi direitista, conservadorzinho enrustido. Cada um de nós sabia exatamente em que lado estava o outro”⁴².

⁴² Ver <<https://nuncasesabe.com/2015/07/20/tambem-joao-ubaldo-com-uns-amigos-desses-nem-itaparica-aguenta-bate-papo-com-amigos-do-escritor-parte-final/>>. Acesso em maio de 2018.

Entretanto, é possível ler Ubaldo por outra chave, mais distante da aparência udenista ou psdbista. Entre nós, disse o cronista, “sempre valeu o latinzinho citado pelo bom Erasmo, em seus ‘adágios’: *nullus in malis magnus piscis*, nenhum mal vai ao peixe grande. Aí todo mundo acaba aprendendo e o peixe pequeno vem aprendendo bastante, ao longo dos séculos” (RIBEIRO, 2006, p. 138). Significa dizer que as classes populares, diante do regime de injustiça que protege a fração privilegiada da sociedade brasileira, não acreditam na formalidade da lei. Seguindo o “latinzinho do bom Erasmo” chegamos ao artigo *Jeitinho e jeitão*, do sociólogo Francisco de Oliveira (2018, p. 137). Nele, Oliveira identifica a prevalência do logro e da trapaça, em detrimento da impessoalidade da norma social, como manifestação distintiva do caráter nacional brasileiro. No entanto, o sociólogo inverte o preconceito que atribui o “jeitinho” como prerrogativa das classes populares. Ao contrário, o modo de operação das classes dirigentes forneceu às classes populares as estratégias de reprodução das condições materiais de existência.

Esse é um terreno movediço para os cientistas sociais, que “costumam recuar ante tal tipo de análise. Têm receio de ser julgados preconceituosos”. Caráter é uma categoria estigmatizante e de difícil comprovação. Não goza, portanto, de cartaz nos debates acadêmicos. Mas Francisco de Oliveira é bom polemista. Prefere seguir e assumir os riscos comuns às experimentações teóricas. Para tanto, mirou nos estudos de Nobeit Elias sobre o caráter do povo alemão para investigar o caráter brasileiro. São povos diferentes, certamente. O que importou a Oliveira foram os métodos e a originalidade do estudo de Elias.

Em *Os alemães*, publicado em 1989, Nobeit Elias se perguntou “o que fez com que a Alemanha estivesse no coração das grandes tragédias modernas: a Primeira, a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto”. O caráter do povo alemão é a chave para entender o curioso amálgama que fez com que a pátria de Kant, Hegel e Goethe, fosse capaz de desenvolver com terrível eficiência a indústria do extermínio. Elias não se satisfaz apenas com as circunstâncias históricas que tentavam explicar, por exemplo, o surgimento de Adolf Hitler. “Isso é uma meia verdade. As ideias monomaníacas que engendram a bestialidade fascista talvez não tivessem acolhida sem a existência prévia do caráter alemão” que, nos termos defendidos pelo sociólogo alemão, é efeito do

desenvolvimento tardio do capitalismo na Alemanha, a ausência de uma revolução burguesa no país, a unificação nacional sob o tacão militar de

Bismark, o culto à organização, do qual o militarismo é o emblema mais ostensivo – tudo isso criou um caráter alemão. (OLIVEIRA, 2018, p. 137)

Em lugar do espírito belicoso do caráter alemão, Francisco Oliveira pensa no “peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los, constituindo o famoso jeitinho brasileiro” (ibidem, p. 138). Nenhum clássico do pensamento social brasileiro lidou facilmente com a questão do caráter nacional, justamente pela necessidade de conciliar o subjetivo e o objetivo.

Salvo, evidentemente, Gilberto Freyre. Mas o autor de *Casa-grande & senzala* mascarou sua investigação como nostalgia de um tempo que nunca existiu e com o enaltecimento da suposta – e ilusória – capacidade da metrópole lusitana de se adaptar aos trópicos coloniais. Em sua argumentação, destacou a dificuldade com que os clássicos do pensamento social brasileiro têm em lidar com a questão do caráter nacional. (...) Sua interpretação é, ela própria, uma das vertentes do jeitinho brasileiro. (OLIVEIRA, 2018, p. 138)

Caio Prado Jr., “prisioneiro da objetividade”, não ofereceu nenhuma contribuição ao assunto, embora Francisco de Oliveira destaque a criatividade e a originalidade do “seu marxismo”. Antonio Candido aproximou-se decididamente do jeitinho, em *Dialética do malandro*. Teria faltado, no entanto, “um pouco de irreverência que correspondesse à ginga do malandro carioca”. Para Oliveira, Candido esbarrou na admiração quase mística ao pobre e às figuras populares, em uma sociedade que “é tão obscenamente desigual que qualquer crítica às classes dominadas não passa de preconceito dos ricos”.

A questão do jeitinho foi mais bem abordada por Sérgio Buarque de Holanda. As relações pessoais e afetivas do “homem cordial”, sobrepondo-se à impessoalidade da lei e da norma social, “é a própria encarnação do jeitinho brasileiro”.

Quem foi direto ao problema do caráter nacional é Roberto DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis*. Contudo, não é pela vertente antropológica que Francisco de Oliveira “pretende chegar lá”. Sua investida tem em Marx e Engels a referência teórica. Em *A ideologia alemã*, “as ideias e os hábitos das classes dominantes se transformam em hegemonia e caráter nacional”. À luz do materialismo, Oliveira apresenta a seguinte tese: “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas” (ibidem, p. 139).

Olhando a realidade brasileira, “a classe dominante burlou de maneira permanente e recorrente as leis em vigor, sacadas a fórceps de outros quadros históricos. O drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada”. Pela força e recorrência de práticas ilegais e informais da classe dominante que, ao longo do processo de formação nacional, o jeitinho brasileiro converte-se “em predicado dos dominados”. Assim nasce o malandro, “especialista no logro e na trapaça”, reificação popular do “jeitão” das elites políticas e econômicas.

O malandro, com sua modernidade truncada, foi primeiro o carioca. E esse carioca era geralmente pobre, mas não miserável. Como não poderia deixar de ser, era mulato: esgueirava-se por entre as classes e os estratos mais abastados, no típico – e falso – congraçamento de classes herdado do escravismo. (OLIVEIRA, 2018, p. 139)

O malandro tinha “bossa”, um jogo de cintura “para fugir ou escapar das soluções formais. Bossa é a expressão do jeitinho, a maneira de ganhar a vida sem se submeter aos ditames da norma”. Não foi acaso que um seguimento da “moderna música popular brasileira, nascida no Rio de Janeiro, com toda razão foi chamado de bossa nova. Ela foi um jeitinho de escapar das convenções musicais *à la* Vicente Celestino, cópia falsa do grande canto lírico italiano”. A bossa nova foi também um jeitinho de incorporar as malandragens do samba e o improviso do jazz ao universo das elites (ibidem, p. 140).

Não faltam à nossa história exemplos de jeitinhos improvisados pelo andar de cima. A criação de Brasília, por exemplo, foi um jeitão encontrado por Juscelino Kubitschek para “criar uma nova fronteira para a expansão capitalista, catapultada pela indústria da construção civil”. Enquanto Brasília foi construída por candangos e trabalhadores informais, depois abandonados à própria sorte, o Rio de Janeiro, após perder a condição de sede da capital, foi ficando cada vez mais “a cara do Brasil”: urbanamente medíocre e população ostensivamente pobre. A construção de Brasília serve de modelo para pensarmos a ação do capitalismo na periferia do sistema. Para nós, uma ação incompleta porque “trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade”. Bem antes de Kubitschek, destaca Oliveira, vê-se a semente do jeitinho já vicejando “na irresolução que Portugal deu às questões de administração e governo da jovem – e enorme – colônia”. Diante da incapacidade de colonizar vastas áreas, “não dispondo nem de homens nem de recursos capazes da façanha de fazer a minúscula cobra engolir o enorme elefante, Portugal opta pela

solução capenga das capitânicas hereditárias”. Foi um fracasso. Os fidalgos que receberam as capitânicas tinham pouco ou nenhum recurso. O jeito das classes dominantes também deu o ar da graça com o fim do escravismo, em 1888. “Em vez de incorporar ex-escravos à cidadania, fornecendo-lhes meios de cultivar a terra e se incorporar ao trabalho regular, importaram mão de obra europeia, transformando São Paulo na maior cidade italiana do mundo”. Novamente, as classes dominantes deram “um jeitinho para garantir a coesão de um sistema tronco e, *comme il faut*, a exploração”. Os antigos donos de escravos, malandramente e cheios de bossa, “contornaram o problema do fim do escravismo e se desresponsabilizaram pelos ex-escravos” (OLIVEIRA, 2018, p. 142). O fim da escravidão incentivou a informalidade, questão fundamental para entendermos o tamanho do trabalho informal no atual cenário brasileiro.

O jeito da classe dominante obrigou os dominados a se virarem pelo jeitinho do trabalho ambulante, dos camelôs que vendem churrasquinho de gato como almoço, das empregadas domésticas a bombar de Minas e do Nordeste para as novas casas burguesas dos jardins Europa, América, Paulistano. E também para os apartamentos das elegantes – e já medfocres – madames de Copacabana, Ipanema e Leblon, propiciando o vexame bem brasileiro de criados negros, vestidos a rigor, servindo suco de maracujá a *demoiselles* que se abanavam como se estivessem nos salões parisienses. (Ibidem, p. 142)

É preciso cautela, no entanto, para não pesarmos a mão na tentativa de querer justificar a longa duração da informalidade generalizada a partir somente do escravismo e da escravidão. Como argumenta Oliveira (2018, p. 145), os Estados Unidos tiveram um sistema escravista intenso, chegando a organizar “fazendas de criação de negros”. Ao custo de uma guerra civil, a ruptura norte-americana com o escravismo não usou de improvisos “para superar os problemas colocados pelo capitalismo que avançava”. No Brasil, o jeitinho das classes dominantes revelou-se durante o arrastado processo que culminou com a abolição da escravidão, com a lei do Ventre Livre e dos Sexagenários. Uma e outra tiveram baixíssima eficácia na diminuição da violência do regime de trabalho brasileiro, durante o século XIX, e revelam a dimensão mais dramática da nossa modernização conservadora, marcado pela composição de jeitinhos sem rupturas. E que outro país foi capaz de conciliar a adoção de uma constituição liberal com a permanência da ordem escravista? É provável que estejamos diante da mais “formidável” manifestação do jeitinho brasileiro: as classes dirigentes importaram ideias necessárias à constituição de uma nação moderna sobre uma base de relações de trabalho que é abominável à luz daquelas ideias. Fora do lugar, as ideias de fundo

liberal repercutiam as ambições de fazer o Brasil parecer avançado, mas sem que o conjunto de vantagens e direitos ligados a essas aspirações sejam acessíveis a maior parte da população. Incorporamos, pois, o desenvolvimento das forças produtivas sem as soluções formais para civilizar esse processo.

Foi Machado de Assis, negro e conhecedor dos truques do jeitinho, que escreveu “o retrato mais notável da classe dominante brasileira”, em *Dom Casmurro*. Representante do patriarcado brasileiro, “Bentinho é liberal por fora (bela viola) e escravista por dentro (pão bolorento)” (OLIVEIRA, 2018, p. 143 e 144). Os debates centrados na eventual traição de Capitu disfarçam ou escondem o que importa do ponto de vista da realidade concreta, a saber, o cinismo ambíguo que forjou um país. Neste caso, como defende Silviano Santiago, o protagonismo desloca-se para o colo de Bentinho.

Ao dizer que “nenhum mal vai ao peixe grande”, João Ubaldo (2006, p. 138) destacou o caráter pedagógico da lição: “aí todo mundo acaba aprendendo e o peixe pequeno vem aprendendo bastante, ao longo dos séculos”. De olho no jeitão do peixe grande, o peixe pequeno transformou o jeitinho em código geral de sociabilidade. “É a regra não escrita, sem existência legal, mas seguida ao pé da letra nas relações micro e macrossociais” (OLIVEIRA, 2018, p. 146).

Em *Você me mata, mãe gentil* (RIBEIRO, 2004, p.25), vemos uma representação de classe por trás da alegoria da “mãe gentil”. É a materialização não apenas do ente estatal, mas a figuração de um processo histórico seletivo e injusto que “sempre desprezou seus filhos pobres e favoreceu os ricos”. Os peixes grandes são os filhos prediletos que “concentram praticamente toda a renda da casa. E não pagam nada pela manutenção, nem condomínio eles pagam”. Ouvindo as “muitas lorotas pomposas” contadas por mãinha, o filho pobre sabe que em casa o tratamento é desigual. Assim, o homem comum “vem aprendendo bastante ao longo dos séculos”. Violência, logro, trapaça, sonegação, suborno e compadrio são parte do repertório pedagógico com que a mãe gentil vem educando seus filhos.

Você até hoje gosta de posar de bonachona, simpaticona, sangue bom, não sei o quê. Sangue bom, por exemplo, que manda os filhos se matar uns aos outros fanaticamente, como em Canudos. Ou no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, ou Minas, ou Pernambuco, ou em tantas outras partes. Bonachona que até hoje gosta de dizer que filho preto e filho branco é tudo igual e nem lembra que foi a última, ou das últimas, mães a abolir a escravidão, soltando nas ruas exércitos de homens, mulheres e crianças despreparados e desamparados e criando problemas monstruosos, que

continuam a nos atormentar. Até hoje você gosta de repetir que libertou os escravos porque era boazinha. Todo mundo sabe que, entre outras coisas, escravo estava ficando caro, a lógica do capitalismo já funcionava com eficiência. Bóia-fria sai muito mais em conta, só tem que gastar um dinheirinho com ele na hora do trabalho, depois ele que se vire. (RIBEIRO, 2004, p. 27)

E mesmo que quiséssemos, em gesto de conciliação, fazer letra morta do passado, o presente continua desolador. “Parece que é coisa feita” toda essa irresponsabilidade mátria. “Você tão rica, tão fértil, tão amena, tão bem dotada em tudo e sua prole no estado que se vê por aí”. Olhando para os benefícios e isenções de que gozam grandes bancos e empresas, em contraste com a realidade da ampla maioria da população, não vemos explicação. “Só pode ser cachorrada” (RIBEIRO, 2004, p.27).

“Mãe gentil” foi uma tirada sarcástica de João Ubaldo para dar conta do jeito das classes dominantes, cuja hegemonia secular desencoraja “esse negócio de ter sonhos e almejar um futuro bom para nossos filhos e netos” (ibidem, p. 28).

Conclusão

“Então é isso?”

O cineasta Marcelo Lopes bateu perna em diversas regiões da Bahia a procura de “histórias incríveis” para a produção do seu primeiro curta-metragem *Contra o Veneno Peçonhento do Cão Danado*. Buscou causos de gente de “corpo fechado”, capaz de façanhas extraordinárias. Sob a proteção de amuletos ou unguidas em rituais sagrados, determinadas pessoas possuem imunidades sobrenaturais contra mordida de cobra, tiro, facada e mais o que couber na imaginação dos contadores de causo.

Assustado mesmo Marcelo ficou quando viu o nome de João Ubaldo Ribeiro na chamada do seu celular. Era o escritor confirmando – “com a mesma voz grave, mas cansada” – a entrevista para o dia combinado. Em janeiro de 2014, o cineasta conseguiu incluir em seu roteiro de trabalho a estimadíssima ilha de Itaparica, “terra-para-não-fazer-nada”. Ansiava por ouvir como João processava sua “fábrica de personagens e histórias que entraram para o imaginário da literatura brasileira”. Cineasta em início de carreira, Marcelo havia procurado o escritor na “cara dura”, explicando a proposta do filme e pedindo uma entrevista. A resposta veio pouco tempo depois.

Caro Marcelo,

Não há problema em lhe dar uma entrevista. O problema está em que talvez você me perceba de uma forma, partilhada por algumas outras pessoas, que não corresponde à verdade. Eu nunca tive interesse por cultura popular, nem mesmo me preocupei em tentar conceituar o que seria isso. Não convivo com o chamado “povo simples” com a intenção de captar nada, ou observar nada, não levo cadernos ou gravadores, jamais anotei nada. Quando estou em Itaparica, como fazia quando morava lá, vou todos os dias ao Mercado Santa Luzia, mas não para observar nada, ou colher nada, mas porque ainda tenho até alguns amigos de infância por lá e tenho prazer em ficar jogando conversa fora com eles, chego até a mudar, sem sentir, meu “dialeto”. Fico conversando sobre alguns amigos finados, cada vez mais numerosos, sabendo de algumas fofocas locais e trocando abobrinhas desse tipo.

Na verdade, com exceção de uns dois ou três grandes conversadores da ilha, entre os quais meu eloquentíssimo amigo (também finado) Zé de Honorina, eu nunca aguentei muito sessões de causos e, quando o contador entra no terceiro, já penso num jeito de me subtrair do ambiente. Não tenho o costume de ler livros de cordel, não vou mais a festas populares, tenho receio de festivais folclóricos, não conheço histórias, a não ser as poucas de Trancoso que lembro da infância. Meu amigo Geraldo Sarno, sim, é um estudioso do assunto, um intelectual sério, que documenta essas coisas. Eu não, não sei nada disso. Não é pose, falsa modéstia, ironia, nada dessas coisas, é a mais pura verdade, pergunte a quem me conhece de perto.⁴³

⁴³ Ver <<http://sintomadecultura.com.br/coluna-02/literatura/minhas-memorias-de-joao-ubaldo-uma-feliz-cronica-de-tristeza-e-mau-humor/>>. Acesso em maio de 2018.

No dia combinado, a entrevista atrasou um pouco. Ubaldo estava dormindo muito naqueles dias por conta da medicação que tomava. Quando recebeu Marcelo e sua equipe, o escritor deu um sonolento boa tarde e emendou: “eu quero pedir desculpas, mas estou de mau humor, mas prometi a entrevista, então vamos lá”. O mau humor tinha justificativa: o período da tarde era má hora, pois costumava ficar especialmente inapto para escrever e pensar, além do temor de ter que “resumir em poucas palavras a conjuntura nacional” ou questões similares que lhe causavam especial enfado. Com o passar dos minutos e emendando um cigarro atrás do outro, o humor foi melhorando e “a conversa fluiu bem”. É provável que as imagens gravadas para o documentário tenham sido os últimos registros do autor em cinema. Ubaldo morreria meses depois. Em “Minhas memórias de João Ubaldo Ribeiro: uma feliz crônica de tristeza e mau humor”, Marcelo Lopes (2014) escreveu:

Sagaz, incisivo e de um bom humor inteligentíssimo – que ia aparecendo cada vez mais à medida que o sono lhe abandonava – sua imagem ficou marcada em mim como a de uma generosidade tão rara quanto o talento, talhada numa verdade humana sem falsas modéstias. Ligado organicamente às raízes imaginativas que negava ter “horror” e falta de paciência em estudar, se exprimia, sob um talento inquestionável, sempre a partir da captação dos mesmos tons e nuances de seu povo, gerando daí a formidável capacidade de transformá-las em histórias verossímeis.

Embora se queixasse do grande número de solicitações feitas por jornalistas e assemelhados, Ubaldo nunca conseguiu cumprir a promessa de negar sistematicamente os pedidos de entrevista. Gostaria de ser deixado em paz para escrever apenas. Talvez estivesse agastado de si mesmo, dando sempre as mesmas respostas. Ou, que no fundo, gostava das entrevistas pelo avesso dos motivos: davam-lhe motivos para seguir reclamando, preservando a ranhete que costuma acompanhar os velhos de sua idade. Velhos, sim, pois detestava terminologias eufemísticas como “melhor idade”. Em verdade, o escritor estava cansado de achar isso ou crer naquilo.

Chega de achar, não acho mais nada. (...) também não entendo nada de literatura brasileira contemporânea, não sei resumir em poucas palavras minha opinião sobre a atual conjuntura e garanto que me esqueci dos anos que saíram meus livros. Nasci em Itaparica e continuo Vasco, creio que é tudo. (RIBEIRO, 2000a, p. 55)

Foi assim, não querendo achar nada, que o texto do cronista traduziu-se pela impaciência, malcriadez, longe da graça eloquente do Grande Ubaldo, visto frequentemente sem camisa durante as férias de janeiro, à sombra de um oitizeiro, em

Itaparica. Esse Grande Ubaldo, que no fenômeno psíquico do “duplo” correspondia ao lado descontraído do seu temperamento, só “virava na porra” se alguém lhe oferecesse um celular ou lhe pusesse uma camisa para ir a Salvador. Nas crônicas, entretanto, foi mais visível a companhia chata e sofrível do Pequeno Ubaldo. “Eu sou aparentemente muito extrovertido, mas na verdade não sou. Sou dado a mau humor e não sou tão sociável quanto pareço. Também não sou uma pessoa muito aberta, muito fácil de fazer amigo não” (RIBEIRO, 1996).

O humor de João Ubaldo foi piorando com o passar dos anos, agravado pelo alcoolismo e pelo tabagismo. “Apesar de não obedecer aos médicos, ele sabia que tinha limitações”, disse o amigo Sérgio Harfushe⁴⁴. Sem a mesma saúde para beber uísque em quantidades industriais, sem a esperança no futuro e obrigado a emitir opinião semanal sobre assuntos cotidianos que infernizavam o seu juízo, a sua crônica foi também a manifestação literária de “um pré-defunto chato e reacionário, de difícil convivência e rarefeita civilidade” (RIBEIRO, 2008). Como diziam os portugueses, “tem que fazer um pouco de piada com isso”.

Ubaldo disse certa vez que não pretendia escrever um livro de memórias, mas se o fizesse o título seria “Então é isso?”. Este título faz referência à quebra de expectativa que o tempo impôs às aspirações juvenis. “Eu era feliz e não sabia. Estávamos lá, com nosso vigor e nossa irresponsabilidade, todos se sentindo poderosos, imortais, capazes de mudar o mundo. O futuro era cor-de-rosa para nós” (RIBEIRO, 1999, p. 32). Chegou a acreditar que a força dos seus livros poderia intervir no mundo. “Setembro não tem sentido”, publicado em 1968, “não só era engajado, como mudaria o destino da humanidade”. Concorreria ao posto de herói do proletariado, “estando mais uns três ou quatro anos a escrever”. Quanto ao Nobel de literatura, apenas uma questão de tempo. Seria, enfim, “uma presença maiúscula na cultura nacional”. Nada disso aconteceu, “como tão chocantemente se demonstrou” (Ibidem, p. 32).

O tempo incumbiu-se de reduzir dramaticamente o seu horizonte de expectativas. Ao envelhecer, desenvolveu o atributo da obsolescência: “já estou chegando, ou já cheguei, à altura da vida em que tudo de bom era no meu tempo”. Como cronista, não avistou um destino que estivesse à altura do espantoso evento

⁴⁴ Sérgio e Zeca foram amigos próximos. A eles, Ubaldo dedicou o livro “Você me mata, mãe gentil”. Vê-se lá: “Para os Harfushes”. Nome próprio também se escreve no plural, justificou Ubaldo Ver <<https://nuncasesabe.com/2015/06/16/tambem-joao-ubaldo-com-uns-amigos-desses-nem-itaparica-aguenta-parte-3/>>. Acesso em maio de 2018.

civilizatório que até aqui foi capaz de amalgamar tantas e tão variadas matrizes formadoras em um único país. “Coisa de orgulhar qualquer um, o verdadeiro cadinho do mundo (*melting-pot* é conversa de americano, lá ninguém se mistura, os povos só se misturam aqui), tudo quanto é tipo de gente, humanidade para ninguém botar defeito” (RIBEIRO, 2004, p. 25). No entanto, a “mais bela e luminosa província da Terra”, como enxergou Darcy Ribeiro, está longe de encontrar a si mesma. “Quando será o dia em que não teremos que conviver com a miséria, a iniquidade, a injustiça, a desfaçatez dos poderosos, a insegurança, a falta de esperança?” (RIBEIRO, 2004, p. 28).

Cético em relação aos rumos da humanidade e resignado quanto às aspirações pessoais, desejava ter uma “velhice tão digna quanto possível” e gostaria de ser visto por quem conheceu a sua obra e o seu trabalho como alguém que tentou fazer a sério alguma coisa boa, “não somente para engrandecimento próprio, mas para doar à coletividade” (Idem, 2011c).

Confessadamente católico e devoto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, embora não frequentasse templos e nem se submetesse a regramentos eclesiais, dizia-se vocacionado a escrever e acreditava que pecador é aquele que não segue a própria vocação, que não explora aquilo que lhe foi dado como qualidade. Pedia a Deus apenas que não desgostasse do que lhe foi reservado, cumprindo o seu destino de maneira dedicada e honesta. De bermuda e chinelo, o escritor sem cara de escritor não hesitou em atender ao chamado, fazendo da escrita a sua profissão de fé.

Referências

ALVES, Rubem. 2011. *Provocações*. Entrevista concedida a Antônio Abujamra, TV Brasil. Ver <www.youtube.com/watch?v=261y2OZvp60>. Acesso em outubro de 2014.

BATELLA, Juva. 2016. *Ubaldo. Ficção, confissão, disfarce e retrato*. Ilustração Chica Batella. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

BERND, Zilá; UTÉZA, Francis. 2001. *O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

BERND, Zilá. 2011. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CANDIDO, Antonio. 2006. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CARLI, Ranieri. 2012. *A estética de György Lukács e o triunfo do realismo na literatura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

DUNKER, Christian. 2014. *Que fim levou a direita ilustrada*. Blog da Boitempo. Ver <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/02/que-fim-levou-a-direita-ilustrada/>>. Acesso em maio de 2018.

GULLAR, Ferreira. 2006. *Educador Malcriado*. In RIBEIRO, João Ubaldo. *A gente se acostuma a tudo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HOEVELER e MELO. 2016. *A agenda anticorrupção e as armadilhas da pequena política*. In DEMIER e HOEVELER. *A onda conservadora. Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. 1ª edição - Rio de Janeiro: Mauad.

KUSCHNIR, Karina. 1998. *Literatura e identidade nacional*, in: VELHO, Gilberto (org.), *Revista de Cultura Brasileira*, Editada por La Embajada de Brasil en España, n. 1, marzo, 1998, p. 111-28. (Edição bilíngüe, versão em português: “Literatura e identidade nacional”, p. 259-76). Ver <<http://www.overmundo.com.br/banco/viva-o-povo-brasileiro-literatura-e-identidade-nacional>>. Acesso em novembro de 2017.

LACERDA, Rodrigo. 2014. *673 páginas, seis quilos e seiscentos gramas*. In RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LOPES, Marcelo. 2014. *Minhas memórias de João Ubaldo: uma feliz crônica de tristeza e mau humor*. Ver <<http://sintomadecultura.com.br/coluna-02/literatura/minhas-memorias-de-joao-ubaldo-uma-feliz-cronica-de-tristeza-e-mau-humor/>>. Acesso em maio de 2018.

MARTINS, Wilson. 1993. *João Ubaldo Ribeiro: um caso de populismo literário*. Revista Iberomania, n. 38, 1993, pela Max Niemeyer Verlag, Tübingen. Ver <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/wilsonmartins005.html>>. Acesso em maio de 2018.

MORAES FILHO, Evaristo. 1985. *Medo à utopia. Ensaaios críticos a Tobias Barreto e a Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NETO, Lira. 2017. *Relatório sobre universidades no país parece dizer que há elefantes no céu*. Folha de São Paulo. Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/lira-neto/2017/12/1941799-relatorio-sobre-universidades-do-pais-parece-dizer-que-ha-elefantes-no-ceu.shtml>>. Acesso em outubro de 2017.

NOVAES, Adauto (org.). 2013. *Mutações: o futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições Sesc SP.

OLIVIERI-GODET, Rita. 2009. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana, BA: UEFS Ed.; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

OLIVEIRA, Francisco. 2018. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo.

_____. 2007. *Capitalismo e política: um paradoxo letal*. In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir.

QUERIDO e BRAGA. 2018. *Apresentação. Chico de Oliveira e as reviravoltas as crítica*. In OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo.

RIBEIRO, Darcy. 2006. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, João Ubaldo. 1984. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 1995. *Um brasileiro em Berlim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 1996. *Encontro Marcado com a Arte*. Programa de entrevista. Ver: <http://www.encontromarcado.net/sec_perfil.php?id=54>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 1998. *Política; quem manda, por que manda, como manda*. 3ª edição revisada por Lucia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 1999. *Leblon, 04 de fevereiro de 1999*. Revista Cadernos de Literatura Brasileira, n. 07. Instituto Moreira Salles.

_____ 2000a. *Em poucas palavras*. Crônica originalmente publicada no jornal O Globo. Ver <<https://almacarioca.wordpress.com/2008/10/20/em-poucas-palavras-joao-ubaldo-ribeiro/>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2000b. *O conselheiro come*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 2000c. *Uma lição de vida*. Revista Veja, edição 1636. Ver <<http://origin.veja.abril.com.br/160200/entrevista.html>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2001. *Minha vida de ricoço*. Crônica originalmente publicada no jornal O Globo. Ver: <<https://almacarioca.wordpress.com/2008/10/01/minha-vida-de-ricaco-joao-ubaldo-ribeiro/>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2004. *Você me mata, mãe gentil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 2006. *Agente se acostuma a tudo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 2008. *Maluco inteligente*. Entrevista para o jornal Rascunho. Ver: <http://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2012/05/Book_Rascunho_102.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2009. *João Ubaldo fala de seu novo romance*. Jornal do Brasil. Ver: <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2009/10/03/joao-ubaldo-ribeiro-fala-sobre-seu-novo-romance/>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2011a. *A internet é a perdição do escritor*. Revista Isto É. Ver: <http://istoe.com.br/147801_A+INTERNET+E+A+PERDICA0+DO+ESCRITOR+/>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2011b. *João Ubaldo Ribeiro*. Por Paiol Literário. Jornal *Rascunho*. Ver: <<http://rascunho.com.br/joao-ubaldo-ribeiro/>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2011c. *João Ubaldo Ribeiro é o grande nome da FLIP*. Espaço Aberto Literatura. Globo News. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=uRgLPRTKjRg>>. Acesso em outubro de 2017.

_____ 2012a. *Jorge Amado e a invenção do Brasil*. Revista Brasileira. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, n. 73, p. 97-103. Ver: <<http://www.academia.org.br/abl/media/revista%20brasileira%2073%20-%20dossie%20jorge%20amado.pdf>> Acesso em outubro de 2014.

_____ 2012b. *Roda Viva*. Programa de entrevista da TV Brasil. Ver: <www.youtube.com/watch?v=HOGGLZMPaq8> Acesso em outubro de 2014.

_____ 2013. *Não tenho nenhum entusiasmo por FHC*. Portal Panorama Mercantil. Ver: <<http://www.panoramamercantil.com.br/nao-tenho-nenhum-entusiasmo-por-fhc-joao-ubaldo-ribeiro-escritor-e-jornalista/>>. Acesso em outubro de 2014.

SAFATLE, Vladimir. S/d. *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência*. São Paulo: n-1 edições.

_____ 2017. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas.

SINGER, André. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.